

Mestrado em Estudos Medievais

O abastecimento alimentar
de Ceuta, 1415-1458
José Miguel Zenhas
Mesquita

M

2017



José Miguel Zenhas Mesquita

O abastecimento alimentar de Ceuta, 1415-1458

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais orientada pelo

Professor Doutor Luís Miguel Duarte

e coorientada pelo Doutor Flávio Miranda

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Outubro de 2017

O abastecimento alimentar de Ceuta, 1415-1458

José Miguel Zenhas Mesquita

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais orientada pelo

Professor Doutor Luís Miguel Duarte

e coorientada pelo Doutor Flávio Miranda

Membros do Júri

Professora Doutora Cristina Cunha

Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Amândio Barros

Escola Superior de Educação do Porto

Doutor Flávio Miranda

Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

“E abrasado em fogo da fé passou em África com uma grossíssima armada em que havia mais de 220 velas, a maior parte naus de grande porte e galés reaes: e foi acompanhado n’ella do Infante D. Duarte seu filho e herdeiro e dos Infantes D. Pedro, D. Henrique e do Conde de Barcelos, D. Afonso, seus filhos, e de grande poder e numero de animosos vassallos e com os quaes no mesmo dia em que poz os pes em terra de mouros, tomou de assalto com espanto do mundo a fortissima e famosa cidade de Ceuta...”

Epitáfio de D. João I

“Prouença nos mantimentos em os gardar bem e despende muy temperadamente, segundo aquel exemplo que a prouysão se deue começar no começo do sacco.”

D. Duarte, *Leal Conselheiro*

Sumário

1. Introdução

1.1. Problema	11
1.2. Estado da Arte	12
1.3. Fontes e Metodologia	15

2. Portugal no Norte de África

2.1. A política portuguesa para Marrocos até à conquista de Alcácer Ceguer (1458)	
2.1.1. Entre Ceuta e Gibraltar. A importância estratégica do estreito	16
2.1.2. Características produtivas da região	20
2.1.3. O saque de Ceuta e a defesa da cidade capturada	21
2.1.4. A política portuguesa para Marrocos	24
2.2. Os Portugueses em Ceuta	
2.2.1. Demografia qualitativa	25
2.2.2. Sociedade e alimentação	28
2.2.3. Alimentação dos portugueses em África	29

3. Os Responsáveis pela organização, logística e financiamento da alimentação para Ceuta

3.1. Responsáveis pelo Abastecimento	
3.1.1. Responsáveis pelo provimento de Ceuta	34
3.1.2. A Criação da Casa de Ceuta	38
3.1.3. Procedimentos de abastecimento alternativos à Casa de Ceuta	39
3.2. Financiamento e Logística	
3.2.1. Fundos Para Ceuta	41
3.2.2. Financiamento da logística e alimentação. As cartas de Quitação	44
3.2.3. Análise do financiamento nas cartas de quitação	47
3.3. Logística e Acondicionamento	
3.3.1. Materiais complementares à alimentação	49
3.3.2. Obras e reparações	50
3.3.3. Logística e Transporte	50
3.3.4. Logística naval	51
3.3.5. Estivadores e arrumadores	52
3.3.6. Indústrias e armazenamento de bens alimentares	52
3.3.6.1. Desmanche e processamento de carne	52
3.3.6.2. Fornos de Biscoito	53
3.3.6.3. Moagem e Panificação	53
3.3.6.4. Adegas	54
3.3.6.5. Tanoaria	54

3.4. Conclusões	54
4. Formas de Abastecimento	
4.1. Produção local	56
4.2. Corso	58
4.3. Almogavarias	60
4.4. Abastecimento excecional	62
4.5. A Casa de Ceuta	
4.5.1. Edifício	67
4.5.2. Estrutura Administrativa	68
4.5.3. Os Produtos	69
4.5.3.1. Cartas de quitação	72
4.5.3.2. Conclusões	80
5. Conclusão	86
Fontes impressas:	90
Bibliografia:	91

Abreviaturas

CCDPM – Crónica do Conde D. Pedro de Meneses

CTC – Crónica da Tomada de Ceuta

MH – Monumenta Henricina

DP – Descobrimentos Portugueses

DCR – Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos

Resumo

A presente dissertação estuda o abastecimento alimentar de Ceuta entre 1415 e 1458. Está norteada por um conjunto de questões: Como se processou o abastecimento alimentar de Ceuta depois da conquista portuguesa de 1415? Como se adaptaram os portugueses ao terreno? Que meios alimentares tinham à sua disposição? Quem foram os agentes intervenientes neste processo? Quais foram as consequências para a coroa e para o país? As fontes utilizadas para este estudo foram documentos de origem régia, legislação, cartas de quitação e crónicas. A dissertação divide-se em quatro capítulos. O primeiro coloca o problema a ser estudado, faz um balanço do estado dos conhecimentos e esclarece a metodologia seguida. No segundo capítulo é explanada a opção portuguesa para Marrocos, identificando-se as contingências e necessidades do abastecimento para Ceuta. No terceiro capítulo são identificados os responsáveis pela organização, logística e financiamento. Por fim, no quarto capítulo, são apresentadas as diversas formas de abastecimento criadas para alimentar Ceuta, desde a produção local aos mantimentos que seguem de Portugal para o norte de África.

Palavras-chave: Ceuta, abastecimento, alimentação, Casa de Ceuta

Abstract

This dissertation studies the food supply of Ceuta between 1415 and 1458. It is guided by a set of questions: How was Ceuta's food supply processed after the Portuguese conquest of 1415? How did the Portuguese adapt to the terrain? What food was available to them? Who were the agents involved in this process? What were the consequences for the crown and for the country? The sources used for this study were documents of royal origin, legislation, letters of discharge and chronicles. The dissertation is divided into four chapters. The first poses the problem to be studied, takes stock of the state of knowledge and clarifies the methodology followed. In the second chapter the Portuguese option for Morocco is explained, identifying the contingencies and supply needs for Ceuta. In the third chapter, those responsible for organization, logistics and financing are identified. Finally, in the fourth chapter, the different forms of supply created to feed Ceuta, from local production to the supplies that follow from Portugal to North Africa, are presented.

Keywords: Ceuta, food supply, House of Ceuta

1. Introdução

1.1. Problema

À conquista de Ceuta, em 14 de agosto de 1415, sucederam-se dias de pilhagem. A capacidade produtiva da cidade foi destruída, assim como todos os bens que se encontravam nas casas particulares, nas lojas e nos armazéns. Quase toda a população fugiu para o interior marroquino. Outros, com menos sorte, foram feitos cativos pelos portugueses. Esta cidade, naturalmente isolada do resto do reino de Fez por altas montanhas, domina o estreito de Gibraltar tendo funcionado até à conquista portuguesa como porto comercial e base de corsários. Foi perante este cenário que D. João I decidiu ficar, se é que não o tinha decidido desde o primeiro momento, reclamando para Portugal uma posição chave na única via marítima de ligação entre o Mediterrâneo e Atlântico.

Para a empresa ser viável era necessário povoar e prover Ceuta de tudo quanto era necessário à sobrevivência humana. Num primeiro momento ficaram cerca de três milhares de homens na cidade, alimentando-se das reservas levadas para o cerco projetado¹. Esta era uma condição precária, sendo necessária a criação de um conjunto de novos mecanismos de abastecimento que garantissem a permanência portuguesa. Do ponto de vista alimentar, a Coroa teria de criar um sistema logístico de raiz. Mas com que meios? Conseguiu Portugal dar resposta às necessidades e evitar períodos de fome no norte de África? Quem foram os agentes associados a este processo? Quem foram os beneficiários deste sistema logístico? Para além de Portugal, teve Ceuta acesso a mercados de alimentos, bastante importantes para cidades na orla do Mediterrâneo, como Roma, Nápoles, Génova ou Avinhão²? É certo que os campos em torno destas cidades nem sempre conseguem produzir o suficiente para cobrir as suas necessidades de consumo, mas essa é uma consequência dos seus próprios problemas crescimento. Ao contrário destas, a população de Ceuta diminuiu brutalmente³, passando a depender em exclusividade de Portugal: um processo que requereu bastante criatividade económica e financeira. Se para as primeiras o mercado foi funcionando, com os seus governos a procurarem atuar como agentes reguladores (de certa forma, um processo em tudo

¹ João Gouveia MONTEIRO, António Martins COSTA, *1415. A conquista de Ceuta*, Letras & Diálogos, 2015, p. 39.

² Peter SPUFFORD, *Power and Profit: The Merchant in Medieval Europe*, New York, Thames & Hudson, 2003, p. 286 e 287.

³ Pode ter sido uma contração até dez vezes, se a população original muçulmana chegasse aos 25 mil habitantes. João Gouveia MONTEIRO, António Martins COSTA, *1415. A conquista de Ceuta*, p. 50.

idêntico ao de Lisboa), o abastecimento de Ceuta obrigou a medidas logísticas novas, uma vez que se tornou necessário abastecer um espaço com uma sociedade e uma economia exclusivamente orientadas para a prática da guerra.

Antes de responder a estas questões necessitamos de determinar qualitativamente a população, os seus hábitos alimentares e o seu estatuto socioeconómico, para que se possa perceber o seguinte: o acesso aos alimentos em Ceuta era equitativo? A qualidade da alimentação variou de acordo com o estatuto social e ao longo do tempo? Procedeu-se, em algum momento, à incorporação de novos alimentos na dieta dos portugueses?

A ocupação portuguesa não foi homogénea em toda a sua duração, tendo variado de acordo com a vontade política dos monarcas portugueses e das circunstâncias no terreno. De igual forma, também as formas de abastecimento evoluíram e se foram transformando com o passar dos anos: por exemplo, a dependência que Ceuta teve do trigo da Andaluzia no século XVI não existiu no século anterior. Tendo em conta estas circunstâncias, este trabalho investiga os anos de implementação do sistema de abastecimento quando Ceuta era ainda um enclave isolado e tudo era novo para os portugueses. Do ponto de vista cronológico este estudo alongar-se-á até ao ano da conquista de Alcácer Ceguer em 1458, momento-chave numa nova fase bem-sucedida de expansão em terras marroquinas. Tal como em Ceuta, Alcácer Ceguer precisou de ser abastecida, mas essa urgência não apanhou os portugueses desprevenidos tendo sido apenas necessário alargar a rede de abastecimento entretanto montada. Com o passar das décadas e os desenvolvimentos político-militares na Península Ibérica, as formas de abastecimento evoluíram num sentido favorável a Ceuta. Uma vez incorporada no domínio cristão, Málaga tornou-se num importante ponto de apoio à cidade de Ceuta durante o século XVI. Mas essa é uma história para outras cronologias.

1.2. Estado da Arte

A historiografia portuguesa não desenvolveu, até ao momento, uma obra que se dedique ao estudo dos problemas do abastecimento de Ceuta como um fim em si mesmo, apesar de muitos autores o referirem sempre em perspetivas de estudo de caso, ou incluindo este problema em teses de âmbito mais alargado.

O primeiro autor a problematizar sobre a logística necessária para manter Ceuta do ponto de vista alimentar foi Oliveira Marques na sua *Introdução ao Estudo da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*⁴. O abastecimento das praças marroquinas encontra-se aqui inserido no âmbito da produção cerealífera nacional, sendo apresentados indicadores gerais e alguns parcelares que quantificam o cereal transportado para Ceuta com base nas cartas de quitação a Gonçalo Pacheco, tesoureiro da Casa de Ceuta. Oliveira Marques demonstra, com sucesso, a situação deficitária de Ceuta em cereais, obrigando o reino a suprir as necessidades alimentares das conquistas portuguesas em Marrocos. Desta forma, colocava-se definitivamente uma pedra sobre os argumentos de natureza alimentar para as causas da conquista de Ceuta. Identificando a Coroa como o garante do abastecimento este estudo reforça que o mesmo é, em parte, garantido pelas próprias unidades de produção da Coroa e da família real (na pessoa de D. Henrique a quem foi confiado, em 1419, o provimento e governo da praça africana) que não só abastecem, mas também intervêm em mercado comprando e vendendo cereais.

Oliveira Marques procura identificar/quantificar a população em Ceuta que depende deste abastecimento e calcula-a com base nos valores avançados por Zurara. É o primeiro autor a tentar associar o abastecimento a um número, a uma ordem de grandeza de consumidores. O abastecimento através da Casa de Ceuta parece ser hegemónico, embora se desconheçam quaisquer valores de cereal transacionado com o Islão graças à permissão de comércio facultada por algumas bulas papais⁵. Ponderando o abastecimento centralizado e a atividade em mercado, Oliveira Marques determina que o fretamento constitui uma fonte de riqueza potencial e que o frete de cereal para Ceuta a partir de Lisboa podia valer 50% do valor do produto a transportar. Não obstante, estes indicadores levam Oliveira Marques a crer numa ausência de planeamento (em sentido moderno) do abastecimento de cidades deficitárias, que teria por base uma falta de articulação entre os meios produtores e os mercados consumidores⁶.

Sem procurar reconstruir o funcionamento da Casa de Ceuta, Teresa Rodrigues também estudou as cartas de quitação a Gonçalo Pacheco, tesoureiro dessa Casa, para os

⁴ A. H. de Oliveira MARQUES, *Introdução à história da agricultura em Portugal: A questão cerealífera durante a Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1968.

⁵ Cujo efeito real tem sido questionado por autores como Peter Russell.

⁶ Além de outras variáveis possíveis: a quantidade e qualidade da produção de trigo que podia variar espetacularmente de um ano para o outro, a procura no estrangeiro, os preços que o cereal atingia, a disponibilidade de barcos, os preços pedidos pelo transporte e a conjuntura internacional que tornava as viagens mais ou menos perigosas.

anos cinquenta do século XV⁷. A sua investigação centra-se no papel do Algarve no projeto marroquino de Afonso V, retomando algumas ideias avançadas por Oliveira Marques para calcular os valores de cereal e de carne expedidos para Ceuta. Os valores a que chegou continuam, no entanto, sem discriminar qual foi a percentagem de cereal que ficou em Portugal e qual a que seguiu para Ceuta.

David Lopes, na sua obra *A Expansão Portuguesa em Marrocos*⁸, apresenta a malha administrativa portuguesa nos territórios conquistados mostrando como funciona, organicamente, a Casa de Ceuta. Trabalhando as cartas de quitação a Gonçalo Pacheco para os anos de 1451 a 1454 atribui ao trigo e ao biscoito os valores mais significativos. Chega, ainda, a uma conclusão importante para o estudo da administração local: tendo em conta que o almoxarife dos mantimentos de Ceuta, apesar de depender de D. Pedro de Meneses, é de nomeação régia, Ceuta dependeria da Coroa em absoluto.

Em 1998 é publicada a primeira monografia com um capítulo dedicado ao abastecimento de Ceuta⁹. Paulo e Isabel Drummond Braga reúnem aí o conhecimento historiográfico de então, com a ressalva de que a questão do abastecimento deveria ser entendida como um todo desde a conquista até ao fim da soberania portuguesa, aquando da Restauração. São aqui apresentadas todas as formas de abastecimento conhecidas tais como o corso, as pilhagens, o mercado e o abastecimento pela Casa de Ceuta. Mais recentemente, Paulo Drummond Braga publicou uma obra sobre a conquista de Ceuta na qual retomou o texto de 1998¹⁰.

Também João Gouveia Monteiro, no seu mais recente livro¹¹, dedicou um capítulo ao problema do abastecimento da cidade de Ceuta no século XV. Nele, considera que nos primeiros tempos de ocupação Porto e Lisboa foram chamados a contribuir para a manutenção de Ceuta devido aos seus recursos e à sua importância dentro do reino. Como prova, Gouveia Monteiro chama a atenção para as queixas do Porto relativas à falta de pagamento dessa contribuição em Cortes (1439). Analisando isoladamente as cartas de quitação a Gonçalo Pacheco, esta investigação conclui que o biscoito foi o produto mais importante transportado para Ceuta, sendo secundado pelos restantes alimentos – cereais,

⁷ Teresa RODRIGUES, “Relações entre o Algarve e Ceuta no Reinado de Afonso V: as cartas de quitação”, *Actas I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, 1987, p. 243-269.

⁸ David LOPES, *A Expansão Portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Teorema, 1989.

⁹ Isabel D. BRAGA, Paulo D. BRAGA, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto de Estudos Ceutíes, 1998.

¹⁰ Paulo D. BRAGA, *Uma Lança em África: História da conquista de Ceuta*, Esfera dos Livros, 2015.

¹¹ João Gouveia MONTEIRO, António Martins COSTA, 1415. *A conquista de Ceuta*. Letras & Diálogos, 2015.

carne, peixe e vinho. Nota, ainda, que competia à Coroa a obrigação de abastecer a praça devendo contar para isso com barcos que eram requisitados à força, armazéns em Lisboa e em Ceuta e profissões que deviam ser privilegiadas pois eram necessárias ao transporte, como era o caso dos tanoeiros que faziam os recipientes que seguiam para o norte de África. Este capítulo não é exclusivo sobre o abastecimento alimentar, discutindo também as armas necessárias à defesa e os cavalos para atividades militares.

Ceuta continua a ser um dos mais prolíficos temas da nossa historiografia. Em 2015, ao abrigo das comemorações dos 600 anos da conquista retomou-se o debate sobre as razões que levaram os portugueses a Marrocos. Novamente se discutiu as possíveis razões políticas, sociais, culturais, religiosas e económicas desta conquista. Para o conhecimento da economia medieval portuguesa esta série de balanços historiográficos permitiu tomar consciência de que a questão do abastecimento continua por responder, especialmente se tivermos em conta as opiniões sobre a economia de Ceuta. De facto, o Infante D. Pedro terá considerado a praça como um sorvedouro de dinheiro, hipótese secundada posteriormente por vários historiadores.

1.3. Fontes e Metodologia

Esta dissertação é baseada apenas em fontes publicadas. Procurou-se o conjunto mais alargado de fontes possível, abrangendo todo o tipo de documentação tanto institucional como literária. Utilizaram-se as crónicas escritas por Gomes Eanes de Zurara sobre a conquista de Ceuta e sobre as biografias de D. Pedro e D. Duarte de Meneses. Estas são o testemunho mais próximo daquilo que seria o quotidiano e os hábitos alimentares dos portugueses em Marrocos. É também por aqui que podemos calcular, com todas as reservas aconselhadas, os produtos alimentares provenientes de ações de pilhagem.

Para determinar valores aproximados do abastecimento de Ceuta, as cartas de quitação foram fundamentais. Estas não cobrem a totalidade da cronologia em estudo, mas dão respostas bastante positivas para as décadas de quarenta e de cinquenta do século XV. Com as quititações pudemos reconstituir a estrutura da Casa de Ceuta, os seus oficiais, as suas competências e a sua capacidade em recolher mantimentos, assim como a sua capacidade de intervenção no mercado. Para além disso, existem quititações referentes a

ofícios distintos da Casa de Ceuta que também contribuem para o abastecimento alimentar da cidade.

Este trabalho inclui, também, consulta a fontes de carácter normativo como as Ordenações de D. Duarte e de D. Afonso V. Pretende-se, através do estudo dessa documentação examinar a Coroa enquanto agente regulador e perceber quais os meios logísticos necessários, assim como identificar aqueles que teriam direito a mantimento durante o seu serviço em Ceuta. As cartas de privilégio confirmam ou negam o mantimento estipulado em ordenação geral. Explicitam ainda, por vezes, o género alimentar e o peso exato a que o indivíduo teria direito. Quanto aos capítulos em Cortes, a sua importância reside na possibilidade de se poder aferir da receptividade do povo em relação ao encargo de manutenção Ceuta. Fontes como doações e emprazamentos são importantes para descrever a produção alimentar localizada em Ceuta, uma vez que contêm referências a vinhas, hortas, pomares, currais, entre outras.

2. Portugal no Norte de África

2.1. A política portuguesa para Marrocos até à conquista de Alcácer Ceguer (1458).

2.1.1. Entre Ceuta e Gibraltar. A importância estratégica do estreito

O estreito de Gibraltar é uma separação natural entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico e entre os continentes Europeu e Africano. Ao norte, encontram-se a Espanha e o território britânico ultramarino de Gibraltar; ao sul, Marrocos e o enclave espanhol de Ceuta no norte de África. A largura mínima do estreito é de 14,4 km entre Punta de Oliveros, em Espanha, e Punta Cires, em Marrocos. Quando o dia está limpo, de Gibraltar ou de Marrocos é possível avistar África ou a Europa.

O território de Gibraltar situa-se numa ampla baía, sendo a primeira paragem para quem atravessa o estreito vindo de África. Do lado africano situa-se Ceuta, contando também com um porto e defesas naturais. Estes dois lugares constituem as chamadas

“Colunas de Hércules”. O nome vem da mitologia grega em que se conta que Hércules para realizar um dos seus doze trabalhos, teria necessidade de transpor um estreito marítimo. Tendo pouco tempo para executar essa tarefa, Hércules abriu caminho entre o oceano Atlântico e o mar Mediterrâneo com os seus ombros: de um lado ficaria um grande rochedo, Gibraltar, e do outro o monte Hacho ou o monte Musa (Abília ou Ábila). Depois de separados, os dois montes passaram a ser denominados “Colunas de Hércules”, ou “Pilares de Hércules”¹².

Do ponto de vista geográfico, Gibraltar proporciona, no estreito, um melhor porto natural do que Ceuta que ocupa uma posição mais contingente. Isto decorre da orografia do terreno e do tamanho da baía natural onde Ceuta se situa, bem como das correntes e dos ventos do estreito que favorecem a costa sul da Península Ibérica, sobretudo quando as embarcações entram no Mediterrâneo vindas do Atlântico¹³. Consequentemente, ao longo dos tempos, o estreito de Gibraltar sempre teve um papel preponderante por virtude da sua localização estratégica na passagem entre dois continentes sendo recorrentes as migrações de sul para norte, como ainda hoje se verifica, com vagas de embarcações precárias que conduzem em direção à Ibéria inúmeros migrantes do Magrebe e da África subsariana.

Se do ponto de vista marítimo Gibraltar é mais importante, Ceuta adquire uma posição estratégica de enorme relevância quando se considera o cruzamento entre o Norte e o Sul. Naturalmente isolada do interior africano Ceuta funciona como uma cunha para movimentos de expansão vindos de sul e, ao mesmo tempo, quando controlada a partir de África, assume-se como um ponto logístico fundamental para os movimentos de direção setentrional. Vejamos, sucintamente, alguns exemplos desta sua idiossincrasia geográfica.

¹² Sobre a importância geográfico-histórica do estreito leia-se David ABULAFIA “Between The great sea and the ocean”, *Cambridge in Morocco. Perspectives on North African and Islamic Studies*, The University of Cambridge, 2013. Luís Miguel DUARTE, “África”, em *Nova História Militar de Portugal*, Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, vol. I, José Mattoso (coord.), pp. 392 e ss. Vitorino Magalhães GODINHO, *A expansão quatrocentista portuguesa*, 2ª ed, Publicações D. Quixote, 2008, pp. 89-109. Vasco Gil MANTAS, “O estreito de Gibraltar e o seu valor simbólico e estratégico”, *A Conquista de Ceuta, conselho régio de torres vedras*, edições colibri, 2015. Luís Adão da FONSECA, “Portugal e o Mediterrâneo, entre Castela e Marrocos: a formação da fronteira marítima nos séculos XIV-XV e a noção de espaço político descontínuo”. *Relações Portugal-Espanha. Partilha e Fronteira*, revista População e Sociedade, CEPESE, Edições Aforamento. Nova História da Expansão Portuguesa, Joel SERRÃO e A.H. de Oliveira MARQUES (dir), volIII, A Expansão Quatrocentista, A.H. de Oliveira Marques (coord), Editorial Estampa, 1998.

¹³ David ABULAFIA, *Cambridge in Morocco* pág. 61. A viagem da armada que levou à conquista de Ceuta é sintomática dos perigos que o estreito representa à movimentação por via marítima. Luís Miguel DUARTE, *Ceuta 1415, Seiscentos anos depois*, Livros Horizonte, 2015, pág. 97-100.

No período romano e visigótico Ceuta era administrada a partir da Península Ibérica¹⁴. Só com a expansão árabe que no século VII varreu o Magrebe é que passou a estar administrativamente ligada aos poderes políticos do norte de África. E assim continuaria até à conquista portuguesa de 1415, momento em que transitou, novamente, para um sistema de administração ibérica, uma situação que se mantém até aos dias de hoje.¹⁵ Foi de Ceuta que, em 711, partiu Tarik para conquistar a Hispânia. Em pouco tempo, durante o domínio muçulmano, Ceuta assumiu-se como um ponto de paragem dos fiéis que partiam da Andaluzia para a peregrinação a Meca¹⁶. No fundo, é neste sentido estratégico que se deve entender a ideia de Ceuta como chave do estreito: um ponto de passagem fundamental dos movimentos que se queiram fazer verticalmente entre a Europa e a África.

A partir do século X Ceuta inseriu-se nas rotas de comércio desenvolvidas entre o islão e a cristandade. Em pouco tempo chegaram mercadores de Barcelona, de Maiorca, de Génova e de outras partes do Mediterrâneo. As atividades económicas desenvolveram-se de tal forma que al-Ansari contou 360 armazéns, 142 *suks* e vários *fonduks*¹⁷. Os movimentos de cruzada que levaram os povos do norte da Europa ao Médio Oriente abriram o estreito à passagem regular de embarcações vindas do Atlântico. Em meados do século XIII, aproveitando a estabilidade marítima vivida no Mediterrâneo ocidental começaram a passar pelo estreito as rotas de comércio marítimo¹⁸.

Ceuta foi sempre dependente de produtos alimentares e funcionou como um centro de redistribuição do trigo marroquino para o Mediterrâneo Ocidental¹⁹. O seu comércio desenvolveu-se pela ação dos genoveses transformando-se a cidade, segundo David Abulafia, num centro logístico (“transport hub”) entre Espanha e o Norte de África de bens de luxo, pepitas de ouro, ovos de avestruz, couros, lã e tinturarias²⁰. A cidade adquiriu, então, uma enorme importância comercial no Mediterrâneo não como uma zona de produção, mas como zona de armazenamento e de redistribuição. Terão sido estas características que, a partir de meados do século XIV, despertaram o interesse dos

¹⁴ David ABULAFIA, *Cambridge in Morocco* Pág.87.

¹⁵ Não obstante a sua autonomia, o topo do poder político-administrativo situa-se em Madrid.

¹⁶ David ABULAFIA. *Mediterranean the Great Sea, A Human History of the Mediterranean*, Oxford University Press, 2011, Pág. 308. David ABULAFIA, *Cambridge in Morocco*... Pág. 83.

¹⁷ David ABULAFIA, *Cambridge in Morocco* ... pág. 90.

¹⁸ David ABULAFIA, *Cambridge in Morocco* ... , pág. 85.e 91,92. Roberto S. LOPEZ, "Majorcans and Genoese on the North Sea Route in the Thirteenth Century." *Revue belge de philologie et d'histoire* 29, no. 4, 1951, pp. 1163-1179. Movimento acentuado com a reconquista de Gibraltar por Castela em 1312.

¹⁹ David ABULAFIA, *Cambridge in Morocco* ... pág. 89.

²⁰ David ABULAFIA, *Cambridge in Morocco* ... pág. 90.

mercadores de Portugal pelo comércio mediterrânico: os produtos de luxo e os produtos alimentares, um dos “pilares fundamentais” para os comerciantes portugueses desse período²¹.

Apesar do interesse geoestratégico dos portugueses em Ceuta, em inícios do século XV esta cidade já não apresentava o fulgor económico e a importância política de tempos passados²². Era um porto comercial, um terminal de rotas caravaneiras, com uma presença forte de genoveses²³. Mas também era uma fortaleza e um ninho de corsários cujos ataques não tinham significativa importância para Portugal. Já não era o porto naval dos tempos áureos dos sultões merínidas. A sua importância residia no apoio aos nazrí de Granada, uma vez que permitia um avanço rápido e seguro no estreito de forças militares de sul para norte.

Qual foi, então, o interesse dos portugueses pela posse de Ceuta? Em linhas gerais, os portugueses queriam impor-se no estreito de Gibraltar garantindo o acesso ao Mediterrâneo. Não se pense, contudo, que esta posição serviria para se controlar o tráfego no estreito visto que pouco ou nada interferiria com as grandes rotas europeias. Mesmo que os portugueses quisessem garrotear a passagem não o conseguiriam, ao contrário do que aconteceu com Constantinopla, nos antípodas de Ceuta, que controlou a ligação entre o Mar Negro e o Mediterrâneo. Quando os otomanos decidiram agir, bloquearam em absoluto a navegação nos estreitos do Bósforo e de Dardanelos cortando a navegação e o abastecimento a Constantinopla para depois procederem ao seu assalto final²⁴. Em Ceuta, este objetivo seria difícil de concretizar, embora as provas históricas apontem no sentido de uma replicação destes objetivos. Luís Miguel Duarte afirma que Ceuta seria um “memorial” de D. João I, a sua Constantinopla²⁵. O que aconteceu, no entanto, foi que a conquista de Ceuta colocou um travão nas rotas comerciais entre a Andaluzia muçulmana e o reino de Fez. Vislumbra-se, assim, uma cidade associada a duas realidades: uma marítima – de pirataria este/oeste – e uma territorial – de conquista norte/sul. A estratégia portuguesa visava interferir no reino de Granada e de Marrocos, eliminar o poder naval muçulmano e criar uma base para novas conquistas como Granada a norte e o reino de Fez em África. O controlo de Ceuta, mais do que uma posição marítima no estreito

²¹ Filipe Themudo BARATA, *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no Mediterrâneo ocidental (1385-1466)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, 1998, págs. 31, 107.

²² David ABULAFIA, *Cambridge in Morocco ...* pág. 82

²³ Peter RUSSELL, *Henrique, O Navegador*, Livros Horizonte, 2004, pág. 44 e 45.

²⁴ Michael NORTH, *The Expansion of Europe, 1250-1500*, Manchester University Press, 2012, pág. 274 e 275.

²⁵ Luís Miguel DUARTE, “África”, pág. 404.

garantia a Portugal uma posição territorial no Norte de África que, por um lado, impedia futuras expedições militares magrebins à península ibérica e, por outro lado, possibilitava um ponto de partida para o prosseguimento da expansão militar territorial cristã pelo Norte de África. E é com base nestes movimentos que se compreende o argumento historiográfico de Luís Adão da Fonseca que percebe Ceuta como um espaço de confluência da verticalidade do Atlântico com a horizontalidade do Mediterrâneo, definindo-a como o limite Sul da fronteira marítima estratégica portuguesa.²⁶ Este seria um ponto de apoio dos portugueses para a sua expansão no mediterrâneo, algo que como a história comprovou, nunca se veio a realizar. Desta forma, Portugal entra em conflito com Castela que atribui a Gibraltar o mesmo papel que os portugueses atribuem a Ceuta.

2.1.2. Características produtivas da região

Do ponto de vista climático, Ceuta e a sua zona envolvente não diferem muito da Andaluzia. Falamos da orla do Mediterrâneo que em todo o seu conjunto oferece condições produtivas específicas. A agricultura obedece a escolhas podendo, numa dada região, certos produtos serem privilegiados em relação a outros de acordo com a cultura dos povos que os cultivavam. O europeu ocidental privilegia a produção de trigo sobre qualquer outro cereal ou produto agrícola enquanto os muçulmanos cultivam plantas menos disseminadas na Europa como a banana ou o açúcar, que existiam nas imediações de Ceuta²⁷.

A pesca e a ganadaria constituíam as principais atividades económicas ligadas ao consumo na região de Ceuta²⁸. A pesca era feita em embarcações próprias ou com armadilhas colocadas no mar ao largo da cidade – as chamadas almadrasas²⁹. Quanto à criação de gado, sobretudo caprino, embora também bovino e suíno, efetuava-se no interior montanhoso que circunda Ceuta³⁰. A referência ao gado é uma constante nas crónicas de Zurara com as descrições das capturas que os portugueses fizeram nas aldeias

²⁶ A fronteira norte seria balizada pelo Canal da Mancha segundo Luís Adão da Fonseca. No mesmo sentido, Vasco Gil Mantas afirma que este é o cruzamento entre um espaço de verticalidade entre Europa e África, unindo-se à horizontalidade do Mediterrâneo com o Atlântico. Vasco Gil MANTAS, “O Estreito de Gibraltar e o seu valor simbólico e estratégico”, pág. 22.

²⁷ Peter RUSSELL, *Henrique. O Infante*, pág. 57.

²⁸ Vitorino Magalhães GODINHO, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, pág. 162.

²⁹ Luís Miguel DUARTE, *Ceuta, 1415*, pág. 144.

³⁰ Zurara afirma que a terra em redor de Ceuta é pobre, tendo apenas potencial para a criação de porcos e cabras. CCDPM, pág. 260.

vizinhas sendo enaltecido o seu valor alimentar e a sua importância para a indústria dos curtumes³¹. Para além da pesca e da ganadaria, o território ceutí produzia fruta em abundância. Daí que a aldeia de Bulhões, próxima de Ceuta, tenha sido descrita por Luís Miguel Duarte como uma “Sintra marroquina”, podendo-se aí encontrar uma grande variedade de frutas que seriam exportadas no período anterior à sua conquista³².

Ceuta nunca conseguiu ser autossuficiente em trigo importando-o de outros locais no norte de África. Vitorino Magalhães Godinho identifica as regiões produtoras de cereal em Marrocos, a sul de Arzila e em Larache³³. No mesmo sentido, David Lopes aponta Azamor, Mazagão e Safim como as regiões cerealíferas mais produtivas em Marrocos³⁴. A maior parte deste cereal era exportado, especialmente a partir de Ceuta³⁵.

Tendo em conta estas características percebe-se que na zona envolvente de Ceuta a população se dedicava, sobretudo, a uma economia de subsistência com pequenas hortas, pomares e campos de trigo ou de milho. O suficiente para alimentar uma economia de trocas diárias em pequenas embarcações entre a costa marroquina e o sul de Espanha ainda sob o domínio muçulmano. A capacidade de produção desta região parece restringir-se à fruta, ao peixe e à criação de gado.

2.1.3. O saque de Ceuta e a defesa da cidade capturada

A cidade de Ceuta foi capturada perto do fim do dia 21 de agosto de 1415 e logo se iniciou o seu saque indiscriminado³⁶. Zurara escreve que a cobiça dos portugueses e a sua vontade em destruir foi maior do que a capacidade de perceberem o dano que estavam a causar, pois teriam tido um benefício maior se tivessem conservados os produtos que lhes seriam importantes no futuro imediato. Esta destruição foi evidente quando as *logeas*

³¹ Dois exemplos de entre inúmeros encontrados. Numa cavalgada são capturadas 50 vacas e bois (CCDPM, pág. 265). Numa outra cavalgada são capturadas 21 cabeças de gado grande, 42 cabras e 2 asnos (CCDPM, pág. 270).

³² Luís Miguel DUARTE, *Ceuta, 1415*, pág. 145,146.

³³ Vitorino Magalhães GODINHO, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, pág. 162. A falta de trigo em terra de mouros devia ser do conhecimento geral no reino mesmo antes da conquista. Em 1414, D. João I proibiu aos navios nacionais, mas também flamengos, ingleses e bretões que passassem pela cidade de Lisboa, a exportação de pão (cereal), castanhas, avelãs, nozes ou quaisquer outros mantimentos para África. Joana TORRES e Sara LOUREIRO, “Ceuta No Arquivo Municipal de Lisboa”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª Série, Nº 4, julho-dezembro 2015, pág.243.

³⁴ David LOPES, *A Expansão em Marrocos*, pág.59.

³⁵ David ABULAFIA, *Cambridge in Morocco*, pág. 90.

³⁶ CTC, pág. 234.

dos mercadores na rua Direita³⁷ foram atacadas, entrando os portugueses pelas portas adentro e destruindo gratuitamente as especiarias que aí se encontravam ensacadas. Este período de destruição durou treze dias, até que o rei impôs a ordem na cidade. Só que, entretanto, as provisões da cidade haviam sido arruinadas: “buçetas de conservas e jarras de mell e manteiga e arrobe e azeite...” encontravam-se espalhadas pelas ruas, em conjunto com as especiarias, empestando o ar àqueles que por lá se moviam³⁸. Esta destruição foi mais tarde lamentada por Zurara e pelos portugueses que se viram obrigados a sobreviver nos primeiros tempos exclusivamente com os mantimentos que a armada transportara para o cerco à cidade³⁹. As casas também foram destruídas na procura de riquezas.

Nas redondezas da cidade foram os próprios mouros que procederam à destruição das suas casas, herdades e quintas, para que os portugueses não se apoderassem dos seus pertences e das suas culturas. Assim, os muçulmanos arrasaram as hortas, os campos de cultivo e cortaram as árvores pelo pé⁴⁰. Praticaram aquilo que Philip Slavin considera de ecocídio: a destruição ambiental de um território de forma a impedir a sua continuidade económica em mãos inimigas⁴¹.

Ceuta, após a conquista pelos portugueses, nas palavras de Robert Ricard⁴² definir-se-á como uma “colónia de ocupação restritiva”. Para defender a cidade de inevitáveis ataques futuros, D. Pedro de Meneses organizou um sistema defensivo com uma praça bem guarnecida e uma área circundante sem obstáculos visuais, rodeada de atalaias e de vigias. Os terrenos em volta foram arrasados passando apenas a proporcionar pasto para o gado. O plano de defesa português procurou eliminar qualquer tentativa de cerco prolongado com a ajuda logística das populações próximas da cidade. As implicações desta estratégia militar foram, no entanto, a criação de uma terra de ninguém incapaz de produzir alimentos⁴³. Esta fase está relacionada com os primeiros anos da ocupação portuguesa em Ceuta. Corresponde a uma sucessão de razias feitas nas aldeias ao redor da praça, descritas nas crónicas. Nessas aldeias, os portugueses roubaram cabeças de gado (vacas, cabras, burros e até porcos) e procederam à destruição sistemática

³⁷ “Rua Direita” é a expressão utilizada pelo cronista.

³⁸ CTC, pág. 235

³⁹ CTC, cap. LXXXVIII, pág. 235.

⁴⁰ CTC, pág.240.

⁴¹ Philip SLAVIN, “New Light on the Great Famine: Warfare, environmental destruction and economic development in early fourteenth century British Isles”, apresentado em *Medieval Economic and Social History Seminar*, Selwyn College, University of Cambridge, 12 de fevereiro de 2014.

⁴² Luís Miguel DUARTE, “África”, pág.409.

⁴³ Luís Miguel DUARTE, “África”, pág. 411, CCDPM, pág. 260.

de qualquer colheita que se visse no campo (árvores de frutos e hortas). Ao todo, D. Pedro de Meneses criou um vazio de cerca de seis léguas em torno da praça militar⁴⁴.

Com a ausência de meios logísticos locais que permitissem a manutenção alimentar dos habitantes da cidade, nestes primeiros anos, Ceuta esteve particularmente dependente do abastecimento proveniente da metrópole. Infelizmente, faltam-nos dados que permitam avaliar o peso que o mesmo representou para a capacidade produtiva nacional, e a quantidade de alimentos enviados de Portugal para Ceuta. Não parece, no entanto, que a regularidade do transporte estivesse em causa. A viagem marítima para Ceuta aliada à curta distância a que se encontra de Portugal (2 ou 3 dias, dependendo), possibilitava um abastecimento certo da praça permitindo colmatar falhas esporádicas no armazenamento de alimentos motivadas por ações de cerco ou pela visita de séquitos dos Infantes à cidade⁴⁵.

Uma vez que Ceuta era abastecida externamente, os portugueses aí residentes tiveram de criar um conjunto de infraestruturas que garantissem o devido armazenamento dos produtos que chegavam. A informação sobre estas infraestruturas é, no entanto, lacónica. Sabe-se da existência de um armazém da Casa de Ceuta nessa praça africana, mas não se sabe o momento em que foi construído⁴⁶. As escavações arqueológicas têm-se relevado, até ao momento, inconclusivas sobre a existência e localização destas estruturas logísticas nos alvares do século XV. Embora se desconheça a existência do armazém, sabemos que D. Pedro de Meneses mandou construir um novo mercado diferente daquele que se conhecia antes da conquista⁴⁷. O papel que o mesmo desempenhou no escoamento de produtos vindos de Portugal é, também ele, desconhecido.

Com o passar dos anos, o perfil de ocupação militar do território mudou progressivamente. Os campos em redor da cidade, até às atalaias de vigia, começaram a ser cultivados com uma nova ocupação económica do solo para herdades de pão, vinhas, currais e criação de gado⁴⁸. Ainda assim, as contingências de uma economia de guerra permaneceram. Porque tal como os portugueses saíam para devastar o território inimigo,

⁴⁴ Luís Miguel DUARTE, “África”, pág.412.

⁴⁵ *Nova História da expansão*, vol. II, pág. 141.

⁴⁶ DCR, vol. II, pág. 137.

⁴⁷ CCDPM, pág. 533.

⁴⁸ DCR, vol. II, pág. 279.

também os mouros atacaram as produções portuguesas⁴⁹. A atividade económica de Ceuta viveu da guerra e a ela se encontrava adstrita.

2.1.4. A política portuguesa para Marrocos

Perante estes factos, de que forma é que a política portuguesa para Marrocos interferiu com o abastecimento de Ceuta? Este abastecimento foi uma prioridade na atuação dos monarcas? Como se viu na secção anterior, o projeto português para esta praça militar foi eminentemente militar e não económico, fazendo de Ceuta um baluarte inexpugnável. A cidade foi entendida como uma guarnição militar sem capacidade colonizadora no seu entorno. Isto resulta de uma visão política régia a longo prazo determinante para o desenvolvimento de uma rede logística de abastecimento – tema central deste estudo. O enquadramento desta conjuntura justificará a necessidade do abastecimento de Ceuta.

O projeto africano tem sido examinado pela historiografia na vertente da sua viabilidade, focando-se numa discussão que parece dividir o pensamento português desde essa época⁵⁰. Para o objeto de estudo desta dissertação importa investigar o contexto em que Ceuta foi abastecida e quais os projetos para a sua execução. O abastecimento via Casa de Ceuta foi a solução encontrada, não havendo a intenção de que a cidade se bastasse a si mesmo em cereal, até porque isso seria impossível. Para além disso, dado o perfil socioeconómico dos seus moradores, poucos navios estariam dispostos a seguir até Ceuta com propósitos comerciais.

Até ao fim da cronologia em estudo, a palavra de ordem em Ceuta parece ter sido “aguentar a praça”. Os portugueses conseguem, de facto, resistir a vários cercos nos primeiros anos estabilizando o controlo sobre a cidade⁵¹. A exceção deu-se em 1437, aquando da famigerada expedição a Tânger. Ceuta funcionou, aqui, como entreposto logístico para homens, material e mantimentos para o exército real⁵².

Resumindo, Ceuta tornou-se numa escala para viagens exploratórias, base para guerra de atrito, procurando desgastar os recursos dos seus vizinhos. Foi vista como um

⁴⁹ CCDPM, pág. 632. Muçulmanos atacam atalaia junto a Ceuta, matando 15 a 20 porcos. Este caso é um exemplo.

⁵⁰ O debate sobre Ceuta é muito longo. Sobre isso, veja-se Luís Miguel DUARTE, “África”, págs. 392 – 397. A. H. de Oliveira MARQUES, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, págs. 231 e ss.

⁵¹ João Gouveia MONTEIRO, 1415 A Conquista de Ceuta, págs. 82 e ss.

⁵² Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte, Requiem por um rei triste*, Circulo de Leitores, 2005, págs. 222 e ss.

enclave único, que durante toda a cronologia não esperou ser alargado ao território contíguo. Existiu, portanto, uma clara finalidade militar e não económica. A situação logística do abastecimento de Ceuta foi fruto de uma vontade política que criou mecanismos que possibilitaram a comunicação permanente da cidade com o continente e o seu provimento para que esta fosse bem defendida.

2.2. Os Portugueses em Ceuta

2.2.1. Demografia qualitativa

Ceuta, à data da conquista, teria cerca de 25 000 habitantes tendo a maioria fugido para as montanhas ou ficado cativa durante o saque⁵³. Calcular o número de habitantes no período entre 1415 e 1458 é uma tarefa impossível. Todas as estimativas realizadas para a quantificação deste número partem dos 2500 efetivos que Zurara diz terem ficado a defender a cidade aquando da partida de D. João I para Lisboa⁵⁴. Sabemos, no entanto, que os homens de armas não seriam os únicos habitantes, mas carecemos dos meios de quantificação necessários para chegarmos a uma estimativa fiável para o total da população⁵⁵. Apesar de a quantificação ser impossível podemos sempre tentar qualificar a constituição da população de Ceuta para estes primeiros anos.

Localizada em território hostil, Ceuta necessitou de um exército capaz de a defender e de a manter. Nas palavras de Paulo Drummond Braga, Ceuta transformou-se num espaço para homiziados e nobreza guerreira⁵⁶. É também importante mencionar que o acesso a este enclave africano era restrito e dependente de licença régia. Nas Ordenações Afonsinas encontra-se uma lei do tempo de D. Duarte alusiva à segurança daqueles que iriam a Ceuta a serviço do rei. Esta carta é dirigida a “senhores, capitães e fidalgos” que viajariam com os seus séquitos⁵⁷.

⁵³ João Gouveia MONTEIRO, 1415 *A Conquista de Ceuta*, pág. 50.

⁵⁴ Luís Miguel DUARTE, *Ceuta, 1415*, pág. 222. Partindo desta base Luís Miguel Duarte calcula um valor a rondar os 3000. Peter Russell na biografia de D. Henrique chega a valores semelhantes (Peter RUSSELL, *Henrique, O Navegador*, pág. 69). Oliveira Marques sugere 2500. A.H. de Oliveira MARQUES, *Introdução ao Estudo da Agricultura em Portugal*, pág.238.

⁵⁵ Isto mesmo contabilizando a totalidade de homiziados que se sabe terem servido em Ceuta nestes anos, assim como todos aqueles que se sabe terem estado ao serviço do rei. Faltam-nos fontes importantes como os livros de registo dos homiziados, os livros de registo dos servidores do rei acompanhados pelo número de pessoas que seguiam no seu séquito, o número de colonos que por sua iniciativa se fixaram na cidade e por fim o número de aventureiros que vieram da Europa e ficaram em Ceuta.

⁵⁶ *Nova Historia Expansão*, vol. II, pág. 298.

⁵⁷ Ordenações Afonsinas, Livro V, cap. 115, pág. 380. Nas cartas de quitação a Gonçalo Pacheco encontramos despesas de alimentação a homens e a séquitos que cruzam o estreito com destino a Ceuta,

Na biografia do Infante D. Henrique, Peter Russell identificou uma série de cavaleiros e de escudeiros interessados em servir em Ceuta.⁵⁸ Para a aristocracia, o interesse em partir para o norte de África era evidente. Tratava-se do cumprimento da sua função de corpo guerreiro do reino, mostrar serviço ao rei e procurar expandir o seu património através da força marcial. Se aqueles que lideravam iam por opção, por um determinado período, muitas vezes aqueles que os seguiam eram forçados a ir. Russell referiu ainda a necessidade que Pedro de Meneses sentiu em constranger gente dos seus senhorios para o servir⁵⁹. A mesma dificuldade sentiu Sancho de Noronha que, em 1453, enquanto governador de Ceuta, obteve do rei autorização para coagir servidores das suas terras para o norte de África, para um ano de serviço. Fora dessa autorização estariam os lavradores e as suas famílias⁶⁰.

A Coroa, pelo seu lado, garantia o envio regular de homens, seus vassalos, para a defesa da cidade. Nestes, cabe especial destaque aos corpos de besteiros que assumem um importante papel nos sucessivos cercos. O tempo de serviço era previamente estipulado, mas nem sempre cumprido⁶¹. Para além destes, seguiram oficiais para a administração local e servidores para todas as tarefas necessárias ao regular funcionamento de uma cidade, com as suas necessidades logísticas⁶². Mas a mais conseguida política de povoamento foi iniciada com o envio de homiziados. Assim, praticamente qualquer tipo de crime cometido em Portugal poderia culminar numa sentença de degredo para Ceuta⁶³. O degredo para Ceuta não era exclusivo para homens,

como o caso de Lopo de Goyos que em 1453 recebeu 52,5 almudes de vinho, 1 tonel e 1393,5 reais para ele, quatro homens de pé, um moço e uma mulher que consigo levou a Ceuta.

⁵⁸ Peter RUSSELL, *Henrique: O Navegador*, pág.72.

⁵⁹ Idem ... pág. 72.

⁶⁰ DCR, vol. II, pág. 175.

⁶¹ Peter RUSSELL, *Henrique, O Navegador*, págs. 72 e 73. Aqui é também referida a fuga de soldados que eram obrigados a servir em Ceuta. Não sabemos com rigor se cumpriam a maioria dos prazos nem a quantidade daqueles que partiram com a ideia de servir temporariamente e tenham acabado a viver indefinidamente em Ceuta, como parece ter sido o caso de Rodrigo Afonso de Meneses, escudeiro do Infante D. Pedro, que aí se fixa em 1415 e em 1443 ainda lá vivia (DCR, vol. I, 246). Na argumentação para pedido de aposentação de besteiros, quando é possível, estes invocam os anos de serviço em Ceuta como Pero Domingues, que serviu na tomada de Ceuta e aí ficou mais 5 anos até regressar, em 1451 (DCR, vol. II, pág. 43).

⁶² Nas cartas de quitação a Gonçalo Pacheco temos alguma informação sobre aqueles que se deslocam ao serviço do rei, estando discriminada a sua função (DCR, vol. II, pág. 669 e ss).

⁶³ Ordenações Afonsinas, Livro 5, tit. 114, pág. 377. Lei do tempo de D. Duarte ordena que o período de degredo determinado para Ceuta corresponda a metade do prazo que seria se fosse no continente. Podem ser degradados para Ceuta criminosos de qualquer tipo de delito, desde homicídio a dívidas. Estes teriam direito a mantimento, mas não a soldo (Ordenações Afonsinas, pág. 378). Esta lei foi suspensa por Afonso V, em 1450, por já não necessitar de povoar Ceuta com criminosos. De referir ainda que, segundo esta lei, os homiziados tinham direito a mantimento, mas não a soldo. Lei que determina os prazos de degredo para Ceuta do tempo de D. Duarte datada de 1431(DP, Sup. Vol. I, pág. 118 e 119).

também se aplicando a mulheres⁶⁴. Os condenados poderiam ser portugueses ou estrangeiros julgados em tribunais portugueses, ou piratas apanhados na costa⁶⁵.

Por fim, habitariam na cidade alguns mouros, judeus e estrangeiros. São lacónicas as referências em fontes a estes grupos sociais, sobretudo a judeus, uma vez que a existência de mouros é ocasionalmente referida como cativos à espera de resgate ou ao serviço dos novos senhores cristãos. Ceuta recebeu, ocasionalmente, a visita de estrangeiros, que passavam pela cidade à procura de negócio ou de aventura, não tendo interesse em fixar-se por muito tempo. Os aristocratas buscavam nela aventuras militares, assim como os mercenários recrutados pelo rei, como seriam os bombardeiros⁶⁶. Quanto a mercadores, sabemos que existiu uma colónia genovesa até 1415 que desapareceu logo após a conquista, fruto da destruição dos seus respetivos armazéns e mercadoria, bem como o fim da atividade comercial na cidade. É provável que alguns mercadores possam ter feito escala em Ceuta depois de 1415, mas não temos conhecimento de que tenham sido em número suficiente para agirem de uma forma organizada⁶⁷.

Em suma, a população que residia em Ceuta nos primeiros tempos após a conquista era de perfil eminentemente militar, procurando subsistir em território hostil frequentemente alvo de ataques. A capacidade económica da maioria da população seria reduzida e o desenvolvimento de atividades de produção agrícola ou piscatória não estaria ao acesso de todos. Em vários momentos da cronologia a população parece oscilar. Em 1419, Peter Russell diz que a cidade não teria capacidade para aguentar operações de cerco bem montadas, pela sua falta de habitantes. Por outro lado, a leitura de Zurara e de algumas leis do reino sugerem que Ceuta se encontraria preenchida de gente e bem defendida. Mas a população de Ceuta, ao contrário do que acontecia em qualquer espaço urbano do reino, era de perfil temporário: certos habitantes permaneciam um determinado período de tempo, como o cumprimento de uma pena ou de um serviço em nome do rei ou em nome pessoal. Estas características fizeram com que a população da cidade flutuasse ao longo deste período.

Independentemente do seu número, os habitantes de Ceuta necessitariam de alimento. Os hábitos alimentares da população em Ceuta refletirão a origem

⁶⁴ Em 1452 Constança Fernandes, moradora em Moura, é condenada por barregania e mandada para Ceuta. Consegue evitar o degredo por estar grávida. DCR, vol.II, págs. 138 e 155.

⁶⁵ Peter RUSSELL, *Henrique, O Navegador*, pág. 71. Nos anos 50 do séc. XV marinheiros galeses e ingleses são acusados de pirataria e degredados para Ceuta.

⁶⁶ Na confrontação de casas em Ceuta, encontramos um proprietário chamado “Olivell Bombardeiro”. DCR, vol. II, pág. 179.

⁶⁷ CCDPM, pág. 639.

socioeconómica dos agentes, agora adaptada a um cenário de guerra. Mas seria uma alimentação muito diferente daquela que se praticava em Portugal?

2.2.2. Sociedade e alimentação

Estudar os hábitos alimentares da população em Ceuta é uma tarefa complicada pela ausência de fontes diretas e específicas sobre o assunto. O mesmo problema tem sido colocado para o estudo mais alargado dos hábitos alimentares dos portugueses medievais no continente. Já Oliveira Marques em *A Sociedade Medieval Portuguesa* se lamenta pelo facto de, nas fontes, os momentos à mesa serem raramente descritos, sobretudo na forma como os alimentos eram confeccionados e consumidos⁶⁸. Nas informações que temos sobre Ceuta conseguimos determinar os produtos alimentares consumidos, mas pouco se sabe quanto a hábitos alimentares propriamente ditos. Por vezes, as horas da refeição são utilizadas como referencial temporal para o momento da ação nas crónicas. O fausto com que certos banquetes são dados ou as queixas da qualidade da alimentação consumida são assim os melhores indicadores de que dispomos sobre como seria o quotidiano alimentar dos portugueses em Marrocos.

Qual era, então, a base alimentar medieval portuguesa no início do século XV? Iria Gonçalves afirma que a alimentação é fruto das “capacidades produtivas do espaço”, assim como a obtenção de alimentos e as suas técnicas de confeção. A base da alimentação portuguesa é influenciada pela produção agrícola típica do mediterrâneo e pela tradição cultural cristã, desempenhando o pão e o vinho um papel central⁶⁹.

A alimentação disponível em Portugal era, no geral, idêntica àquela praticada em Marrocos⁷⁰. Aos cereais constituintes do pão (trigo, centeio, etc..) e ao vinho (das mais diversas qualidades) junta-se a carne, o alimento favorito para as refeições. Esta poderia ser de porco, de vaca, de aves de capoeira (galinhas, gansos, patos, etc...) ou de caça (lebres e coelhos, de aves de todas as espécies, de cervídeos e de porcos bravos ou de javalis). O pescado desempenharia um importante papel na dieta alimentar portuguesa, sobretudo para populações com acesso direto a ele na costa ou na extensa rede fluvial

68 A.H. de Oliveira MARQUES, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa. Pág. 7.

69 *História da Vida Privada em Portugal*, pág. 226.

70 *História da Vida Privada em Portugal*, pág. 226 a 230. A. H. de Oliveira MARQUES, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, pág. 9 a 16.

portuguesa. Era consumida uma grande variedade de peixe, sendo de destacar a pescada e a lampreia. Também se comia carne de baleia e de golfinho.

A Ceuta afluíram carregamentos de cereal pois esta região não tinha capacidade de produzir o mínimo para a subsistência continuada, com os perigos de um corte repentino com o seu *hinterland* movido por ações militares⁷¹. De Portugal importava-se trigo, centeio, milho e qualquer outra espécie de semente necessária para a alimentação de homens e de animais. Em períodos de paz, os campos em redor das atalaias encontravam-se pontuados por herdades de pão⁷². O cereal e outros bens alimentares poderiam ser capturados às pequenas embarcações que cruzavam o estreito entre o sul da Península Ibérica e o norte de África⁷³.

2.2.3. Alimentação dos portugueses em África

O estudo dos hábitos alimentares dos portugueses neste período carece de fontes que diretamente descrevam a atividade de cozinhar e as formas de comer, assim como os utensílios e o mobiliário utilizados. Resta-nos, portanto, inferir como seriam os gostos e as formas de comer em Ceuta através dos relatos existentes nas crónicas de Zurara onde a alimentação surge como uma marca temporal, divisória das horas do dia ou como um momento que antecede a ação dos personagens. Por vezes, a refeição aparece como algo especificamente simbólico⁷⁴. Com a análise das cartas de quitação alusivas ao abastecimento de Ceuta podemos retirar outros dados referentes às preferências alimentares que fazem com que determinados produtos sejam importados por Ceuta em detrimento de outros. Com os meios de que dispomos, como podemos descrever quais seriam os hábitos alimentares dos portugueses em Ceuta? Que alimentos comiam, de que forma, e quais os fenómenos culturais associados à alimentação? Houve influências gastronómicas muçulmanas na dieta portuguesa em Marrocos? Qual a perceção que existia daquilo que uns e outros comiam?

71 São várias as formas de chegada de cereal ou “pão” a Ceuta. A título de exemplo, a caravela de Lanzarote transporta pão e vinho para Ceuta ao serviço da Casa de Ceuta (DCR, vol. II, pág. 677). O centeio era também enviado para Ceuta a partir da comarca de Entre-Douro-e-Minho (DCR, vol. II, pág. 688).

72 DCR, vol. II, 279.

73 Como é o caso da fusta capturada por Afonso Garcia que transportava, entre outras coisas, trigo, cevada, legumes e seis cavalos. CCDPM, pág. 304.

74 Outros exemplos são os momentos de vida a bordo do navio que leva D. Leonor a Ceuta. As refeições de todos a bordo são escaladas de acordo com os diferentes momentos do dia marcando assim a referência temporal usada pelo autor.

Devemos começar a investigação no momento da partida de Portugal. Aqueles que servem o rei recebem um conjunto de alimentos para um período entre um a três meses, desde que saem de Portugal até aos primeiros momentos em que se instalam em Ceuta. Estes recebem aquilo que seria a base da dieta alimentar portuguesa: trigo, vinho, carne e peixe. Comer a bordo do transporte para Ceuta obedeceria a momentos próprios. O embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein descreveu a viagem de D. Leonor até a primeira escala em Ceuta, apontando os momentos em que cada um a bordo do navio comeria. Para os homens da governação a refeição era tomada ao nascer do sol, para os homens de defesa e combate a refeição era antes do meio dia e, por fim, D. Leonor e os seus acompanhantes comiam ao meio-dia. O menu seria peixe salgado frito em azeite acompanhado por pão ou biscoito. Pela tarde eram distribuídas virtualhas⁷⁵. Estes eram os alimentos fornecidos pela embarcação, mas quem levasse os seus próprios mantimentos podia consumi-los embora sem recurso a fogo para confecioná-los ou aquecê-los⁷⁶.

Em Ceuta, os portugueses viveram do terreno e comeram nos mesmos moldes com que o faziam em Portugal. Utilizavam os mesmos utensílios, os mesmos cozinheiros, a mesma forma de cozinhar e os mesmos produtos alimentares a que tinham acesso em Portugal⁷⁷. Nos campos em redor da cidade, e mesmo dentro desta, era possível ter várias árvores de fruto, hortas, campos de cereal e áreas de pasto para gado bovino, assim como porcos e diversas aves de capoeira, sendo a galinha a mais comum⁷⁸. Também teriam acesso ao abundante peixe fresco do estreito, ou aos sáveis secos do Tejo e a outros tipos de pescado oriundos da costa portuguesa⁷⁹.

As refeições eram feitas segundo as normas portuguesas. Comia-se à mesa, quando esta existia, mas também no chão quando as contingências do momento assim o

⁷⁵ Sem mais detalhes, ficaremos sem saber em que constituíam.

⁷⁶ *Leonor de Portugal Imperatriz da Alemanha*, ed Cosmos. pág.55. Isto poderá ser acontecer por várias razões: a viagem ser curta ou a embarcação pequena. O autor não especifica.

⁷⁷ Nas crônicas de Zurara não é referida a utilização de novos utensílios ou técnicas culinárias. A Ceuta chegam os alimentos existentes em Portugal. Temos conhecimento de um cozinheiro ao serviço de D. Pedro de Meneses que vem de Portugal, mas mais informações concretas não dispomos. Depreendemos que pela ausência de referências nas crônicas, a ausência de novidades na cozinha se traduz numa continuação das práticas que sempre foram as dos portugueses, não sendo por isso alvo de nota ou notícia.

⁷⁸ Referências diretas a galinhas encontramos na alusão ao preço alto que atingiram aquando da estadia de D. Henrique em Ceuta e no registo de uma aldeia que foi capturada e estava vazia de gente tendo os portugueses apenas encontrado galinhas e gatos. CCDPM, pág. 254 e 441.

⁷⁹ O peixe pode ser pescado a partir da costa à linha, com armadilhas, ou utilizando barcos no estreito, ou importado de Portugal, sobretudo peixe de água doce dos rios muito apreciado então. A Ceuta afluem sáveis secos do tejo. Recorde-se ainda o peixe salgado que foi com a armada na conquista de Ceuta, nomeadamente pescadas, cações e raias. CTC, pág. 90.

exigiam⁸⁰. Os portugueses não tinham por hábito evitar comer porco e beber vinho, ainda que existisse a consciência de uma superior pureza alimentar por parte dos muçulmanos que evitam sempre que podem o consumo destes alimentos⁸¹. O clima que os portugueses encontraram em Ceuta favoreceu o consumo de géneros alimentícios mais indicados ao calor⁸² como a fruta, nas suas mais variadas formas. Frutas secas ricas em calorias, mas também fruta fresca, que quando no seu tempo, refresca, alimenta e fornece vitaminas. De resto, este parece ter sido um hábito de consumo anterior à ida para Ceuta. Quando o Infante D. Henrique recebe os seus irmãos em Viseu, nos momentos antecedentes à expedição de 1415, é-nos descrito por Zurara a mesa que este apresentou, composta por viandas, conservas em açúcar provenientes de todo o reino, fruta fresca e seca, vinho da casta malvasia (casta de vinho branco particularmente fresca e doce) assim como uma grande variedade de vinhos brancos e tintos⁸³. Sobre a mesa de Pedro de Meneses e os seus sucessores no governo de Ceuta pouco sabemos, mas não seria muito diferente da descrição feita da mesa de D. Henrique em Viseu. As breves informações acerca da mesa do governador de Ceuta são sempre para enaltecer a sua generosidade e partilha, como revela o episódio da estadia de D. Henrique e seu irmão D. João logo após o primeiro cerco. Não sabemos de que forma os alimentos foram apresentados, mas Zurara afirma que a cidade ficou exaurida de recursos tendo sido toda a carne existente na cidade gasta, chegando a galinha a custar 80 reais e meia canada de vinho 40 reais⁸⁴. Para quem não tinha acesso a hortas, pomares ou alguma forma de gerar alimentos, devem ter sido momentos complicados.

Em situações de cerco a dieta muda. O gado era recolhido dentro da cidade (quando as atalaias davam o alerta) e a partir daí a urbe dependeria exclusivamente de

⁸⁰ Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, pág. 86. A mesa de pernas altas aparece em Portugal no reinado de D. Fernando e aparece referida em quitações como mesa e suas pernas. Ela seria utilizada nos paços de D. Pedro de Meneses e da restante camada superior a viver em Ceuta. Não obstante, quando em campanha ou em trabalhos pela cidade, comia-se sentado no chão. CCDPM, pág. 532. Quando D. Pedro anda a supervisionar as obras de reconstrução das defesas de Ceuta tem por hábito alimentar-se aí, comendo no chão acompanhado pelos seus.

⁸¹ CCDPM, pág. 249. Zurara confessa que o consumo de vinho e carne torna os cristãos menos puros que os muçulmanos. A ideia é reforçada por Pedro de Menezes que considera os muçulmanos de bom entendimento e pureza por evitarem comer porco e beber vinho (CCDPM, pág. 382). Apesar das normas os muçulmanos consomem vinho, nomeadamente embaixadores recebidos por Pedro de Meneses que aceitam o vinho que lhes é oferecido. CCDPM, pág. 489 O conde reúne com embaixadores de Fez para proceder à troca de reféns e oferece-lhes vinho que eles bebem.

⁸² Este clima não seria muito diferente do português. Nicolau Lanckman de Valckenstein descreve Portugal como um país rico em fruta variada, bons vinhos, cereais, azeite, açúcar, mel, passas e muito sal (*Leonor de Portugal Imperatriz da Alemanha*, pág. 32). Esta descrição não é muito distante da que conhecemos das condições e frutos da terra que as novas possessões portuguesas ofereciam.

⁸³ CTC, pág. 73.

⁸⁴ CCDPM, pág. 524 e 523.

Portugal para o pão e o vinho. Haveria um armazém com estes produtos essenciais para que nos cercos não faltasse o fundamental (a certa altura usam vinho e água para apagar um fogo ateado em pólvora⁸⁵). Os sitiados viram-se sem mantimentos para sustentar um cerco por mais do que alguns dias. Segundo Zurara, os inimigos apenas se faziam acompanhar por um saco de uvas passas e farinha, afirmação que nos deve merecer algumas reservas⁸⁶.

O custo de sustentar alimentariamente Ceuta seria muito grande, uma vez que esta se encontrava em guerra permanente sendo necessário gerir os seus mantimentos com conta e siso, o que não aconteceu em várias situações: com a necessidade de ostentação por parte das grandes dignidades do estado; com os momentos de excesso cometidos na véspera da tomada de Ceuta quando foi distribuída a última ração antes do desembarque – biscoito e viandas – que cada um comeu como se “fosse o seu último dia na terra”, sabendo que se morresse iria de barriga cheia e se sobrevivesse teria mantimentos de sobra na armada; com a destruição da cidade pelos homens ébrios com o vinho que seria para aguentar um cerco de meses e, ainda, com a falta de armazenamento dos mantimentos que tinham sido descarregados após a conquista num local amplo para serem mais tarde acomodados mas que tendo ficado ao ar livre, por vários dias, se estragaram para além da que foi roubada. Foram estes os portugueses que durante os combates dessa quente tarde de agosto viram as “suas carnes a secar”, perante o perigo de desidratação, a afluência aos poços da cidade foi recorrente⁸⁷.

Na região que os portugueses ocuparam o clima levou a que fosse mais propício, devido à guerra de rapina, a captura de carne fresca, a rentabilização dos derivados lácteos e o aproveitamento da gordura animal de porco que era a principal gordura utilizada nas cozinhas da cidade. Não encontramos em qualquer registo de quitação o envio de azeite ou de qualquer outra gordura para Ceuta. A gordura utilizada seria, pois, de origem animal e confeção local pois a ausência de referências a azeite e a oliveiras, em grande quantidade na região, leva-nos a crer que seria essa gordura a base da alimentação. No dia-a-dia a base da alimentação seria um caldo com sebo ou toucinho e tudo o que se pudesse acrescentar. Este caldo era acompanhado por vinho (vindo de Portugal, sobretudo da zona de Santarém, ou produzido em Ceuta, cuja época de vindima seria em meados de outubro) e pão feito com trigo e centeio vindos de Portugal, capturados ou cultivados.

⁸⁵ CCDPM, pág. 321.

⁸⁶ CCDPM, pág. 486.

⁸⁷ CTC, 208 e 215. Mantimentos deixados dias a fio ao ar livre depois da conquista.

A fruta, diversificada de acordo com a sua época de maturação, era fácil de apanhar e um importante contributo alimentar no que diz respeito a vitaminas e calorias. Os portugueses comiam figos, amêndoas, passas, pêssegos, citrinos e ameixas entre outras frutas⁸⁸. A fruta servia também como refresco oferecido a visitantes ou sobreviventes de ataques⁸⁹.

Quando saíam em razias os portugueses comiam refeições ligeiras tendo sempre o cuidado de alimentar os cavalos com cevada antes da incursão. Estes ataques às povoações visavam capturar gado e aprisionar população indígena⁹⁰.

No que diz respeito à presença naval portuguesa no estreito havia também especificidades alimentares traduzidas num maior consumo de biscoito em detrimento do pão cozido na hora. Este biscoito, cozido duas vezes como o nome indica, em fornos portugueses, era enviado para Ceuta como produto para abastecimento das tripulações como as das fustas, que patrulham e capturam de presas inimigas no estreito⁹¹.

As particularidades da alimentação dos portugueses em Ceuta prendem-se com a situação de guerra no terreno. Fruta fresca, leite fresco de cabra e ovos de galinha permitiram a adaptação dos portugueses ao terreno aproveitando recursos que em nada lhes eram estranhos. Assim, bens alimentares como gado, caça, trigo, vinho e fruta constituíam a dieta alimentar dos homens em sortida⁹². D. Pedro de Meneses comeria pão branco de trigo, tendo com ele presenteado um cativo de quem estava a tentar recolher informações, demonstrando assim a sua generosidade e a abundância em trigo de boa qualidade⁹³. Os homiziados ou os besteiros comeriam versões menos nobres de pão com cereal de segunda qualidade, o que levava a que fossem aliciados com uma vida a comer melhor por castelhanos que afirmavam que em Ceuta se bebia vinagre e se comia milho⁹⁴. Estas acusações foram prontamente refutadas por quem habitava na cidade e que afirmava que aqueles que não tinham acesso a boa alimentação em Portugal também seria difícil, no degredo em Ceuta, acederem a melhor alimentação.

⁸⁸ Descrição dos produtos da região neste trabalho. Em certa altura os portugueses atacam dois barcos de pesca. Os marinheiros conseguiram fugir e quando deram à costa foram recebidos com água e fruta (CCDPM, pág. 379). Em ações de rapina perto de bulhões, o inimigo antes de iniciar a ação refresca-se comendo fruta (CCDPM, pág. 412).

⁸⁹ CCDPM, pág. 412.

⁹⁰ Normalmente, antes de um ataque, os cavalos são alimentados com cevada. CCDPM, pág. 280 e 311.

⁹¹ CCDPM, pág. 621. Existiriam fornos de biscoito em Lisboa, dois quais conhecemos um vedor para a cronologia em estudo. Existiriam também fornos de biscoito no Algarve.

⁹² CCDPM, pág. 257 e 260.

⁹³ CCDPM, pág. 419.

⁹⁴ CCDPM, pág. 643.

O abastecimento, por conta do rei, da armada que seguiu para Tânger em 1437, centrou-se no biscoito e no trigo, ou seja, na base alimentar, sendo o resto obtido de outra forma⁹⁵.

Em suma, a alimentação dos portugueses em Marrocos não parece ter sofrido qualquer alteração significativa em relação ao que se comia em Portugal mantendo-se os mesmos produtos alimentícios de base, designadamente a carne salgada e peixe seco. O consumo do biscoito é incrementado já que se utiliza bastante no abastecimento das armadas.

3. Os Responsáveis pela organização, logística e financiamento da alimentação para Ceuta.

3.1. Responsáveis pelo Abastecimento

3.1.1. Responsáveis pelo provimento de Ceuta

Pelas fontes disponíveis, a historiografia tem considerado o reino como a principal fonte de abastecimento de Ceuta⁹⁶. Para se compreender o abastecimento de Ceuta é necessário perceber quem estava encarregue dele e quais foram os mecanismos criados para responder às necessidades de provimento da cidade.

Pouco tempo após a conquista de Ceuta, em 1416, D. João I confiou a defesa e o provimento da praça ao Infante D. Henrique⁹⁷. O monarca ordenou os direitos e rendas do mestrado de Santiago, do arcebispado de Lisboa e de outros bispados da câmara apostólica, assim como as demais fontes de rendimentos destinadas a financiar Ceuta devessem passar a ser geridas pelo Infante. Estas obrigações parecem ter sido cumpridas de uma forma intermitente até ao momento em que D. Afonso V retirou ao seu tio a responsabilidade pela administração da cidade, já em inícios dos anos 1450⁹⁸.

Pouco ou nada se sabe da gestão e envio de produtos alimentares em nome do Infante para Ceuta. Desconhecem-se registos ou quitações do Infante sobre produtos alimentares para Ceuta, sendo as informações de que dispomos indiretas, lacónicas e praticamente inexistentes. Nas cartas de quitação podemos ver a influência do Infante

⁹⁵ DCR, vol. I, doc. CXXXI.

⁹⁶ Paulo Drummond BRAGA, *Ceuta Portuguesa*, pág.82.

⁹⁷ MH, vol. II, pág. 240, 241.

⁹⁸ MH, vol. VI, pág. XXI. Luís Miguel Duarte, “Africa”, pág. 392.

preenchendo com homens da sua casa lugares dentro de um órgão institucional régio desenhado para abastecer Ceuta (a Casa de Ceuta em Lisboa). A par da nomeação de homens da sua confiança, existe a perceção de que o Infante deveria contribuir com alimentos para a Casa de Ceuta baseada em informações que espaçadamente vamos encontrando nas quitações. Para a preparação da armada que foi a Tânger, em 1437, o Infante contribuiu, através do seu governador D. Fernando de Castro, com biscoito, cevada, trigo, vinho, vinagre e carne⁹⁹. Em 1453, Gonçalo Pacheco recebeu em Lisboa o pão que, segundo a quitação, era devido à Casa de Ceuta por obrigação de contribuição de D. Henrique. A logística do transporte e acondicionamento deste cereal foi inteiramente paga pela Casa de Ceuta¹⁰⁰.

O Infante D. Henrique como forma de contribuir alimentariamente para a manutenção de Ceuta recebeu direitos sobre as abargas para a pesca do Sável no rio Tejo. Pouco após a conquista, em 1420, existiam já queixas dos povos ribeirinhos sobre os direitos das abargas do Infante¹⁰¹. Na argumentação da resposta de D. João I a dúvidas sobre o pagamento da dízima do pescado, ficamos a saber que os sáveis pescados nas abargas do Infante eram levados frescos para Lisboa onde eram salgados e expedidos para Ceuta, sendo aí vendidos¹⁰². Em 1429, D. Duarte sentiu a necessidade de regular a pesca do sável na região das lezírias e do Alqueidão, reservando o “corredoyro d escaroupjm e o corredoyro da lezira da ueiga” entregues ao Infante D. Henrique, irmão do Rei, para as despesas de Ceuta, “como ja o são ha muito tempo”¹⁰³. A par destas existem outras junto ao paço do rei em Valada (como veremos o reguengo de valada vai ser um dos principais fornecedores de mantimentos a Ceuta). Em 1441, estas abargas continuavam a ser motivos de disputas. O povo de Santarém queixava-se em cortes de que no tempo da pesca dos sáveis eles eram todos desviados pelas armadilhas que aí existiam com o propósito de abastecer Ceuta, pouco ou nada restando para os “pequenos e pobres que ficam sem comer”. Esta situação não era exclusiva do Tejo pois também no rio Alpiarça as condições eram semelhantes. Não sabemos se estas queixas tiveram qualquer efeito positivo, pois D. Afonso V mandou fazer em relação a esta questão como sempre se fez¹⁰⁴. Em 1452, a manutenção das abargas era assegurada pela Casa de Ceuta que entregava a

⁹⁹ DCR, vol. I, pág. 165.

¹⁰⁰ DCR, vol. II, pág. 670-672.

¹⁰¹ Abargas são armadilhas para a captura do Sável, elaboradas com um entrelaçado de verga e paus.

¹⁰² DCR, vol. I, pág. 457.

¹⁰³ Joana TORRES e Sara LOUREIRO, “Ceuta No Arquivo Municipal de Lisboa”, pág. 255.

¹⁰⁴ DCR, vol. I, pág. 536 e 537.

Diogo Aires, então vedor das abargas de Ceuta, 15 000 reais para a sua construção, mais 5000 reais para a compra de redes¹⁰⁵. Neste mesmo ano foi confirmado Lopo de Évora, escudeiro de D. Henrique, como escrivão das abargas de Ceuta¹⁰⁶.

A governação de Ceuta a cargo do Infante D. Henrique cessou em meados dos anos cinquenta passando a administração da praça a ser feita por iniciativa régia. Como se explicou no capítulo anterior, dependia do rei a obrigação de alimentar os seus servidores. Poucas são as informações sobre o que depois veio a ser a realidade no terreno. Existem as obrigações com lei para que todos recebam o seu soldo e mantimento e cartas de quitação com quantias em cereal e dinheiro a ser entregues àqueles que iam com destino a Ceuta¹⁰⁷.

Sem procurar ser exaustivo, podemos encontrar alguns cargos ligados ao abastecimento de Ceuta: a Vedoria de Ceuta, exercida por Martim Gomes Leitão¹⁰⁸, os Contadores de Ceuta, escrivão da fazenda de Ceuta e escrivão dos Contos de Ceuta, porteiro dos Contos de Ceuta e o fiel na Casa de Ceuta¹⁰⁹.

Estes cargos permitem verificar a existência de uma burocracia própria para o trato de Ceuta, em moldes semelhantes à burocracia dos organismos régios do tempo, com o titular do cargo assessorado por escrivães e contadores, tanto na vedoria da fazenda de Ceuta como na Casa de Ceuta em que o Tesoureiro é adjuvado por um escrivão. Os oficiais associados ao trato de Ceuta são, pelo menos nos anos cinquenta, remunerados pela Casa de Ceuta ainda que pertencessem a organismos diferentes¹¹⁰.

Em 1451, Álvaro de Teive, escudeiro de D. Afonso V foi feito provedor da fazenda de Ceuta, devendo exercer este cargo na própria cidade¹¹¹. No mesmo ano Gonçalo Vaz, morador em Ceuta, escudeiro do Infante D. Henrique, foi nomeado fiel do

¹⁰⁵ DCR, vol. II, pág. 361.

¹⁰⁶ DCR, vol. II, pág. 102.

¹⁰⁷ No Livro de Conselhos de D. Duarte encontra-se uma nota datável de 1437-1438 sobre o que se dá às pessoas que vão ao Norte de África em serviço do rei. Recebem de vestir, recebem dinheiro, morada, armas e mantimento. Para o corpo do capitão especifica-se que este deve receber em trigo, cevada e grão. Dom DUARTE, *Livro dos Conselhos d'El Rei D. Duarte*, Pág. 169 e 170.

¹⁰⁸ DCR, vol. II, pág. 312.

¹⁰⁹ Afonso Mendes, escrivão da puridade de D. Pedro de Meneses, é confirmado pelo regente D. Pedro como contador da cidade de Ceuta em 1438 (DCR, vol. I, pág. 15). Em 1442, Afonso Mendes é ainda contador de Ceuta (DCR, vol. I, pág. 197) e Vasco Fernandes é porteiro dos contos de Ceuta. No mesmo ano de 1452, o cargo de porteiro é ocupado por Rui Colaço, escudeiro do Conde de Odemira. Este substitui o anterior detentor do cargo, Álvaro Resende, que havia morrido (DCR, vol. II, 138 e 186). Ainda nesse mesmo ano de 1452, o cargo de escrivão dos contos de Ceuta desdobra-se em dois. Antão Dias junta-se a Tomás Fernandes que até então exercia o cargo sozinho (DCR, vol. II, 95). Gonçalo Machado é em 1456 escrivão dos contos de Ceuta, substituindo o seu sogro Tomás Fernandes que renuncia ao cargo (DCR, vol. II, pág. 344,345).

¹¹⁰ DCR, vol. II, pág. 344.

¹¹¹ DCR, vol. II, pág. 67.

almoxarifado desta cidade. Antes dele, quem teve o cargo foi Mendo Anes, escudeiro do Conde de Arraiolos, tendo regressado ao reino com este e por isso substituído. O contador de Ceuta nesta altura era Gonçalo Vaz¹¹². Em 1454, Fernando Alvares, escudeiro, criado do prior de Santa Cruz de Coimbra, foi feito almoxarife do armazém do rei em Ceuta, substituindo Gonçalo Viegas que morreu¹¹³. Este Fernando Alvares não foi o único almoxarife a ter substituído Gonçalo Viegas pela sua morte, uma vez que em 1452 encontramos neste cargo Garcia Rodrigues, escudeiro do conde de Odemira¹¹⁴. No mesmo ano de 1451 identificamos Diogo Rocha e João Lourenço, escudeiros do Infante D. Henrique, como escrivães da fazenda de Ceuta¹¹⁵.

No terreno quem tinha a responsabilidade sobre o abastecimento era o capitão que, como vimos anteriormente, se encontrava investido com poder absoluto. D. Pedro de Meneses, e aqueles que lhe sucederam, em Ceuta, eram dotados dos mesmos poderes que a pessoa do Rei. Era a cabeça da administração militar, jurídica e da fazenda e apenas tinha de prestar contas ao próprio rei de Portugal. Quanto aos seus sucessores, D. Fernando, Conde de Arraiolos, que recebeu o cargo a 14 de agosto de 1445, e D. Sancho de Noronha, Conde de Odemira, empossado a 30 de maio de 1451, tinham poderes semelhantes. Podiam doar bens e casas, o quinto de guerra pelas presas em terra e no mar, bem como outros foros e direitos¹¹⁶. Em 1451, renovou-se a doação real do quinto de guerra ao governador de Ceuta na pessoa do Conde de Odemira, auferindo o quinto das presas de mar e terra, como todos os capitães antes dele receberam. O mesmo se aplica à capacidade do capitão de Ceuta doar casas na cidade¹¹⁷. Não encontramos qualquer fonte ou registo que esclareça se a redistribuição dos bens alimentares da metrópole passava diretamente pela administração local. Certamente que o capitão de Ceuta saberia se os seus armazéns estavam providos e aguentariam uma situação de cerco. Não sabemos qual o seu papel, assim como o da sua administração, na entrega de mantimentos aqueles que a isso tem direito do rei, ou se interferiu diretamente na alocação de recursos produtivos na cidade de Ceuta para as pessoas que entendia, com exceção da doação de casas e terras que permitam aquele que as recebe de praticar a agricultura.

¹¹² DCR, vol. II, pág. 86.

¹¹³ DCR, vol. II, pág. 208.

¹¹⁴ DCR, vol. II, pág. 137.

¹¹⁵ DCR, vol. II, pág. 76.

¹¹⁶ Nuno Silva CAMPOS, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, ed. Colibri e CIDEHUS-EU, 2004, pág.54.

¹¹⁷ DCR, vol. II, pág. 312.

Apesar de a governação de Ceuta ter sido entregue ao Infante D. Henrique, os cargos de administração local continuavam a estar dependentes da nomeação régia. Assim foi, por exemplo, a nomeação de Álvaro Ferreira, escudeiro de D. Henrique, que a pedido do Infante foi feito Almoxarife de Ceuta em Ceuta, ocupando este o cargo que já havia sido do seu sogro, anteriormente. Esta nomeação de chancela régia passou pelo governador de Ceuta de então, D. Sancho de Noronha, em 1455, e pelo vedor da fazenda da cidade de Ceuta, Martim Gomes Leitão¹¹⁸.

Dadas as características militares da praça e a sua localização era necessário assegurar uma ligação regular entre Lisboa e Ceuta. Para garantir que a praça não ficasse sem mantimentos em ocasiões de pressão a Coroa, logo após a conquista, criou a Casa de Ceuta para assegurar o abastecimento. A par disto procurou também procedimentos *ad-hoc* de alimentar a cidade sempre que necessário. Estes novos mecanismos promoveram a centralização dos recursos dependentes do rei, a criação de novas carreiras na administração e a redistribuição de rendimentos pelos vassalos do soberano em nome do abastecimento da cidade de Ceuta. De realçar que existiram outras formas de abastecimento paralelas à obrigação régia, que serão também estudadas neste trabalho.

Conclui-se que em todo o processo de abastecimento o rei, de forma direta ou indireta, interferia nos mecanismos de gestão, de recolha e de distribuição de alimentos para Ceuta. Fosse a prover diretamente, a autorizar que outros o fizessem, ou através de mecanismos paralelos à sua administração direta, com a nomeação dos oficiais para isso competentes e a canalização dos seus próprios recursos para o suprimento de necessidades alimentares básicas.

3.1.2. A Criação da Casa de Ceuta

A casa de Ceuta parece ter sido criada logo após a conquista. Ela representa uma instituição nova na nossa história. Aqui foram concentrados recursos financeiros e logísticos para o abastecimento da cidade e das armadas que navegavam na costa africana. Da sua atividade apenas conhecemos algumas cartas de quitação que nos levam a crer que as suas funções terão sido semelhantes desde a criação até ao final da cronologia em estudo. Pelo carácter regular das rotas criadas, por toda a organização que administrou os

¹¹⁸ Idem, pág. 312.

recursos materiais e financeiros, a Casa de Ceuta deve ter sido o mais importante mecanismo de apoio logístico alimentar que sustentou Ceuta enquanto praça Portuguesa. A Casa de Ceuta tinha sede em Lisboa, junto à ribeira, mas os seus oficiais encontravam-se espalhados um pouco por todo o país e em Ceuta. Estes oficiais eram homens ligados ao Infante D. Henrique e a outras pessoas da família real.

A Casa de Ceuta, sediada em Lisboa, tinha o poder, como instituição, de cobrar e receber verbas de impostos destinadas a Ceuta, de comprar e vender alimentos e de fretar e constranger embarcações para o seu transporte para Ceuta ou para onde fossem necessários. O seu espaço de atuação era nacional e os seus oficiais eram de nomeação régia, respondendo apenas perante o rei.

3.1.3. Procedimentos de abastecimento alternativos à Casa de Ceuta

A ausência de fontes sequenciais no tempo da nossa cronologia torna muito complicado estabelecer os mecanismos de abastecimento de Ceuta pelo facto de estes estarem distribuídos por várias partes interessadas e pela ausência de informação que permita uma interpretação coerente daquelas que existem. Podiam ser várias as procedências alternativas, assim como poderia ser regular o abastecimento paralelo. Não sabemos.

Não sabemos que produtos alimentares D. Henrique enviou para Ceuta diretamente à sua responsabilidade porque não dispomos dos seus registos pessoais. Apenas de forma indireta conseguimos perceber que ele enviava, por exemplo, pescado das abargas do Tejo.

Para o transporte dos alimentos para Ceuta existia, pelo menos durante o reinado de Afonso V, uma barca própria chamada de Santa Maria de África que fazia exclusivamente este transporte. O rei garantia a sua manutenção física e assegurava a sua tripulação, sendo que o documento legal que estipulava os direitos do escrivão e da tripulação se aplicava também a outros escrivães e marinheiros das naus e navios que desempenhavam as mesmas funções¹¹⁹. Podemos afirmar que existiam mais embarcações destinadas exclusivamente à rota de ligação entre Lisboa e Ceuta? Não sabemos, possivelmente sim, mas ignoramos quantas seriam nem o que transportavam.

¹¹⁹ DCR, vol. II, 247.

Em caso de necessidade podiam ser lançados pedidos de dinheiro ou alimentos¹²⁰. O rei podia mandar comprar alimentos para seguirem para Ceuta ou, a título individual, enviar colheitas dos seus reguengos para serem vendidas em Ceuta. Contudo, pouco se sabe acerca destes procedimentos. Por outro lado, sobre este assunto, apenas temos informação de forma indireta através das quitações que informam da ida de cereal para ser vendido ou de queixas dos Povos em cortes que afirmam serem mal pagas por estes pedidos extraordinários. Algumas destas queixas em cortes foram apresentadas pelo procurador de Viana, Ponte de Lima e Vila do Conde que, em 1456, reclamou por os navios destas comarcas serem desviados para o transporte de mercadorias para Ceuta na altura do ano em que deveriam sair com as suas próprias mercadorias. Os povos invocavam que o rei teria os seus próprios navios para transportar o “pão” para Ceuta e que, por isso, solicitavam que os seus navios não fossem desviados e se usassem as embarcações próprias para o efeito. Em resposta, o rei determinou que nos primeiros três meses, a partir de janeiro, os seus oficiais não poderiam constranger navios locais e que, a partir dessa data, só em caso de necessidade por ausência de navios próprios para o efeito pudesse ser feito¹²¹.

As queixas dos povos em cortes não versavam, em exclusivo, o desvio de embarcações. Em 1456, o procurador de Guimarães queixou-se do pagamento reduzido do cereal por parte do rei aos lavradores de Entre-Douro-e-Minho, assim como do seu carroto até aos pontos na costa de onde partiriam para a cidade norte-africana. Estes lavradores pretendiam receber o mesmo que se recebia na Estremadura. Em resposta, o rei mandou que o cereal fosse pago pelo seu valor corrente ao tempo em que o pedido fosse lançado. Na realidade, não sabemos se efetivamente estas queixas surtiram efeito positivo, mas parece certo que o cereal que desta forma se recolhia para entregar em Ceuta não passasse diretamente pela Casa de Ceuta em Lisboa¹²².

A contribuição alimentar da cidade do Porto, que começou com os preparativos da armada que conquistou Ceuta em 1415, ficou muitas décadas por pagar, se é que alguma vez foi paga, e parece ter sido feita paralelamente à Casa de Ceuta em Lisboa¹²³.

¹²⁰ Na Chancelaria de Afonso V, documento de 1446, referente à receita e despesa de um pedido e meio lançado em Tavira em 1442. Aqui encontramos 1920 alqueires de trigo, nas despesas, para mantimento dos que estavam em Ceuta. DP, Sup. vol. I, 530.

¹²¹ DCR, vol. II, págs. 410 e 411.

¹²² DCR, vol. II, pág. 430.

¹²³ DCR, vol. I, págs. 5, 49, 532.

Algumas das informações aqui colocadas podem corresponder a produtos que passavam pela Casa de Ceuta, mas essa referência não é clara para nós. Como a Casa de Ceuta não atua em exclusividade no abastecimento da cidade não podemos assumir que todos os produtos que chegavam a Ceuta passavam por ela.

Existem registos de queixas em cortes do constrangimento de navios e de preços pago por cereal comprado pelos povos do norte do país, mas não existe uma ligação clara entre a Casa de Ceuta e estes mecanismos de provimento de Ceuta. Estes procedimentos seriam controlados pelo contador das coisas de Ceuta no Porto, ou seguiam diretamente da costa para a cidade sem uma passagem pelo controlo da Casa de Ceuta? Por via das dúvidas, incluímos estas formas de abastecimento a mando da Coroa ficam nas formas de abastecimento paralelas à Casa de Ceuta, já que não há certezas do caminho que percorreram desde a sua saída nas searas de Entre-Douro-e-Minho até Ceuta. Sabemos que, pelo menos desde o tempo de D. Duarte, existia gente com os encargos de Ceuta na cidade do Porto. Embora os produtos que afluíam à Casa de Ceuta fossem predominantemente da região Sul e Vale do Tejo, eles provinham, também, um pouco de toda a costa a norte do rio Mira. Será que estes oficiais atuavam coordenados com a Casa de Ceuta em Lisboa?

3.2. Financiamento e Logística

3.2.1. Fundos Para Ceuta

Para o provimento regular de Ceuta a Coroa necessitava de capitais. As fórmulas encontradas são variadas: criaram-se novos impostos como o dos “Ferreiros de Ceuta” que oneravam as comunidades judaicas e os “10 Reais para Ceuta”, cujos pagantes eram os almoxarifados do Norte do país; as rendas e direitos régios foram redistribuídos para novas finalidades; obtiveram-se concessões papais através da atribuição de bulas; e as rendas das ordens militares, que por estes anos estão já na órbita do rei, foram em grande medida direcionadas para custear a expansão. O governo do reino podia, ainda, constranger os seus súbditos ao pagamento de contribuições concretas ou utilizar, como recurso, o empréstimo que, por vezes, ficava por pagar¹²⁴. A política do rei aumentou a

¹²⁴ Como, por exemplo, os empréstimos referidos na carta de quitação a Vasco Fernandes sobre verbas respeitantes ao tesoureiro das coisas de Ceuta em Santarém. DCR, vol. I, pág. 469. Recorrentemente, os procuradores da cidade do Porto se queixam em Cortes da falta do pagamento da sua contribuição para a

máquina do Estado visando otimizar a recolha de verbas. Daí se poder afirmar que a principal fonte de rendimento do rei de Portugal era o seu aparelho fiscal¹²⁵.

Falar sobre os rendimentos que tornaram a empresa de Ceuta viável não é novidade. Pedro de Azevedo refere o sustento de Ceuta como estando a cargo dos almoxarifados de Guimarães e de Vila Real, das rendas de reguengos em Santarém e das rendas do mestrado de Santiago¹²⁶. David Lopes indica os 10 Reais para Ceuta cobrados nos almoxarifados do reino que, em seu entender, seriam geridos pelo Infante D. Henrique¹²⁷. Paulo Drummond Braga reitera o papel dos almoxarifados levantado por Pedro de Azevedo na cobrança dos 10 Reais para Ceuta, assim como o papel das rendas do rei aplicadas no financiamento da cidade, acrescentando a cobrança dos dízimos dos portos cobrados até 1442, bem como o lançamento de pedido e meio até ao mesmo ano¹²⁸. Este autor refere ainda a cobrança dos Ferreiros de Ceuta¹²⁹.

Desde inícios do século XV que a Coroa procurou, em Roma, a redistribuição de rendimentos eclesiásticos do papado procurando aceder a direitos económicos que aliviassem o peso da manutenção de Ceuta, e permitissem o prosseguimento da guerra no

armada que conquistou Ceuta. DCR, vol. I, págs. 49 e 532. Em 1455 a comuna de judeus de Lisboa empresta 100000 reais para o socorro de Ceuta, sendo-lhes devolvida essa quantia no ano seguinte. DCR, vol. I, pág. 330.

¹²⁵ Ivana ELBL, *The King's Business In Africa: Decisions And Strategies Of The Portuguese Crown*, págs. 91 e 92. Sobre a complexificação do estado podemos concluir que são criados novos cargos em função da expansão ultramarina, sobre este assunto veja-se João Paulo Oliveira e COSTA, *Mare Nostrum. Em Busca de Honra e Riqueza nos Séculos XV e XVI*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2013, pág. 111.

¹²⁶ DCR, vol. I, pág. XIII. Nova História da Expansão Portuguesa, vol. II, pág. 320. Adicionalmente aos almoxarifados indicados por Pedro de Azevedo, a Nova História da Expansão, acrescentam-se os almoxarifados de Bragança, Porto, Braga e Ponte de Lima. Eram os escrivães do próprio almoxarifado quem supervisionava a recolha feita por recebedores próprios, criados com o imposto (Nova História da expansão Portuguesa, vol. II, pág.314). A recolha de financiamento para Ceuta nos almoxarifados de Guimarães e Ponte de Lima é conhecida para as datas de 1445 a 1449. (DCR, vol. I, pág. 412). A cobrança em Bragança dos 10 Reais para Ceuta é conhecida pela confirmação do seu recebedor em 1451. Este, como prova do seu cargo, mostra um alvará do Infante D. Henrique. Devia cobrar este imposto em Bragança e nas comarcas em redor. (DCR, vol. II, pág.65). Para Vila Real, o ano conhecido para a existência de um recebedor é 1453. (DCR, vol. II, pág.190). Para além dos almoxarifados comumente identificados historiograficamente onde os 10 Reais para Ceuta eram cobrados, estes também se cobravam em Chaves, Montalegre e Monforte de Rio Livre. DCR, vol. II, pág.189. O almoxarifado de Beja contribuiu, pelo menos entre 1451 e 1452, com 247 528 Reais para a manutenção de Ceuta. DCR, vol. II, pág.153. O almoxarifado de Moncorvo possuía um recebedor de Ceuta em 1453, acompanhado por um escrivão dos dinheiros de Ceuta. DCR, vol. II, pág.192,193. Para o provimento de Ceuta, o Almoxarife da Guarda entregava o dinheiro recolhido no seu almoxarifado ao Infante D. Henrique. Este dinheiro correspondia ao imposto que a comuna de Judeus da Guarda pagou, pelos Ferreiros de Ceuta, entre 1431 e 1436. (DCR, vol. I, pág.18). Em 1446 os Ferreiros de Ceuta continuavam a ser cobrados no almoxarifado da Guarda. No mesmo almoxarifado, pelo menos em 1446, é recolhido o imposto dos 10 Reais para Ceuta (DCR, vol. I, pág. 331). Em 1451 os Judeus da Guarda continuavam a pagar o imposto para a manutenção de Ceuta. (DCR, vol. II, pág.69).

¹²⁷ David LOPES, *A Expansão em Marrocos*, pág. 14.

¹²⁸ Paulo Drummond BRAGA, *Uma Lança em África*. Pág. 57.

¹²⁹ Paulo Drummond BRAGA, *Ceuta Portuguesa*, pág. 85.

norte de África. Peter Russell recorda as queixas de D. Duarte dirigidas ao Vaticano em 1437, afirmando que Ceuta lhe custava 28 500 ducados por ano, sem ter em conta os gastos extraordinários¹³⁰. O argumento de pedir dinheiro pode, ou não, corresponder a uma necessidade real. As bulas como fonte de financiamento para Ceuta são uma incógnita¹³¹. Sabemos que estas serviram de pretexto para o pedido de financiamento e alocação de recursos que seriam da Igreja para as mãos do Rei, mas não sabemos com exatidão o seu destino final¹³². Existiam dois tipos de bula: as que garantiam à Coroa rendas e benefícios fiscais, e as que permitiam o comércio com o Islão de determinados produtos. A dificuldade em calcular os efeitos práticos das bulas mantém-se nas que são destinadas ao comércio inter-religioso. Este realizar-se-ia independentemente de uma bula que o legitimasse. Contudo, não possuímos quaisquer dados passíveis de serem analisados com rigor¹³³. As bulas devem ser entendidas mais como uma formalidade relevante do que como um instrumento prático ao serviço do abastecimento de Ceuta. São um importante instrumento ideológico, financeiro e facilitador de situações de comércio cuja existência visível é difícil de documentar.

Peter Russell conclui que a recolha de dinheiro nos almoxarifados do Norte, as taxas especiais aplicadas às comunidades judaicas, a recolha de rendimentos eclesiásticos com consentimento papal, o lançamento de pedidos e as rendas de reguengos foram as formas encontradas pela Coroa para financiar a manutenção alimentar de Ceuta¹³⁴. A par destes expedientes podemos invocar pedidos de empréstimo do rei que, por vezes, ficaram por pagar durante anos¹³⁵. Note-se que a existência de impostos a serem cobrados, como os 10 Reais de Ceuta, não obriga necessariamente ao seu pagamento por parte de todos

¹³⁰ Peter RUSSELL, *Henrique, o Navegador*, pág. 69.

¹³¹ Em quitação da Casa de Ceuta da responsabilidade de Gonçalo Pacheco, para o ano de 1454, regista-se a receção de 95 peças de dobra, uma peça e meia de meios escudos portugueses e um “frolim dourado” entregues por Lopo Vieira e Fernando Vieira, escudeiros do rei, recebedores das indulgências de Ceuta. No mesmo ano, a Casa de Ceuta recebeu 3500 reais de Pero Álvares, recebedor dos dinheiros das indulgências. DCR, vol. II, pág. 686.

¹³² A. H. de Oliveira MARQUES, *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pág. 239. As Bulas desde o início do século XV que permitem o comércio entre portugueses e muçulmanos. Sabemos da sua existência formal, mas não sabemos as implicações que tiveram na prática.

¹³³ Marinho V emite Bula que autoriza os cristãos de Ceuta a negociar com o islão. Este instrumento é renovado por D. Duarte em 1437, pelo regente D. Pedro em 1443 e por D. Afonso V em 1456. Nova História da Expansão, vol. II, pág. 308.

¹³⁴ RUSSELL, Peter, *Henrique o Navegador*, pág. 68.

¹³⁵ Em 1426, numa quitação a Vasco Fernandes sobre verbas referentes a Santarém (DCR, vol. I, pág. 469). Ou as famosas queixas dos procuradores do Porto em Cortes que, em 1441, continuavam a pedir o pagamento daquilo que haviam emprestado à armada real que conquistou Ceuta. (DCR, vol. I, pág. 532).

aqueles que a lei estipula, podendo existir exceções como os marinheiros do Porto que, em 1454, estavam isentos do pagamento deste imposto¹³⁶.

3.2.2. Financiamento da logística e alimentação. As cartas de Quitação

A Coroa tem ao seu dispor vários mecanismos de financiamento para prover Ceuta. Todas as formas até agora referidas são genéricas, não nos sendo informado quais delas se destinavam ao provimento alimentar da cidade. Como conseguimos estabelecer uma ligação entre as formas de financiamento e o abastecimento alimentar de Ceuta? Recorrendo às cartas de quitação disponíveis, cujo propósito é a manutenção alimentar de Ceuta. Nelas, é possível observar a dispersão de fontes a que o rei recorre para dar consecução a este objetivo. Não é possível contabilizar com exatidão os valores entregues uma vez que os registos em questão nem sempre são rigorosos quanto à origem do dinheiro. Falamos de um “recibo” entregue pelas entidades que administram a logística alimentar de Ceuta que o rei, através da sua burocracia, confere e confirma, quitando no fim. Não sabemos também com exatidão em que é aplicado o dinheiro arrecadado para o mantimento de Ceuta. Assim, se por vezes é possível estabelecer uma relação direta entre dinheiro recebido e dinheiro despendido, outras vezes tal não é possível, sabendo-se apenas que o rei aprovou as contas e no fim do exercício as despesas correspondem às receitas.

Entre 1437 e 1441, Gonçalo Pacheco, em nome da Casa de Ceuta, acedeu a dinheiro proveniente da imposição do sal; recebeu a sisa do pescado do recebedor da sisa da Coroa; recebeu o imposto dos Ferreiros para Ceuta da comuna de judeus de Lisboa, para um período correspondente a dois anos; recebeu do recebedor das coisas de Ceuta em Lisboa e do recebedor do serviço; recebeu do tesoureiro da moeda de Lisboa; recebeu do almoxarife da alfândega de Lisboa, do almoxarife do celeiro real de Santarém e do almoxarife do Porto, entre outras contribuições de origem indeterminada¹³⁷.

A quitação não apresenta grande rigor informativo nos dados que contém. Não é detalhada como outras mais recentes, já dos anos 1450, para o período em que o Infante D. Henrique cessa funções como governador. Não conseguimos identificar a justificação das contribuições de oficiais régios às contas da Casa de Ceuta, a não ser pela necessidade

¹³⁶ DCR, vol. II, pág. 210.

¹³⁷ DCR vol. II, pág. 556-560.

de esta ser financiada seja da forma que for. A Coroa evidencia-se com principal financiador da Casa de Ceuta, gerida por homens da confiança do Infante D. Henrique sob a tutela régia. O período corresponde à morte de D. Duarte e ao início da Regência, decorrente da menoridade de D. Afonso V. Faltam quitações cronologicamente próximas antecedendo e sucedendo as deste período para percebermos se estes eram os expedientes habituais de financiamento da Casa de Ceuta durante o reinado de D. Duarte e a menoridade de D. Afonso V ou, se por outro lado, correspondiam a um reajustamento decorrente de alterações no jogo político do reino.

Para um período cronológico semelhante, de 1437 a 1439, conhecemos outra carta de quitação emitida a Álvaro Anes, recebedor das coisas de Ceuta em Lisboa¹³⁸. Os fundos aqui recebidos deveriam ser encaminhados para a Casa de Ceuta, estando Álvaro Anes no lugar de Gonçalo Tavares e Gonçalo Pacheco tesoureiro desta instituição. Nesta quitação vemos serem entregues rendas de reguengos da zona de Santarém em dinheiro, o valor referente aos impostos dos Ferreiros de Ceuta, das comunas de judeus de Lisboa e Setúbal e o rendimento da sisa da marçaria em Lisboa, da sisa dos vinhos e da imposição dos vinhos. Também os almoxarifes da portagem e da alfândega do rei contribuem financeiramente, assim como o alcaide dos montes.

Na quitação a Gonçalo Pacheco, referente aos anos de 1439 e 1440¹³⁹, recebe-se o imposto dos Ferreiros de Ceuta, das comunas de judeus de Setúbal e Lisboa e são entregues valores pecuniários pelo recebedor das coisas de Ceuta, pelo recebedor de Lisboa, pelo recebedor do arcebispo de Lisboa, do tesoureiro de Lisboa, do almoxarife da alfândega de Lisboa, do contador de Vila Franca e dos almoxarifados de Beja e Faro.

A quitação datada de 1456, dada a Gonçalo Pacheco, referente aos anos de 1451 e 1452¹⁴⁰ é detalhada nas informações sobre o financiamento e as despesas efetuadas pelo tesoureiro. Trata-se dos anos em que o Infante D. Henrique deixa de ter a seu cargo o governo de Ceuta. O rei pretende ser exaustivo na análise das despesas efetuadas, sendo estes dois primeiros anos de gestão régia um bom indicador dos contributos financeiros para a Casa de Ceuta ao longo da década que se segue. Nesta quitação encontramos as verbas respeitantes aos Ferreiros de Ceuta, das comunas de judeus de Lisboa para 1451 e 1452 e Setúbal para 1452. No segundo ano da quitação, recebe a sisa da fruta para o “assentamento de Ceuta” além do dinheiro entregue pelo tesoureiro real e pelo almoxarife

¹³⁸ DCR, vol. I, pág. 164-167.

¹³⁹ DCR, vol. II, págs. 169-171.

¹⁴⁰ DCR, vol. II, págs. 342-355.

do armazém real de Lisboa. Por fim, recebe dos almoxarifes do paço da Madeira e de Viseu em 1451 e 1452, ficando-se o almoxarifado de Viseu pela contribuição no ano de 1451.

Em período cronológico semelhante à última quitação analisada, encontramos outra, dada a João Vaz, almoxarife do celeiro de Santarém, com despesas relacionadas com as coisas de Ceuta¹⁴¹. Recebe o valor dos Ferreiros de Ceuta da comuna de judeus de Leiria, de Tomar, de Abrantes, de Alenquer, de Santarém e de Torres Novas em 1451 e 1452. Recebe do almoxarifado de Leiria em 1451 e do almoxarifado de Santarém em 1452.

Comparando estas duas últimas quitações referentes aos mesmos anos, percebemos que a Casa de Ceuta não absorve todo o dinheiro recolhido para o abastecimento alimentar. Santarém atua de forma autónoma não entregando a totalidade das verbas que recolhe ao tesoureiro-mor em Lisboa. Não sabemos se esta situação verificada em Santarém tem paralelo noutras localidades do país. Uma justificação poderá ser a fertilidade desta região, que pela abundância e consequente riqueza atua de forma autónoma, ainda que tutelada pela Coroa e pela Casa de Ceuta.

Por fim, referimos a última quitação conhecida para a cronologia em estudo referente ao tesoureiro da Casa de Ceuta, Gonçalo Pacheco, para os anos de 1453 e 1454¹⁴². Recebe, em 1453, dinheiro proveniente do Porto a ser entregue na Casa de Ceuta em Lisboa. Vemos a recolha de impostos dos Ferreiros de Ceuta, das comunas de judeus de Lisboa e Alenquer para os anos de 1453 e 1454, assim como a comuna de judeus de Setúbal em 1454. Recebe o valor da sisa da fruta de Lisboa, do recebedor da “távola do aver do peso” da mesma cidade em 1454. No mesmo ano recebe dinheiro das indulgências e do tesoureiro do rei. Em 1453, recebe dos almoxarifados de Coimbra e de Abrantes. Em 1454, recebe dos almoxarifados de Santarém e de Estremoz.

Apesar de não se tratar do financiamento da logística e alimentação, encontramos uma quitação a Fernão de Andrade, tesoureiro das obras de Ceuta, datada de 1456, com a contribuição dos Ferreiros de Ceuta da comuna de judeus de Coimbra e os 10 Reais de Ceuta cobrados na cidade do Porto¹⁴³.

¹⁴¹ DCR, vol. II, págs. 290-291.

¹⁴² DCR, vol. II, págs. 669-686.

¹⁴³ DCR, vol. II, págs. 332-333.

3.2.3. Análise do financiamento nas cartas de quitação

Sobre as principais formas de financiamento identificadas podemos tirar algumas conclusões:

- Os Ferreiros de Ceuta são um imposto especificamente criado para onerar as comunidades judaicas angariando desta forma financiamento para a manutenção logística de Ceuta.

- O imposto dos 10 Reais de Ceuta é dificilmente identificável nas cartas de quitação, pois a referência no registo é ao titular do cargo de almoxarife ou à localidade pertencente ao almoxarifado.

- As rendas provenientes do mestrado de Santiago não se encontram aplicadas nas quititações régias, estas seriam geridas em exclusivo por D. Henrique. Por outro lado, são aplicadas no financiamento da Casa de Ceuta rendas de reguengos situados na região de Santarém, ao longo do vale do Tejo.

- Encontramos um caso da contribuição do arcebispo de Lisboa e algum valor de indulgências, já nos anos 1450.

- Sobre os pedidos lançados, não encontramos qualquer informação que nos permita estabelecer uma ligação credível.

Assim, analisando as quititações na sua globalidade podemos concluir que, entre finais dos anos 1430 e inícios dos anos 1440, o financiamento da logística e alimentação de Ceuta socorre-se de: impostos sobre as comunidades judaicas de Lisboa, de Santarém e de Setúbal; dinheiro recolhido em diversos almoxarifados sem que se perceba se este corresponde ao imposto dos 10 reais para Ceuta; dinheiro arrecadado em Lisboa para a manutenção de Ceuta desconhecendo-se a sua origem; uma reorientação de um conjunto de impostos “sobre o consumo” cobrados pelo Rei, em Lisboa, como a sisa da marçaria, incidente em mercadorias transacionadas na cidade, ou a imposição do vinho, a sisa do pescado, etc.; receitas pecuniárias provenientes de reguengos na fértil lezíria do Tejo; contribuições avulsas de oficiais régios. Regista-se apenas uma contribuição excecional do arcebispo de Lisboa.

Para a década de 1450, os expedientes de recolha financeira são semelhantes aos registados umas décadas antes. No entanto, agora, as zonas de recolha são mais vastas. As contribuições das comunas dos judeus de Lisboa e Setúbal mantêm-se juntando-se agora as comunas de Leiria, Tomar, Abrantes, Alenquer, Santarém, Torres Novas e, ainda, embora sem estar relacionado com o abastecimento, a comuna de judeus de

Coimbra. Os almoxarifados onde se recolhe dinheiro aumentam (Madeira, Viseu, Leiria, Santarém, Coimbra, Abrantes e Estremoz). A recolha de sisas e de imposições mantém-se variando o objeto das sisas que agora recai sobre a fruta de Lisboa, entre outros. Aumentam as contribuições de oficiais régios, sem se identificar com clareza a razão da natureza da contribuição e a razão de ser dos oficiais que a prestam. Aparece ainda algum dinheiro proveniente das indulgências para a manutenção de Ceuta, não sendo, porém, um expediente regular nas contas. Mantêm-se, por fim, algumas fontes de financiamento por identificar.

Nas quitações da Casa de Ceuta comprovamos que estas não são as únicas formas utilizadas para adquirir financiamento. Esta instituição atua como agente comercial no mercado comprando e vendendo os bens à medida das suas necessidades.

Em suma, dispomos de informação sobre o financiamento da logística e abastecimento de Ceuta apenas para dois momentos concretos do século XV: o período inicial da regência que sucede ao reinado de D. Duarte e o momento em que D. Afonso V chama a si o governo exclusivo da cidade de Ceuta¹⁴⁴.

Vemos também que a cobrança de impostos destinados à Casa de Ceuta incide, sobretudo, na cidade de Lisboa e na vila de Santarém e seus arredores, mas também um pouco por todo o país, à medida das necessidades. Vemos, com o passar dos anos, que a fiscalidade régia não se restringe apenas a uma zona, podendo esta variar, sempre dentro da esfera de domínios do rei ou daqueles que lhe são próximos.

O recebimento pode ser efetuado em dinheiro e em géneros, sendo esta segunda forma objeto de análise em capítulo próprio. Existe uma dispersão nas formas de financiamento, que vai para lá daquelas que tradicionalmente têm sido apontadas. A Casa de Ceuta procura financiamento onde consegue, recorrendo a impostos e contribuições, que à partida não lhe pareciam destinadas. Na prática, pode-se afirmar que é o rei quem financia o abastecimento de Ceuta, sendo parcialmente uma incógnita o papel do Infante D. Henrique neste processo. A Coroa financia diretamente através do seu próprio património e, indiretamente, cedendo direitos e património a D. Henrique para este gerir em nome da manutenção da praça. Estamos perante um binómio administrativo rei/Infante, uma empresa conjunta financiada pelo rei e gerida pelo Infante e os seus homens.

¹⁴⁴ Talvez seja este o motivo pelo qual elas tenham sido preservadas na chancelaria régia, enquanto todas as outras, que estariam certamente no cartório da Casa de Ceuta, se perderam.

3.3. Logística e Acondicionamento

3.3.1. Materiais complementares à alimentação

Nas cartas de quitação referentes ao abastecimento de Ceuta os valores pagos não se referem exclusivamente a comida para a praça norte africana. O tesoureiro de Ceuta também é responsável pelos tecidos, aparelhagem e “louças” necessárias transportadas regularmente de Portugal para o Norte de África.

Para uma cronologia mais alargada que a do âmbito da presente investigação, Teresa Rodrigues identifica o conjunto destes materiais como sendo: “material para fabrico de pipas e tonéis; materiais cortantes, utilizados para serrar, cavar e cortar; material de guerra, geralmente importado; madeiras (sobretudo castanho e pinho) e metais (ferro e aço); tecidos e roupa, sobretudo do Noroeste Europeu; bens alimentares; “finalmente um conjunto de objetos vários, de cordas a balanças de ferro, mesas, cadeiras, medidas e pesos, sebo, pez e outros, e para finalizar alguma prata”¹⁴⁵.

Assim, em material acessório indispensável ao bom transporte e logística referente aos bens alimentares para Ceuta, entre 1437 e 1439, na quitação passada a Álvaro Anes, recebedor das coisas de Ceuta, encontramos, entre outras coisas, cascos de tonéis, cascos de pipas, “rondelas” e outros materiais em madeira para transportar alimentos. Por vezes, estes não são entregues nas melhores condições, ficando registado na quitação que foram entregues “velhos”¹⁴⁶. Na quitação é também referido um conjunto de gadanhos de ferro, funis de pau, mantas, arcas de ter dinheiro, mesa de pés, caldeiras, tinas, fangas, pipas e botas, ou seja, material necessário para medir, acondicionar, registar e guardar o dinheiro recebido em nome do ofício que exerce¹⁴⁷. Na mesma quitação obtemos informações sobre como seria transportado o trigo enviado pelo almoxarife de Santarém e que seria acondicionado em esteiras de tábua e os biscoitos que seriam ensacados (na quitação é referido que o conjunto de 838 quintais, 3 arrobas e 2 libras de biscoito entregues, são transportadas em 300 sacos)¹⁴⁸.

Em quitação a Gil Vaz, contador das coisas de Ceuta, datada de 1452, encontramos também a entrega de três meios alqueires de medir pão, um comprovativo de que o cereal seria medido pelos oficiais do rei segundo as suas próprias medidas¹⁴⁹.

¹⁴⁵ Teresa RODRIGUES, “Relações entre o Algarve e Ceuta no Reinado de D. Afonso V”, págs. 248 a 250.

¹⁴⁶ DCR, vol. I, pág. 168.

¹⁴⁷ Idem, págs. 163-168.

¹⁴⁸ Idem, ... págs. 163-168.

¹⁴⁹ DCR, vol. II, pág. 154.

Nesta quitação encontram-se ainda presente objetos para a aparelhagem de navios como barras, peças de fundagem, entre outros. Em quitação a Gonçalo Pacheco, referente aos anos de 1440 e 1441, encontramos referências a aduelas, almáfega, um alqueire para medir, arcas, feixes de arcos, arcos para tonéis, barras, botas, um braço de balança, uma caldeira, cordame, tecidos de vária ordem, fangas, ferro, fornimento, fundagem, funis, gadanhos, gamelas, papel, sombreiros de feltro, varas, varas para tonéis, liaças de vime¹⁵⁰.

3.3.2. Obras e reparações

As quitações permitem, igualmente, conhecer um pouco melhor o espaço físico da Casa de Ceuta. Nelas encontramos valores pagos a trabalhadores e materiais que foram usados para construir e reparar as instalações da Casa em Lisboa. Assim, a necessidade do abastecimento alimentar promove a construção civil e aqueles que dela dependem, como os que repararam a porta do Paço d’Arcos, os que repararam a canalização da Casa de Ceuta com cal, pedra e outras coisas necessárias¹⁵¹. Temos, desta feita, pedreiros para reparar paredes com pedra, cal e cortiça, consertar muros e construir portais e carpinteiros para a construção de portas e sobrados¹⁵². As despesas efetuadas pela Casa de Ceuta em obras não se cingiram apenas às suas instalações principais em Lisboa pois, em 1452, Fernando Gonçalves de Faria, almoxarife real do reguengo de Algés, recebeu 880 reais para a construção do paço onde se punha o pão que rendia o reguengo¹⁵³.

3.3.3. Logística e Transporte

Para Ceuta ser devidamente provida eram necessárias infraestruturas que garantissem o escoamento do *stock* recebido cujo destino era a manutenção dos portugueses no Norte de África. O mais importante armazém em Portugal de onde saíam os alimentos era a Casa de Ceuta, mas esta não era a única infraestrutura existente. Um pouco de todo o país saíam alimentos diretamente para Ceuta sem passar por Lisboa, tal como da cidade do Porto, das vilas de Santarém, de Mértola, do Algarve, do Mondego ou

¹⁵⁰ DCR, vol. I, págs. 556-559.

¹⁵¹ DCR, vol. II, págs. 356 e 360.

¹⁵² Idem, pág. 361.

¹⁵³ Idem ...

da comarca de Entre-Douro-e-Minho. Sabemos da existência de locais nos quais se armazenavam alimentos para serem expedidos para Ceuta mas, com exceção da Casa de Ceuta em Lisboa, pouco sabemos sobre como eram fisicamente e como se organizavam logisticamente. Uma vez que se trata de alimentação maioritariamente fornecida através da Coroa, possivelmente seriam utilizados os celeiros reais existentes no país, como no caso de Santarém. Na cidade do Porto, as instalações foram requisitadas pela Coroa durante os primeiros anos tendo, no entanto, sido mais tarde reclamadas de volta.

No que diz respeito ao transporte, a deslocação dos produtos de rendas régias desde a sua origem até Lisboa por via terrestre e fluvial era paga pela casa de Ceuta. O cereal, em regra, era carregado em bestas ou “às costas” de pessoas em viagens curtas. Os produtos originários da região de Santarém chegavam a Lisboa em barcas que desciam o Tejo¹⁵⁴.

3.3.4. Logística naval

Nas quitações, como afirma Teresa Rodrigues, encontramos inúmeras referências a material associado à logística necessária para a viagem de Portugal para Ceuta. Mas não só, pois também existem alusões a pagamentos de fretes pelo transporte, ao mantimento da tripulação e a diversos tipos de reparações. Recorde-se que A. H. de Oliveira Marques, na *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, já tinha estudado a questão do frete nestas cartas de quitação.

Dos inúmeros casos registados assinalam-se, de seguida, dois exemplos: Álvaro Pires, mestre da caravela real, recebeu 8330 reais pelo frete e calças de 30 toneladas que a caravela transportou desde o Mondego até Ceuta. Na despesa feita pela Casa de Ceuta incluía-se ainda todo o material necessário ao funcionamento da caravela como cordas de esparto, pregos, a calafetagem da embarcação e o mantimento da tripulação¹⁵⁵. Pedro Rodrigues recebeu estopa, pez, lenha e canadas de azeite e dinheiro para pagar a calafates que compunham a sua caravela que ia para Ceuta com pão¹⁵⁶.

A par do transporte pago existem formas de transporte de alimentos de cariz coercivo mais difíceis de detetar na documentação, mas não devendo ser excluídas enquanto hipótese. Há ainda formas de transporte “gratuitas” com a designação da

¹⁵⁴ DCR, vol. II, págs. 349 e 694.

¹⁵⁵ Idem, pág.347.

¹⁵⁶ Idem, pág. 350.

caravela Santa Maria de África para o transporte de alimentos para Ceuta, e ainda o transporte de alimentos por iniciativa individual de agentes interessados como parece ter sido o caso do Conde Pedro de Meneses que enviou embarcações com carne para Ceuta, a suas próprias expensas¹⁵⁷. Como este, outros oficiais régios ou aristocratas devem ter feito chegar a Ceuta alimentos, no entanto, faltam registos significativos que permitam um estudo apurado do real peso que estas formas de transporte representaram na globalidade do abastecimento alimentar de Ceuta.

3.3.5. Estivadores e arrumadores

São necessários homens para manter a Casa de Ceuta em funcionamento e com os produtos devidamente acondicionados. Nela se incorporam um conjunto de profissões entregues ao povo miúdo, encarregando-se do carregamento e descarregamento da carga dos navios aos transportes terrestres que entregam bens para a Casa de Ceuta, passando por profissões associadas aos trabalhos nas embarcações que se fazem ao mar¹⁵⁸.

3.3.6. Indústrias e armazenamento de bens alimentares

3.3.6.1. Desmanche e processamento de carne

Por via da regra, a Casa de Ceuta enviava a carne salgada para o abastecimento das armadas e da cidade. As vacas e os porcos (é pouco clara a informação sobre o tipo de animal) chegavam vivos às instalações da Casa de Ceuta, sendo aí processados. Eram empregues carnicheiros que cortavam e transformavam as peças em soãs, sendo estas posteriormente cobertas com “estepa”¹⁵⁹. A carne era salgada duas vezes e quando ficava pronta era enviada para o seu destino em balseiros, em pipas ou “em outra louça [que] para esto cumpria”. A profissão estava devidamente regulamentada havendo especialização profissional em todas as fases de tratamento da carne, desde que o porco

¹⁵⁷ CCDPM, pág. 185.

¹⁵⁸ DCR, vol. II, pág.349.

¹⁵⁹ Estepa corresponde a um tecido à base de linho, utilizado para acamar alimentos.

era chamuscado e desmanchado, ou a vaca retalhada, até à salga e embalagem final, existindo mesmo um mestre de salga com uma remuneração bem superior aos restantes funcionários¹⁶⁰.

3.3.6.2. Fornos de Biscoito

Pouco sabemos sobre a produção de biscoito com destino a Ceuta. Oliveira Marques aponta para a existência de um almoxarifado próprio com armazéns e fábricas, operando em finais do século XV sob a égide régia em Vale do Zebro e Lisboa (Porta da Cruz)¹⁶¹. O seu fabrico não estava a cargo de unidades de produção dependentes diretamente dos homens responsáveis pela Casa de Ceuta. A importância deste produto alimentar era significativa no sustento das armadas que saíam de Lisboa. Operações como Tânger levavam a uma necessidade acrescida de biscoito para guarnecer os navios. Nestas circunstâncias, a Casa de Ceuta enviava cereal e dinheiro para pagar o fabrico do biscoito necessário¹⁶². Geralmente, o biscoito chegava já pronto a ser embarcado, sendo entregue à Casa de Ceuta pelo almoxarife do biscoito¹⁶³. A Casa de Ceuta entregava cereal ao almoxarife e vedor dos fornos de Lisboa, para despesa do seu ofício. Contudo, em 1454 encontramos o registo da entrega de 86 moios e 17 alqueires de trigo a Pero da Maia, vedor dos fornos, para a despesa da Casa de Ceuta¹⁶⁴.

3.3.6.3. Moagem e Panificação

Existiria uma unidade de moagem nas instalações da Casa de Ceuta que transformava o cereal em farinha para ser enviado para Ceuta. A Casa de Ceuta pagava a pessoas pela transformação do cereal em pão, assim como existiria uma unidade de moagem nas instalações da Casa de Ceuta que permitira o envio de cereal transformado em farinha para Ceuta. Não sabemos, no entanto, com que regularidade se desenvolveu esta atividade ao longo da existência da Casa de Ceuta, apenas que no ano de 1452 houve

¹⁶⁰ DCR, vol. II, págs.345, 346,348,349,351,359.

¹⁶¹ A. H. De Oliveira MARQUES, *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pág.203.

¹⁶² DCR, vol. I, pág. 165.

¹⁶³ DCR, vol. I, pág. 166. Em 1451 é pago de frete 490 reais aos homens que transportaram 50 moios de trigo dos fornos de biscoito até às barcas, que por sua vez o levaram a bordo da Nau Ferreira que partia com destino a Ceuta, este biscoito é entregue à Casa de Ceuta pelo almoxarife dos fornos DCR, vol. II, pág. 349.

¹⁶⁴ DCR, vol. II, págs. 361 e 698.

quem “paneou” e moeu trigo para ser levado a Ceuta¹⁶⁵. Esporadicamente a Casa de Ceuta pagava a pessoas pela transformação do cereal em pão.

3.3.6.4. Adeegas

A Casa de Ceuta possuía as suas próprias adegas, nas quais se guardavam os vinhos vindos da região do vale do Tejo. Estas adegas eram providas com material de acondicionamento fabricado por tanoeiros na Casa de Ceuta. Os vinhos eram mantidos, atestados e carregados nos navios que saíam da Casa de Ceuta para as embarcações¹⁶⁶. A Casa de Ceuta pagava, também, pelo transporte e acondicionamento dos vinhos das jugadas dos reguengos que estavam adstritos à manutenção de Ceuta¹⁶⁷. Sabemos que em Santarém, pelo menos durante os anos cinquenta do século XV, os vinhos que chegavam à Casa de Ceuta provenientes das rendas de Santarém vinham de espaços alugados para os acondicionar antes de fazerem a travessia em barcas pelo Tejo¹⁶⁸.

3.3.6.5. Tanoaria

A tanoaria era talvez uma das mais importantes indústrias subsidiárias associadas à atividade da Casa de Ceuta. Este é um tema que vem sendo abordado, particularmente por Paulo Drummond Braga, que associa o imposto dos Ferreiros de Ceuta a esta indústria¹⁶⁹. De facto, os tanoeiros da Casa de Ceuta possuíam o seu vedor e privilégios próprios. Cabia à Casa de Ceuta o fornecimento de roupas de vestir, alimentação, bebida (vinho) e ordenado e as ferramentas e os materiais necessários ao fabrico de pipas e de toneis¹⁷⁰.

3.4. Conclusões

¹⁶⁵ DCR, vol. II, págs. 349 e 677,678.

¹⁶⁶ Idem, pág. 361.

¹⁶⁷ Idem, pág. 292.

¹⁶⁸ Idem, pág. 293. Apesar de existir pelo menos uma adega em Santarém para armazenar vinhos com destino a Ceuta, para a qual, em 1451, se compram 12 paus em madeira de pinho para servirem de canteios às pipas (Idem, pág.290).

¹⁶⁹ Paulo Drummond BRAGA, *Ceuta Portuguesa*, pág. 86.

¹⁷⁰ DCR, vol. II, págs. 351,352, 361.

O custo financeiro do abastecimento alimentar de Ceuta não se fica apenas pelo valor dos produtos alimentares propriamente ditos. Nesta operação estão envolvidas direta e indiretamente várias operações e respetivas profissões que a elas estão associadas, desde a sua produção, acondicionamento, transporte e manutenção. Além dos alimentos deve também ser referida a importância dos produtos têxteis para a Casa de Ceuta que, apesar de não serem objeto deste estudo, devem ser referidos pois representam uma parte dos gastos desta instituição (o tesoureiro da Casa de Ceuta começa por ser referido como tesoureiro dos tecidos e Casa de Ceuta). A logística que torna possível a sobrevivência portuguesa em África associa-se à construção de infraestruturas de acondicionamento e ao fabrico das “louças” para o transporte, assim como a compra de sacas e esteiras ou mesmo dos objetos necessários à burocracia que acompanha a entrega dos alimentos como tinta, papéis, pergaminhos, mesas e medidas utilizadas pelos oficiais régios para contabilizar e registar toda a atividade das instituições envolvidas neste trato¹⁷¹.

Aquilo que encontramos documentado alusivo à Casa de Ceuta no que se refere a toda a logística em torno do transporte de alimentos enviados pela Coroa, também se aplica a outros agentes que pretendam transportar alimentos para Ceuta. Todos, de alguma forma, contribuem para o desenvolvimento de outras indústrias subsidiárias imprescindíveis ao bom transporte e acondicionamento dos bens alimentares.

Os oficiais régios do trato de Ceuta utilizavam as suas próprias medidas de medir cereal, estando estas discriminadas nas cartas de quitação ao rei. Não sabemos, no entanto, as equivalências de quantidades exatas pois estas não são discriminadas em momento algum. Certo seria que o cereal fosse medido na origem e mais tarde medido novamente com as medidas referidas pelas quitações, ou na Casa de Ceuta em Lisboa ou no ponto de partida dos alimentos para Ceuta, apenas para ser pesado de novo à chegada, contando o que fica ou não em falta. Para a medição era necessário o objeto e o homem para o medir¹⁷². Em 1451, o medidor da Casa de Ceuta recebia 1 real por cada moio que media. A aritmética simples deste pagamento fez com que, em 1452, o medidor tivesse recebido de pagamento o valor de 678 reais, correspondentes aos 678 moios de pão que mediu¹⁷³.

¹⁷¹ DCR, vol. I, 164 e 168.

¹⁷² DCR, vol. II, pág. 349.

¹⁷³ DCR, vol. II, pág. 360.

4. Formas de Abastecimento

4.1. Produção local

A produção local tem sido sumariamente abordada pelos autores que trabalharam o abastecimento alimentar de Ceuta como Paulo Drummond Braga que insere a capacidade de Ceuta de se auto suster no capítulo da vida quotidiana da cidade¹⁷⁴.

Para o período em estudo, sabemos através de confirmações de doações de terrenos e de algumas referências em crónicas que à volta da Ceuta haveriam territórios que eram explorados enquanto searas ou herdades de pão. Sabemos, ainda, que pelo menos no século XVI existiria um celeiro na cidade¹⁷⁵. No entanto, a produção local era insuficiente para dotá-la de todo o pão necessário, uma vez que sabemos que a Casa de Ceuta enviava para lá regularmente cereal assim como outros produtos.

Em Ceuta, como já foi referido anteriormente, abundavam as hortas, os pomares, e as atividades de pesca e de criação de gado. A criação de porcos ficava a cargo de andaluzes e de cristãos novos¹⁷⁶. Os recursos piscícolas de Ceuta são conhecidos desde antes de 1515, uma vez que os portugueses já iam à costa da Berberia pescar, sobretudo entre Arzila e Tânger, capturando peixes e cetáceos¹⁷⁷.

¹⁷⁴ Paulo Drummond BRAGA, *Uma Lança Em África*, pág. 85.

¹⁷⁵ Isabel Drummond BRAGA, Paulo Drummond BRAGA, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, pág. 91.

¹⁷⁶ Paulo Drummond Braga, *Uma Lança em África*, pág. 85.

¹⁷⁷ *Nova História da Expansão*, vol. II, págs. 18,29 e 307.

Numa cidade onde antes habitavam cerca de 3000 habitantes e que após a conquista viu o número de habitantes reduzir drasticamente, podemos perceber um reaproveitamento do interior do espaço urbano com habitações, mas também com produção alimentar. Com as doações, um dos principais objetivos do capitão de Ceuta seria o de promover o povoamento de casas e vinhas¹⁷⁸.

É com dificuldade que conseguimos determinar com exatidão o que se produzia em Ceuta após o período islâmico. À falta de fontes conseguimos identificar algumas zonas de produção alimentar recorrendo à informação referente a confrontações de terrenos existentes nestas cartas de doação de propriedades na cidade. Surge, no entanto, o problema de se localizar essas zonas uma vez que nos falta um mapa detalhado de Ceuta com a correspondência da toponímia da época com a toponímia atual. A primeira representação que se conhece de Ceuta data do século XVI, sendo esta representação de perfil e sem assinalar muitos dos sítios que aqui registamos. Assim, segue-se uma descrição agrupada pelos diferentes pontos da cidade¹⁷⁹. Os locais descritos situam-se dentro muros e nos arrabaldes.

Posteriormente à conquista, o espaço da cidade vai-se aporuguesando. Sendo ocupada por portugueses, as unidades de produção agrícola replicaram as do país de origem dos seus novos habitantes. Assim, em 1442, numa confirmação de título de propriedade dada por Afonso V a Fernando de Évora, escudeiro do Infante D. Pedro, que vivia em Ceuta há 19 anos, podemos ver que dentro da cidade, junto à igreja de S. João, existiam vinhas, hortas, currais e árvores (possivelmente de fruto).¹⁸⁰

Em 1443, através de uma carta de doação de Afonso V a Rodrigo Afonso de Meneses sabemos que, na zona poente da cidade, junto à muralha, existiam currais e herdades de pão, assim como hortas e courelas¹⁸¹.

Na atalaia que se situa no caminho que vai para o vale de Aljazira encontramos courelas e herdades de pão, tojais e canaviais. A terra aqui era delimitada por marcos¹⁸².

Na montanha designada de Almina o mato era distribuído e cercado com muros pelos seus novos proprietários. Nesta zona podemos também encontrar vinhas¹⁸³. Junto à

¹⁷⁸ DCR, vol. II, pág. 211.

¹⁷⁹ DCR, vol. I, pág. 200.

¹⁸⁰ Idem ...

¹⁸¹ Idem, pág. 246.

¹⁸² Idem ...

¹⁸³ Idem, pág. 200.

porta que confina com a Almina existem casas com vinhas anexas, hortas e terrenos de cultivo, cisterna junto à muralha¹⁸⁴.

Recorrendo à crónica de D. Pedro de Meneses conseguimos retirar mais alguma informação relevante sobre os alimentos existentes em Ceuta. Junto aos muros da cidade os terrenos eram cultivados, como tivemos oportunidade de ver pelas confrontações das doações, mas também pelas referências na crónica, nomeadamente quando menciona, a propósito das ações de rapina, que os mouros se aproveitam da vegetação densa das hortas para assim se esconderem e aumentar o efeito surpresa¹⁸⁵. Estes, por vezes, teriam a possibilidade de ver que, pela manhã, os portugueses saíam da cidade para cuidar das suas searas¹⁸⁶. Sabemos que nas imediações da cidade era possível a criação de cabras¹⁸⁷. Mais longe, no vale entre Ceuta e Bulhões, os mouros tinham as suas casas, quintas, jardins e pomares¹⁸⁸.

Outro dos alimentos locais à disposição dos portugueses era proveniente da pesca, sendo ocasionalmente referido pela crónica a existência de barcas que pescam no estreito¹⁸⁹. A pesca era feita à linha a partir da muralha que cerca a montanha da Almina, sendo hábito dos portugueses pescarem a partir do muro ao nascer do dia, ocasião azada para serem atacados pelo inimigo¹⁹⁰.

Por fim, conhecemos uma breve descrição de Ceuta feita pelo embaixador alemão que acompanhou D. Leonor na sua viagem para a Alemanha. O embaixador comentou que, na passagem pela cidade, as temperaturas se encontravam muito elevadas, com muito sol e calor. E que os habitantes plantavam legumes e faziam sementeiras nos campos e hortas, do mesmo modo que em junho se fazia na Estíria, em Graz e em Neustadt¹⁹¹. Complementarmente, Zurara escreveu que todas as frutas têm a sua principal “sazón” quando o sol entra no signo de virgem, com toda a força do estio.¹⁹²

4.2. Corso

¹⁸⁴ DCR, vol. II, pág. 659.

¹⁸⁵ CCDPM, pág. 284.

¹⁸⁶ CCDPM, pág. 347.

¹⁸⁷ Idem, pág. 260.

¹⁸⁸ Idem, pág. 463. Conferindo esta descrição com outra, de fonte marroquina, que descreve a fertilidade desta região. Luís Miguel DUARTE, Ceuta 1415, págs. 144-148.

¹⁸⁹ CCDPM, págs. 349 e 445.

¹⁹⁰ CCDPM, pág. 46.

¹⁹¹ *Leonor de Portugal Imperatriz da Alemanha*, pág. 57.

¹⁹² CCDPM, pág. 225.

Luís Adão da Fonseca, em *Navegación y Corso*, identifica a prática de corso a que os portugueses se entregavam na primeira metade do século XV, tendo como alvos os muçulmanos de Marrocos e do reino de Granada. Ceuta, a partir da conquista, passou a ser uma base de atividade contra a navegação muçulmana. Quem atuava aí eram as pessoas ao serviço do rei, dando-se como exemplo Lope de Almeida, vedor da fazenda de Afonso V, armador, assim como o Infante D. Fernando, irmão de Afonso V.¹⁹³ Desde o século XIV que os portugueses praticavam a rapina naval no estreito de Gibraltar¹⁹⁴. Com a conquista de Ceuta, o quinto de guerra passou a ser atribuído aos capitães e governadores, desde D. Pedro de Meneses até a D. Sancho de Noronha. Falamos de enriquecimento económico e social, sendo o corso a maior fonte de rendimento ao dispor dos capitães¹⁹⁵. As mesmas embarcações que eram empregues para o corso poderiam servir como navios de fretamento, sendo esta, segundo Nuno Campos, uma atividade menos lucrativa¹⁹⁶.

Nem todos os barcos atacados eram muçulmanos pois barcos cristãos também foram objeto de ataques portugueses. Logo após a conquista de 1415 identificamos a captura de um navio siciliano carregado de cereal¹⁹⁷. Quando a frota comandada por D. Henrique e D. João se dirigiu para socorrer Ceuta cercada, ao passar o cabo de São Vicente, capturou muitos navios com vinho e trigo. O inimigo aqui não está identificado, mas pela zona geográfica onde ocorreu o ataque os navios poderiam ser cristãos. Essas embarcações foram, de imediato, anexadas à frota¹⁹⁸. Ficando a ideia de que o roubo é fruto da ocasião, poder-se-á falar de corso e de pirataria portuguesa no estreito?

Nas crónicas de Zurara não nos são indicados os nomes das embarcações que se dedicavam ao corso no estreito. Estes nomes seriam importantes para serem confrontados com os nomes das embarcações presentes no fretamento pago pela Casa de Ceuta nas cartas de quitação. Apesar disso, sabemos que o tesoureiro-mor, Gonçalo Pacheco, tinha embarcações suas no fretamento de alimentos que vinham de Lisboa para Ceuta em nome da Casa de Ceuta, assim como embarcações associadas ao corso no estreito e à captura de escravos entre a Mauritânia e Senegal¹⁹⁹.

¹⁹³ Luís Adão da FONSECA, *Navegación y Corso*, pág. 18.

¹⁹⁴ *Nova História da Expansão*, vol. II, pág. 21.

¹⁹⁵ Nuno de Silva CAMPOS, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Edições Colibri, 2004, pág. 79. DCR, vol. II, pág. 26.

¹⁹⁶ *Idem*, pág. 95.

¹⁹⁷ *Nova História da expansão*, vol. II, pág. 313.

¹⁹⁸ CCDPM, pág. 507.

¹⁹⁹ *Nova História da expansão*, vol. II, pág. 68. João Silva e SOUSA, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, pág. 273.

Por fim, identificamos, na crónica do conde D. Pedro de Meneses, episódios de saque naval em que conseguimos reconhecer produtos alimentares que poderiam ter como destino o abastecimento alimentar de Ceuta. A alimentação constituiria a maioria dos bens capturados nas embarcações do estreito.

D. Pedro de Meneses enviava, ocasionalmente, embarcações para ações de corso nas zonas de pesca de Tetuão²⁰⁰. Por exemplo, uma embarcação transportando o embaixador do reino de Fez foi capturada com alcavalas, figos e amêndoas²⁰¹. Outro navio foi capturado com cavalas, trigo e uvas²⁰². Afonso Garcia quando capturou uma presa com panos de ouro e seda elevou o grau de satisfação entre os que beneficiam do saque, pois o habitual seria o roubo de embarcações com cevada, feijões e legumes. Afonso Garcia capturou, ainda, 10 barcos com trigo, cevada, legumes e seis cavalos²⁰³. Proveniente de Gibraltar é capturado um navio com roupas, ouro, prata e fruta com destino a Marrocos onde ia buscar trigo²⁰⁴. Uma outra embarcação com destino a Málaga foi capturada com trigo, no entanto, afundou-se perdendo-se todo o seu conteúdo²⁰⁵. Foi, também, capturada uma barca que transportava trigo e farinha para o alcaide de Málaga²⁰⁶.

Concluindo, a maioria das embarcações capturadas frequentava rotas que ligam o sul da Península Ibérica ao norte de Marrocos. Levavam como carga cereais, legumes, frutas e peixe não devendo ser navios de muita tonelagem. A crónica do conde D. Pedro de Meneses não é clara em relação ao destino desta carga capturada. Não sabemos se esta era distribuída em Ceuta, se era colocada à venda no mercado ou se tinha outra finalidade. Esta forma de abastecimento é um complemento às outras formas conhecidas e, não sendo quantificável nem qualificável, deve ser tida como importante dentro do contexto de “economia de guerra” que por estes anos a região viveu.

4.3. Almogavarias

²⁰⁰ CCDPM, pág. 447.

²⁰¹ Idem, pág. 491.

²⁰² Idem, pág. 485.

²⁰³ Idem, págs. 304,305.

²⁰⁴ Idem, pág. 309.

²⁰⁵ Idem, pág. 380.

²⁰⁶ Idem, pág. 437.

O produto do saque, assim como o produto do corso, é conhecido com base nas crónicas de Zurara. Contudo, devemos ter em conta que os valores apresentados muitas vezes não são quantificados em número já que a crónica não é um registo de contabilidade, mas um texto que procura enaltecer os resultados de campanhas militares de saque. É certo que os valores e os adjetivos utilizados para qualificar essas ações permitem estimar uma ordem de grandeza daquilo que se capturou mas, para este estudo, valorizaram-se as informações sobre o tipo de bens alimentares que existiam ao dispor dos portugueses para serem roubados ou destruídos.

Naturalmente, as cabeças de gado eram o bem mais apetecível porque em ações rápidas de ataque e fuga poderiam ser transportadas. Para além disso, sabemos que uma vez em Ceuta os frutos da pilhagem eram divididos entre os diferentes responsáveis pela cavalgada. Não sabemos o destino final do gado capturado. Apenas que havia criação de gado nas imediações de Ceuta, que por vezes era atacada por muçulmanos.

Seria Ceuta uma sociedade ganadeira? Parece haver couros e carne de bovino em abundância já que as crónicas, aquando da visita de D. Henrique, falam na escalada dos preços das galinhas e não da carne de bovino. Paulo Drummond Braga avança com a captura de 232 cabras e bois, 53 podengos, 45 cavalos e 16 éguas entre 1415 e 1464²⁰⁷. Nuno Silva Campos calcula que até 1437 tenham sido feitos 285 cativos mouros, 4.412 cabeças de gado graúdo e miúdo e 78 cavalos²⁰⁸.

Nas almogavarias a cabra é importante pelo leite que produz, assim como os ovos por serem bens que podem ser facilmente transportados²⁰⁹. Nas ações de pilhagem, os portugueses tinham especial atenção às zonas onde o gado pastava e onde se acolhia à noite. Eles sondavam primeiro o terreno de modo a que quando atacassem já conhecessem o alvo, aproveitando da melhor forma o efeito surpresa. Estes bens alimentares, pelas descrições de Zurara, eram as maiores riquezas capturadas pelos portugueses durante as ações de razia²¹⁰. Capturavam, bois, vacas, cabras e asnos²¹¹.

À chegada dos portugueses, as aldeias mouras em redor de Ceuta eram ricas em gado. Numa expedição capturaram 416 cabeças de gado²¹². Noutra, Zurara apenas nos indica uma soma indeterminada de vacas em redor de povoação²¹³. Em outra pilhagem

²⁰⁷ Paulo Drummond BRAGA, *Uma Lança em África*, págs. 56-60.

²⁰⁸ Nuno Silva CAMPOS, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, pág. 84.

²⁰⁹ CCDPM, pág. 60.

²¹⁰ Idem, págs. 278 e 330.

²¹¹ Idem, págs. 284 e 310.

²¹² Idem, pág. 332.

²¹³ Idem, pág. 382.

de uma aldeia, contabilizou 183 vacas, 7 asnos e umas poucas cabras²¹⁴. Capturaram, ainda, 90 cabeças de gado bovino entre graúdo e miúdo²¹⁵. Houve, também, uma aldeia abandonada onde os portugueses encontraram galinhas e gatos. O gado havia sido levado pela população. Neste caso, o efeito surpresa perdeu-se, assim como os bens mais preciosos que os portugueses procuravam²¹⁶.

De certa forma, os portugueses eram ladrões de gado profissionais atuando com um *modus operandi* adaptado ao terreno e às necessidades que se colocavam para a captura e transporte de animais. O gado era o bem mais abundante que se encontrava nas povoações sendo relativamente fácil de transportar após a pilhagem. Já o cereal, para além de existir em pouca quantidade, seria mais difícil e muito mais moroso de acondicionar e de transportar. Essa morosidade poderia expor os portugueses a situações de perigo no caso dos inevitáveis contra-ataques mouros aos bandos em fuga.

Mais uma vez, sabemos muito pouco sobre o destino do gado. Possivelmente este não seria imediatamente morto, alicerçando-se em Ceuta uma sociedade crescente guerreira e ganadeira. E, por consequência, certamente que se desenvolveram indústrias subsidiárias à criação de gado. No entanto, em certas expedições, havendo a noção de que não conseguiam retornar com o gado capturado em segurança, a opção dos portugueses era a morte de todo o gado trazendo consigo apenas a carne que conseguiam acondicionar²¹⁷.

4.4. Abastecimento excecional

Consideramos abastecimento excecional de Ceuta todo aquele que não decorre da rota regular de comércio entre a metrópole e o enclave africano ou da Casa de Ceuta. É o caso dos pedidos excecionais de cereal em ocasiões de carência, ou a necessidade de abastecimento extraordinário de Ceuta em virtude de expedições como a de Tânger.

No caso da expedição que, em 1437, constituiu a tentativa gorada de conquistar Tânger, o fornecimento de alimentos à armada requereu financiamento significativo que foi obtido à custa do apoio financeiro de regiões mais distantes, como Lamego²¹⁸. Os

²¹⁴ Idem, pág. 390.

²¹⁵ Idem, pág. 440.

²¹⁶ Idem, pág. 441.

²¹⁷ CCDPM, pág. 428.

²¹⁸ DCR, vol. II, pág. 204.

pedidos de dinheiro para esta empresa começaram pelo menos desde 1418 nas cortes de Santarém²¹⁹. Estes pedidos poderiam ficar anos por pagar. Em janeiro de 1437, o rei mandou que aqueles que ainda não tinham pago a sua parte ficassem sujeitos ao pagamento, segundo uma nova avaliação, aumentando assim a sua contribuição²²⁰. Referente a esta contribuição alimentar temos acesso a uma carta de quitação datada de 1440 relativa aos anos de 1437 a 1439. Infelizmente, esta apenas nos indica os produtos recebidos por Álvaro Eanes, recebedor das coisas de Ceuta em Lisboa, na presença do escrivão dos contos de Ceuta e do contador de D. Afonso V²²¹. Não nos indica o destino exato dos produtos, nem contém a informação organizada ano a ano, sendo apenas uma soma global dos produtos enviados nos 18 meses que começam a 1 de julho de 1437 e terminam a 1 de janeiro de 1439.

Da leitura da carta quitação ficamos a saber que os alimentos foram oriundos da contribuição do almoxarife de Setúbal, do almoxarife do biscoito de Lisboa, do rei (através da alfândega de Lisboa, do celeiro de Santarém e de outros oficiais régios), da rainha com rendimentos seus de Sintra, do Infante D. Henrique, dos rendeiros do vale do Tejo (Lisboa e Santarém), dos frades dominicanos de Santarém, de Gonçalo Pacheco, para além dos géneros correspondentes ao imposto da sisa dos vinhos, do cereal emprestado que é devolvido e da compra e venda de géneros alimentares em mercado. Para a contribuição alimentar desta expedição foram assim destinadas as rendas do vale do Tejo que ordinariamente estavam alocadas à manutenção de Ceuta, tendo sido chamados a contribuir agentes que habitualmente não encontramos nas quitações referentes ao abastecimento de Ceuta como os frades dominicanos de Santarém, a rainha e o tesoureiro-mor da Casa de Ceuta.

Foram vários os navios que estiveram envolvidos no transporte destes alimentos: o navio Pomares, a nau Caminheira, o navio de Gonçalo Ferreira, a barca do capitão e a nau real Enxobregas. Paralelamente, uma carta de perdão datada de 1455 indica que existiria uma barca na qual “andava da condessa” que levava virtualhas à nau de Pomares, propriedade do conde D. Pedro, transportando trigo e cevada²²².

Ao todo foram recebidos os seguintes produtos: 1.054 moios, 12.705,5 alqueires, um quarto e três quartas de trigo; 682 moios, 283 alqueires e dois quartos de cevada; 7

²¹⁹ DCR, vol. I, pág. 493.

²²⁰ DP, sup. vol. I, pág. 499.

²²¹ Aqui encontramos a presença do recebedor das coisas de Ceuta em Lisboa em nome de Vasco Gonçalves e Gonçalo Pacheco, tesoureiros da Casa de Ceuta em Lisboa. DCR, vol. I, pág. 163 e ss.

²²² DCR, vol. II, págs. 283,284.

moios e 36 alqueires de centeio; 79 moios e 163 alqueires de milho; 1.071,5 quintais, 9 arrobas, 18 arráteis e duas libras de biscoito; 276 peças de pescadas (frescas); 2.406 pescadas (possivelmente secas), das quais 320 estavam podres no momento da entrega; 1.828 peças de raia; 1.716 sardinhas e 143 cações (carne de tubarão); 10.611 soãs, uma pipa e duas botas de carne²²³; 359 tonéis e 90 almudes de vinho e, por fim, 2 tonéis e 26 almudes de vinagre. De tudo o que foi recebido foram vendidos 6.691 alqueires de trigo, 30 alqueires de cevada, 1.446 alqueires de milho, 12 cações, 618 pescadas e 134 dúzias de raias. No fim da quitação é referido que se gastou tudo à exceção de duas pescadas secas.

Com estes dados podemos afirmar que este é o custo alimentar de um exército de 14.000 almas que com D. Henrique atravessou o estreito²²⁴. Destaca-se o trigo, o peixe e a carne salgada ou seca que em conjunto com o biscoito que aqui encontramos em grande quantidade constituíram a base da alimentação do exército português. A estes alimentos junta-se uma grande quantidade de cevada e de milho para consumo animal e temos a alimentação indispensável do corpo expedicionário (homens e cavalos) que se terá de mover primeiro por mar e, depois, em território hostil onde não há grandes perspectivas de “viver do terreno”. Os bens referidos devidamente armazenados aguentariam um cerco prolongado, desde que bem administrados, como aconselhou D. Duarte.

Ocasionalmente, lançaram-se pedidos cujo objetivo era prover Ceuta com determinado cereal. Em 1456, o procurador do concelho de Guimarães queixa-se em cortes do preço do cereal e respetivo frete pago aos camponeses do seu almoxarifado, pelos homens do rei que o deveriam receber. Este cereal parece não ter passado pela Casa de Ceuta tendo seguido diretamente dos portos da costa norte, como o Porto, até Ceuta. O procurador argumenta que os camponeses pretendiam receber o mesmo valor que se pagava na Estremadura. Fica-se, assim, a saber que a Estremadura também vendia o seu cereal à Coroa para ser enviado para Ceuta, sendo aqui praticados melhores preços do que no Norte. Em resposta, o rei mandou que se pagasse o preço comum ao tempo do pedido²²⁵.

²²³ Soã – na documentação referente ao abastecimento alimentar de Ceuta, soã refere-se à carne talhada e salgada pronta a ser transportada em recipientes de madeira, normalmente pipas, botas ou balsas. Não deve ser confundida com uma parte específica da anatomia suína. Aqui, soã tanto pode ser carne de porco como de vaca.

²²⁴ Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte*, pág. 242.

²²⁵ DCR, vol. II, pág. 430.

Temos acesso a duas cartas de quitação referentes a pedidos de cereal provenientes do norte do país. A primeira é datada de 1450, referente aos anos de 1445 a 1449²²⁶. As contas estão apresentadas todas em conjunto e correspondem a um conjunto de compras de cereal pelo contador do rei nos almoxarifados de Guimarães e Ponte de Lima. É indicado o cereal comprado, a quantidade, o preço, o frete do seu transporte e a manutenção dos navios que o levam. Estes alimentos seguem diretamente do Porto até Ceuta, sem passar pela Casa de Ceuta em Lisboa. Os alimentos comprados pela Coroa pagam o imposto da sisa como qualquer troca comercial. Ao todo são contabilizados 21.059 alqueires de milho comprados a três reais o alqueire, incluído neste preço o transporte do cereal até aos portos de embarque e 3018 alqueires de milho comprados a quatro reais o alqueire. Nos totais da quitação é referido que partiram para Ceuta 24.089 alqueires, sendo que os totais por mim calculados ficam-se pelos 24.077 alqueires. A quitação diz que a Ceuta chegaram 22.844 alqueires de milho, perdendo-se os restantes pelo caminho. Parte do cereal foi entregue a D. Beatriz, condessa de Vila Real, para seu mantimento em Ceuta.

Quem recebeu os maiores valores pagos pelo cereal foi o Arcebispo de Braga e o Duque de Bragança. Outros agentes identificados a quem se comprou cereal são um morador e um cônego de Guimarães, D. Fernando de Castro, abade de Ferreira e Gonçalo Eanes de Brito. Aqueles que recebem os valores mais baixos do pagamento do cereal são pessoas indeterminadas do povo miúdo, aparecendo registadas em livro próprio hoje extraviado, como indica a quitação. Assim, enquanto os mais bem pagos recebem pelo cereal e carreto quatro reais o moio, os piores recebem apenas 3,6 reais.

Os navios envolvidos no frete com a sua manutenção paga eram os seguintes: nau de Leonel de Lima, nau do comendador de Leça, nau Fernão Anes de Vila Nova e a nau de Gonçalo Gonçalves de Roriz.

Os produtos do almoxarifado eram entregues na costa, nomeadamente em Vila do Conde e no Porto, funcionando a cidade do Porto como o centro de onde partiria a frota com o cereal. Em terra, o carreto era feito por carros e bestas. Existiam barcas próprias para retirar os navios da foz do Douro posicionando-os no mar de modo a seguirem daí diretos a Ceuta.

A segunda carta de quitação, também datada de 1450, foi feita pelo recebedor do almoxarifado de Ponte de Lima e é referente a um pedido e meio tirado neste

²²⁶ DCR, vol. I, págs. 412-416.

almoxarifado para o socorro de Ceuta em 1442²²⁷. Nessa carta refere-se a compra ao Duque de Bragança pelo valor de 24.000 reais de 18 tonéis de biscoito acondicionados em cascos, com vista ao abastecimento da armada que nesse ano foi a Ceuta. Foram também compradas ameixas secas de Aragão que deveriam ser entregues ao Infante D. Pedro para seu consumo.

No âmbito do abastecimento excecional de Ceuta referimos ainda que agentes estacionados em Ceuta, por vezes, mandavam vir mantimentos dos seus domínios no continente, como foi o caso de D. Pedro de Meneses que encomendou sete moios de cereal e muitas viandas²²⁸.

4.5. A Casa de Ceuta

Após a conquista de Ceuta foi necessário enquadrar administrativamente a nova possessão no reino. Surge assim o almoxarifado de Ceuta. Este já existiria em 1425, para Carlos Caetano um passo necessário para a criação posterior da Casa de Ceuta. O mesmo autor, citando Mendes da Luz, afirma que esta instituição de tutela régia deverá ter aparecido logo após a conquista da cidade, ainda que não se conheçam documentos referentes à sua existência anteriores a 19 de janeiro de 1434²²⁹.

A Casa de Ceuta é precedente da Casa da Guiné e de outras a ela semelhantes. Para o autor, a Casa de Ceuta foi criada originalmente em Lisboa. Para atestar este facto, apresenta um documento de 1438 em que o concelho de Lisboa pede a devolução de um espaço que havia sido emprestado ao rei para aí instalar armazéns para o trato de Ceuta. A opção pela cidade de Lisboa é uma opção centralista régia. A Casa tem funções logísticas de transporte naval e de tanoaria que, segundo o autor, seriam as suas atividades mais importantes²³⁰. Ao contrário da Casa da Guiné e da Casa da Mina, a Casa de Ceuta teve uma longevidade excecional. Será a fase de conquistas de Afonso V que dará à Casa de Ceuta a "época de maior esplendor". Com as conquistas africanas o âmbito de atuação Casa de Ceuta estendeu-se a outras praças, afirmando-se como centro

²²⁷ DCR, vol. II, págs. 417-419.

²²⁸ CCDPM, pág. 185.

²²⁹ Carlos CAETANO, "Um olhar sobre a Casa de Ceuta", *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2º Série, Nº 4, julho - dezembro 2015, pág. 70.

²³⁰ Idem, págs. 71,72.

abastecedor e como centro político decisor, tratando do transporte de munições e decidindo quais os locais que serão fortificados em África.

O funcionamento da Casa de Ceuta requeria o serviço de várias especializações como mestre das obras de pedraria da Casa de Ceuta, mestre de obras de fortificação do reino, lugares de além-mar e Índias²³¹.

4.5.1. Edifício

As primeiras instalações da Casa de Ceuta em Lisboa terão sido na rua da Ferraria onde se encontrava um curral dos bois. Terão sido emprestadas pelo concelho de Lisboa para que aí se concentrassem os mantimentos com destino a Ceuta. Estas casas parecem nunca ter sido devolvidas apesar dos pedidos submetidos a D. Duarte e D. Afonso V. O concelho queria que o rei instalasse a Casa de Ceuta nas suas taracenas, que se encontravam vazias. Não obtendo, no entanto, uma resposta positiva às suas pretensões, a Casa de Ceuta continuou a ocupar o espaço emprestado por tempo que não conseguimos determinar²³². Em 1438, a Casa de Ceuta ainda estava instalada nestas casas, mas sabemos que nos anos cinquenta já possuía um espaço próprio com a habitação do seu tesoureiro, Gonçalo Pacheco, a ela adjacente. Para além disso, em 1450, o emprazamento de umas casas dá-nos conta da existência de casas do desembargo de Ceuta²³³.

Nas quitações passadas a Gonçalo Pacheco encontramos diversas informações sobre obras na Casa de Ceuta. Em 1451, um carpinteiro construiu uma porta com telhado composta por madeira, dois batentes e telhado²³⁴. No ano seguinte é composta a canalização com recurso a cal e areia e construída, por um pedreiro, uma parede no escritório com recurso a madeira, cal e cortiça. O soalho em madeira de carvalho era sustentado por vigas feitas no mesmo material. Foi construída, também, uma passagem com portal e muro entre a Casa de Ceuta e o paço onde morava Gonçalo Pacheco, sendo que esta informação nos permite ficar a saber que a habitação do tesoureiro-mor era anexa ao seu local de trabalho, estando a saída da sua casa virada para a ribeira. Esta habitação seria novamente intervencionada utilizando-se nas paredes argamassa (feita de cal, areia e água) e tijolos, tendo ainda sido colocado um soalho de “madeira das ilhas”. Estas obras

²³¹ Idem, pág. 74.

²³² DCR, vol. I, pág. 115.

²³³ Idem, pág. 593.

²³⁴ DCR, vol. II, pág. 350.

foram levadas a cabo por pedreiros e carpinteiros. A parede exterior destas casas seria em pedra²³⁵. Em 1452 são feitos armários com fechaduras para a parede do escritório da Casa de Ceuta para aí se guardarem os utensílios utilizados na administração²³⁶.

Na cidade de Ceuta existiria um armazém régio gerido por um almoxarife. Não sabemos com certeza como este se relacionava com a Casa de Ceuta, mas possivelmente os produtos enviados por esta para a cidade passariam por aqui. Não sabemos, também, qual a relação deste armazém com o celeiro do rei na cidade de Ceuta. Parece certo, contudo, que os produtos alimentares eram novamente medidos à chegada a Ceuta como o vinho, encontrando em quitação a informação relativa ao pagamento do transporte do vinho e do pão que chegaram a Ceuta entre 1452 e 1453 e foram transportados de barco pelo preço de 8.878 reais. Na mesma quitação encontramos referência às medidas de vinho e cereal utilizadas na contagem dos alimentos entregues. Por curiosidade, quem pagou estas despesas foi o tesoureiro das obras de Ceuta²³⁷.

4.5.2. Estrutura Administrativa

O primeiro tesoureiro da Casa de Ceuta de que temos conhecimento é Gonçalo Tavares. Para o período deste estudo, o tesoureiro-mor responsável pela Casa de Ceuta era Gonçalo Pacheco, escudeiro do Infante D. Henrique. Ele foi confirmado como tesoureiro em 1439 pela autoridade da rainha regente e do Infante D. Pedro, tendo sido tesoureiro nos reinados de D. Duarte e de D. Afonso V. As suas funções foram alargadas durante o reinado deste último.

As suas atribuições enquanto responsável da Casa de Ceuta consistiam na gestão das rendas do rei destinadas à manutenção da praça, com especial enfoque na alimentação, panos e logística naval. Este cargo era coadjuvado por um escrivão e influenciava a atividade dos vedores da fazenda, dos contadores, dos almoxarifes, dos escrivães e dos caçadores, entre outros. Tinha o poder de cobrar aquilo que lhe era destinado por direito, podendo penhorar os devedores se estes não contribuíssem voluntariamente. Gonçalo Pacheco só devia atuar financeiramente na presença do seu escrivão, para ser tudo registados nos livros e facilitar posteriormente o “relatório de contas”. Devia existir uma cópia deste caderno, um na posse do tesoureiro e outro na do escrivão. Devia receber

²³⁵ Idem, pág. 360.

²³⁶ Idem, págs. 678 e 696.

²³⁷ Idem, págs. 332, 333 e 334.

mantimento e roupa para si e para os homens que ao seu serviço andassem. Por onde andassem os juizes deviam dar-lhes pousada, camas “sem dinheiros” para ele e para os que consigo levar, mantimentos e bestas de carga²³⁸.

Em quitação datada de 1442 referente aos anos de 1434 a 1439, vemos que o almoxarife de Lamego pagou em 1437 a Afonso Gonçalves, escrivão da Casa de Ceuta, 385.000 libras pelo seu mantimento e vestir²³⁹. O contador da casa de Ceuta seria o oficial mais bem remunerado desta instituição²⁴⁰.

4.5.3. Os Produtos

O estudo dos produtos alimentares nas cartas de quitação está sujeito a uma série de limitações inerentes à própria fonte. Esta é um breve sumário de produtos, uma cópia existente nos registos régios daquilo que foi gasto pela Casa de Ceuta ou outro organismo responsável pela manutenção alimentar de Ceuta, que não obedece às regras estatísticas com que hoje se trabalha este tipo de informação. A informação constante nas receitas pode aparecer repetida nas despesas (quando há compra de bens alimentares, por exemplo). A informação que acompanha o produto tanto pode ser detalhada como lacunar. Também não conseguimos determinar com precisão a relação entre os diferentes pesos e medidas utilizados, tendo sido tomada a opção de manter os valores como nos foram apresentados.

As quitações vão sofrendo alterações ao longo do período em análise, correspondendo algumas a períodos de vários anos sem distinção, enquanto que nos anos 1450 conseguimos determinar, ano a ano, aquilo que se recebeu e aquilo que foi gasto. No entanto, parece não haver correspondência direta entre a receita e a despesa em bens alimentares uma vez que aparenta ter-se gasto mais do que aquilo que se recebeu ainda que no final as contas terminem sempre quites, ficando uma pequena fração de alimentos como stock.

A terminologia utilizada para a descrição da finalidade dos produtos nem sempre é a mais clara pois a designação “despesas de ofício”, que muitas vezes encontramos,

²³⁸ DCR, págs. 43 e 44.

²³⁹ Idem, pág. 204.

²⁴⁰ Sérgio FERREIRA, *Preços e salários em Portugal na baixa idade média*, pág. 217.

pode ser indiciadora de um conjunto de finalidades muito mais alargada, não significando que o produto tenha sido enviado para Ceuta. Apenas falaremos na entrega de bens alimentares para Ceuta quando a fonte claramente nos indicar que esse foi o destino.

O primeiro historiador a sintetizar os valores de cereal constantes nas cartas de quitação foi Oliveira Marques²⁴¹. Ele quantifica os totais de cereais importados não estudando a carta pelo prisma da entrega do cereal em Ceuta, mantendo assim os leitores da sua obra na ignorância da quantidade de cereal que chegou ao seu destino. Por isso, a tabela constante da página 241 da *Introdução ao Estudo da Agricultura em Portugal* deve ser lida com alguma reserva. Ela indica-nos valores que devem ser considerados na sua ordem de grandeza, sem grande fiabilidade como valores exatos. A tabela também não distingue as diferentes finalidades das quititações que ajudam a explicar as diferenças de valores de cereal e os intervalos cronológicos disformes.

Os primeiros anos, que vão de 1437 a 1439, correspondem à quitação referente à armada que foi a Tânger. Os restantes anos referidos na tabela referem-se ao lançamento de impostos específicos para o abastecimento de Ceuta e ao funcionamento regular da Casa de Ceuta, gerida por Gonçalo Pacheco, sendo que o grau de detalhe aumenta nos anos cinquenta do século XV. A partir desta fonte podemos estudar, ano a ano, e com relativa segurança, a contabilidade da Casa de Ceuta. Pesando estes factos, a média de cereal importada ao longo dos anos conhecidos parece ser constante não havendo grandes oscilações. Oliveira Marques conclui que, para o período correspondente ao abastecimento da expedição a Tânger, 7% do cereal seria importado. Entre 1440 e 1441 esse valor ascende para 53,5%, como consequência, segundo o autor, da crise cerealífera que grassou no reino. Marques assume que o trigo chega na totalidade a Ceuta, assumindo de igual modo que os estrangeiros que têm os seus barcos fretados em nome da Casa de Ceuta também traziam cereal do estrangeiro, informação que não é clara nas cartas de quitação. Os fretadores constantes das cartas de quitação passadas a Gonçalo Pacheco ao serviço da Casa de Ceuta, estrangeiros ou portugueses, passaram sempre obrigatoriamente por Lisboa antes de seguirem para África, sendo provável que o embarque de mercadoria fosse efetuado nos paços da Casa de Ceuta, junto à Ribeira.

²⁴¹ A. H. de Oliveira MARQUES, *Introdução à história da agricultura em Portugal: A questão cerealífera durante a Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, edições Cosmos, 1968.

Oliveira Marques pertinentemente enfoca o papel do vale do Tejo no abastecimento de Ceuta²⁴². A Beira também aparece referida no seu estudo associada à contribuição que o Infante D. Henrique devia prestar a Ceuta. Refere, também, o Entre-Douro-e-Minho sem, no entanto, distinguir este pedido lançado com a atuação da Casa de Ceuta em outras quitações. O autor estuda, ainda, os valores dos fretes pagos pela Casa de Ceuta, concluindo que o frete para Ceuta corresponderia a 50% do valor do trigo, podendo chegar aos 90% para o frete do milho e da cevada²⁴³. Comparativamente, o frete entre Ceuta e Lisboa era mais caro do que o frete entre o Porto e Vila do Conde, sendo os fretadores, na sua maioria, pessoas da confiança da Casa de Ceuta. Ao preço do frete juntam-se outros gastos como o pagamento de “calças”, uma contribuição monetária entregue ao mestre da embarcação.

Através da contribuição historiográfica de Oliveira Marques podemos afirmar com segurança quem são os principais fornecedores de cereal conhecidos à Casa de Ceuta em Lisboa.

Apesar de fundamental para o estudo do abastecimento alimentar de Ceuta, a *Introdução ao Estudo da Agricultura em Portugal* apenas se foca na questão cerealífera, ficando os restantes produtos alimentares por estudar durante alguns anos até serem apresentados os trabalhos de Teresa Rodrigues. A autora estuda as mesmas cartas de quitação trabalhadas por Oliveira Marques e apresenta um estudo detalhado dos agentes envolvidos no trato de Ceuta, dos oficiais e os perfis sociais associados a esta instituição. O objetivo principal do seu trabalho é o de estudar a relação entre o Algarve e Ceuta, sendo que neste processo a autora examina a contribuição alimentar contida nas cartas de quitação. Embora não distinga os diferentes cereais enviados para Ceuta, acrescentou o vinho e a carne que haviam ficado de fora do estudo de Oliveira Marques²⁴⁴. Distingue, ainda, as diferentes comarcas de onde os produtos eram enviados, desaparecendo as referências à importação de cereal que Oliveira Marques utilizou. A autora prossegue a investigação assumindo que todos os produtos que chegavam à Casa de Ceuta teriam como destino final a cidade de Ceuta.

Por fim, refira-se Sérgio Ferreira que no seu trabalho sobre preços e salários em Portugal concluiu que Gonçalo Pacheco comprou uma grande quantidade de cereal a

²⁴² Idem, pág. 243.

²⁴³ Idem, pág. 178.

²⁴⁴ Idem, pág. 248.

preços comparativamente mais baixos do que os praticados no reino²⁴⁵. O preço do trigo para Ceuta ficaria em média a 14 reais o alqueire mais barato do que os 26 reais por alqueire pedidos em Loulé e os 20 reais o alqueire, pedidos em Alcobaça²⁴⁶.

4.5.3.1. Cartas de quitação

Quitação a Martim Afonso

Começamos a análise das quititações referentes aos produtos para Ceuta com uma quitação feita por Gil Vaz, contador das coisas de Ceuta, em nome de D. Afonso V a Martim Afonso, cavaleiro do rei, morador em Beja²⁴⁷. Apesar de esta quitação não ser correspondente à Casa de Ceuta parece, pelo seu teor, que se referiria a uma forma de abastecimento ordinária para Ceuta a partir do Alentejo, cuja proveniência dos bens decorre da sua entrega por vassalos do Rei. As contas referem-se aos anos de 1451 e 1452.

Nas receitas do ano de 1451 são contabilizados 261 moios e 40 alqueires de trigo comprados. Martim Afonso recebe 51 moios e 30 alqueires de trigo da mulher do Infante D. João, mais 85 moios e 72 alqueires que foram emprestados por diferentes entidades a saber, o celeiro de Alcobaça, o almoxarife de Moura, João Gomes Raposo e Diego Lopez Lobo. Como total de cereal recebido para este ano registam-se 397 moios e 142 alqueires de trigo. Ainda em 1451, Martim Afonso mandou entregar 835 moios e 20 alqueires de trigo em Mértola para serem levados a Ceuta e vendidos, devolvendo 22 moios de trigo que haviam sido emprestados pela mulher do Infante D. João, bem como 36 moios e 27 alqueires de trigo a Diogo Lopez Lobo. Entrega, ainda, para serem levados a Ceuta 5 moios de cevada e 4 moios de centeio. O cereal é transportado em caravelas.

Do balanço de contas é referido que os 4 moios de centeio têm como origem o celeiro real de Moura. É dito que o trigo foi comprado a 15 reais o alqueire e o centeio a 8 reais o alqueire.

Verificamos que existe uma discrepância entre aquilo que é recebido e aquilo que é entregue, uma vez que, ao todo, foram entregues 893 moios e 47 alqueires de trigo e apenas se receberam 397 moios e 142 alqueires. Sabemos a origem dos 4 moios de centeio, mas desconhecemos a proveniência dos 5 moios de cevada. Podemos, no entanto,

²⁴⁵ Idem, pág. 185.

²⁴⁶ Idem, pág. 187.

²⁴⁷ DCR, vol. II, págs. 153-155.

concluir que nem todo o cereal que é entregue para o abastecimento de Ceuta tem como destino a cidade. Neste caso, apenas sabemos que 835 moios e 20 alqueires de trigo foram enviados para Ceuta, mas não sabemos se lá chegaram na totalidade.

É ainda feito um pagamento de 11.600 reais a um carnicheiro morador no Torrão, como pagamento de uma quantidade indeterminada de carne que este enviou para Ceuta.

Quitação a João Vaz

A segunda quitação que analisamos também não se refere diretamente à Casa de Ceuta, mas relaciona-se com esta instituição na medida em que os produtos que o celeiro de Santarém recebe se articulam com a Casa de Ceuta em Lisboa. O documento informa-nos de ter sido quite João Vaz, escudeiro e almoxarife do celeiro real de Santarém. Quem assim o declarou, em nome de Afonso V, foi Gil Vaz, contador das coisas de Ceuta, estando presente Afonso Gil, escrivão do celeiro. Esta quitação refere-se aos anos de 1451, 1452 e 1453. Os valores que aqui são apresentados podem ser confrontados com aqueles que serão indicados nas cartas de quitação a Gonçalo Pacheco para a mesma cronologia, uma vez que o destino destes produtos seria Lisboa. A razão de ser desta quitação é o abastecimento alimentar de Ceuta²⁴⁸.

João Vaz, em de 1451, recebe de rendas do vale do Tejo (Santarém) 171 tonéis de vinho, estando aqui 6 a mais pois a renda era de 165 tonéis. Deveria ter recebido, também, 400 moios de trigo de renda das jugadas de Santarém, mas essa mercadoria nunca foi entregue. Passado um ano, recebeu 3 tonéis de vinho em mau estado que foram entregues por “pedido”, e ainda uma pipa de vinho. Recebeu, igualmente, 156,5 tonéis de vinho das rendas de Santarém. Nesse ano entregou 147 tonéis de vinho a Gonçalo Pacheco para despesa de ofício. Em 1453, recebeu 153 alqueires de trigo e 36 alqueires de grão do contador de Santarém. Na despesa desse ano, entregou 154 alqueires de trigo e 36 alqueires de grão a Gonçalo Pacheco para despesas de ofício.

No saldo ficou registado que tudo se gastou à exceção de 3 tonéis de vinho. Tudo o que o celeiro recebeu em géneros alimentares entregou à Casa de Ceuta e os 3 tonéis que sobraram seriam, possivelmente, os indicados como estando estragados. As rendas são as mesmas que aparecem indicadas nas cartas de quitação a Gonçalo Pacheco. Em suma, o celeiro real de Santarém não dependia institucionalmente da Casa de Ceuta, mas

²⁴⁸ DCR, vol. II, págs. 290-293.

por aqui vemos que existi uma articulação entre ambos funcionando o celeiro como um ponto de recolha nesta região para posterior reenvio para Lisboa, já sob a chancela régia.

Quitação a Vasco Fernandes e Gonçalo Pacheco

Quitação passada a Vasco Fernandes e Gonçalo Pacheco tesoureiros das coisas de Ceuta para os anos correspondentes a 1441 e 1442. Esta quitação apenas apresenta o que foi recebido durante estes dois anos, sem indicar a origem ou o destino dos produtos, assim como a justificação das contribuições de diferentes agentes verificados. A única excepção registada é a entrega, em 1441, de 88 toneis e 15 almudes de vinho, 39 milheiros de sardinhas e 72 dúzias de raías que abasteceram a armada que levou D. Fernando a África. Sabemos ainda que os tesoureiros da Casa de Ceuta atuaram em mercado nestes anos, vendendo pescado e cereal (sem mais informações, não sabemos a quantidade vendida nem por que preços). Do balanço final da carta apenas é dito que foi tudo gasto à exceção de 2 moios e 17 alqueires de cevada, duas raías e uma lixa²⁴⁹.

Ano de 1441

Contribuem com alimentos para a Casa de Ceuta vários ingleses referidos a título individual, o celeiro de Santarém, rendas do vale do Tejo, o recebedor das coisas de Ceuta em Lisboa, o almoxarife das lezírias, almoxarife da portagem, um juiz de Cascais, contador de Sintra, a rainha D. Leonor, o conde de Barcelos, D. Álvaro da Mota, Afonso Nogueira, um morador de Tavira, um tanoeiro, e um judeu.

São contabilizados os seguintes produtos: 450 moios e 410 alqueires de trigo; 14 moios e 16 alqueires de trigo de segunda; 43 moios e 50,5 alqueires de cevada; 96 moios e 8 alqueires de milho; 140 moios de pão meado; 30 quintais de biscoito; 146 toneis de vinho; 76.317 soãs de carne; 50 dúzias de linguados e peixes minhotos, 3.236 pescadas secas, 72 dúzias de raías, 50 milheiros de sardinha e 97 moios de sal.

²⁴⁹ DCR, vol. I, págs. 556-560.

Ano de 1442

Contribuem com alimentos para a Casa de Ceuta o celeiro de Santarém, as rendas do vale do Tejo, o almoxarife das lezírias, um boticário e Franco Maraboto, que neste ano foi obrigado a contribuir com carne.

Neste ano chegaram à Casa de Ceuta: 630 moios e 124,5 alqueires de trigo; 278 moios e 102 alqueires de trigo de segunda; 1 moio e 40 alqueires de centeio; 4 peças de figos; 77,5 toneis de vinho e 46.251 soãs de carne.

Quitação a Gonçalo Pacheco – I

A quitação feita por Gil Vaz a Gonçalo Pacheco, referente aos anos de 1451 e 1452, é datada de 1456. Este “relatório de contas” realizado à Casa de Ceuta tem como razão de ser o fim do governo de Ceuta a cargo do Infante D. Henrique. O rei quis saber, detalhadamente, como é que a Casa de Ceuta foi gerida, sendo que a partir dessa data a responsabilidade pelo governo de Ceuta passou a ser exclusivamente régia²⁵⁰.

A quitação foi feita depois de se conferirem as contas em quatro livros escritos por Afonso Gonçalves, escrivão do tesoureiro-mor e Gil Vasques. O texto não explica a razão da existência de quatro livros, sendo possível que cada livro corresponda a um ano de exercício da Casa de Ceuta, estando duplicados e entregues às duas instâncias responsáveis, sendo confrontados no momento da quitação para se apurar se as contas conferem entre a Coroa e a Casa de Ceuta.

Tudo aquilo que o tesoureiro recebeu em dinheiro já se analisou, anteriormente, em capítulo próprio. O que se segue é a análise dos produtos alimentares deixando, por isso, de parte a análise das “louças” e de outros bens materiais existentes nesta quitação.

Ano de 1451

O tesoureiro recebeu os pesos e medidas utilizados para medir todos os bens alimentares que passaram pela casa de Ceuta, assim como utensílios necessários ao exercício do seu ofício, como mobílias e arcas de guardar dinheiro. Estes bens reportam-se a 1450, ano em que o governo de Ceuta ainda estava a cargo do Infante D. Henrique. Nas despesas do tesoureiro encontramos, igualmente, pergaminhos e papéis para a lavra dos contos, tinta e uma “anbulla” para a guardar.

²⁵⁰ DCR, vol. II, págs. 342-364.

No ano de 1451, o tesoureiro de Ceuta recebeu dos almoxarifes dos celeiros de Aveiro e Santarém e dos fornos de Lisboa, de D. Fernando de Castro, e das rendas do Vale do Tejo, os seguintes produtos: 218 moios e 118,5 alqueires de trigo; 15 moios e 40 alqueires de cevada; 10 moios e 16 alqueires de milho; 48 toneis e 33 almudes de vinho; 949 alqueires de sal; 344 pescadas e 690 arrobas de carne.

Nas despesas desse ano foram incluídas, por compra, as 344 pescadas já referidas, custando 5 reais a unidade, assim como 8 tonéis e 33 almudes de vinho e os 949 alqueires de sal (a 2 reais o alqueire). Foram entregues 116 alqueires de cevada para alimentar os cavalos que o rei enviou ao duque de Milão, e pagou-se 33 alqueires de trigo, 6 alqueires de cevada e dinheiro a várias pessoas que neste ano carregaram o pão desde os reguengos de Ribamar até ao armazém da Casa de Ceuta em Lisboa. Devolveram-se, de um empréstimo passado, 9 moios de farinha de trigo a várias pessoas nos reguengos de Ribamar. Perderam-se 7 alqueires de trigo e 30 alqueires de milho no paiol da Casa de Ceuta. E entregaram-se 36 alqueires de trigo e 22 almudes de vinho para o mantimento da tripulação da nau real, 3 moios e 48 alqueires de milho ao “galunheiro” do rei para mantimento das aves régias, 9 moios e 24 alqueires de cevada ao cevadeiro do rei para despesa do seu ofício e 9 moios e 24 alqueires de trigo ao vedor dos fornos reais de Lisboa para despesa do seu ofício.

Para além destas transações, pagou-se o frete e manutenção às seguintes embarcações que transportaram cereais a Ceuta: caravela de D. Duarte de Meneses, barca de D. Álvaro de Castro, caravela real (desde o Mondego até Ceuta), nau Ferreira, caravela de Vicente da Mata, caravela de Pero Rodrigues (do porto), navio de Gonçalo do Pereiro (galego) desde o Mondego até Ceuta, caravela de Gonçalo Pacheco desde Alcácer do Sal até Ceuta, barinel São Gião (que foi na armada que transportou o conde de Odemira), Navio de Egas Gonçalves (morador no Porto), caravela de Afonso Furtado, navio de Lançarote, navio de Luís de Deus. Ao todo, os navios fretados transportaram para Ceuta: 56 toneladas de vinho, pão e carne indiferenciados; 347 toneladas de pão; 50 toneladas e 302 moios e 2.095 alqueires de trigo; 6 moios e 16 alqueires de cevada; 4 moios de milho; 131 pipas de carne; 1.291 arráteis e 566 soãs; 64 toneis de vinho, extraviando-se pelo caminho 3 moios e 2 alqueires de trigo e 15 alqueires de cevada.

Para mantimento de pessoas foram entregues 111 moios e 30 alqueires de trigo, 20 tonéis de vinho e 10.991 soãs a D. Sancho de Odemira para um período de 3 meses de estadia em Ceuta, para ele, para a sua família e para o seu séquito. Pelo mesmo período,

15 escudeiros do rei receberam 8 moios e 4 alqueires de trigo, 6 toneis e 10 almudes de vinho e 2.064 soãs e 322 pescadas.

No balanço final deste ano é referido que ficaram por gastar 8 alqueires de cevada, 20 moios e 36 alqueires de trigo.

Ano de 1452

Neste ano recebeu dos almoxarifes do celeiro de Santarém, das lezírias, e das taracenas de Lisboa; das rendas do Vale do Terro correspondentes a reguengos em Santarém e Lisboa, e das jugadas de Santarém. Ao todo quantificamos: 432 moios e 3.805 alqueires de trigo; 104 moios e 23 alqueires de cevada; 21 moios e 64 alqueires de milho; 235,5 tonéis e 26 almudes de vinho; 9.211 soãs e 501 arrobas de carne. Foram ainda compradas 18 pescadas, 8 Moios de sal e 22,5 arrobas de carne.

Na despesa foram entregues 40 alqueires de trigo, 25 almudes de vinho e 64 soãs a Jorge, embaixador de Preste João, a mando do Rei para o mantimento de um mês da viagem que este fez ao encontro do duque da Borgonha, em nome do rei. Pagou 208 alqueires de trigo a quem acarretou o vinho, trigo e cevada, correspondentes às jugadas entre Santarém e Lisboa. Gastou 138 almudes de vinho a atestar os vinhos que nesse ano foram carregados para Ceuta. Entregou 300 alqueires de trigo ao redor dos fornos de Lisboa, 80 alqueires de trigo, 320 soãs de carne e 39 almudes de vinho para manutenção da tripulação da caravela do rei que fez o transporte de pão entre o Mondego e Ceuta.

Seguem para Ceuta as seguintes embarcações: o navio de Diogo Alvares, escrivão do tesoureiro do rei; o navio de João Alemão; a caravela de João Martins Alemão, morador em Setúbal; o navio de Vicente Martins; a barca de Pedro Fernandes; o barinel de D. Duarte de Meneses; a caravela de João Eanes, morador em Lisboa; a caravela de Diogo de Teive; a caravela Picanço; o navio de Lançarote e Fernão Pires; a barca de Pero Fernandes; a caravela Espírito Santo e a nau de Leonel de Lima. Foi ainda pago o transporte de vitualhas desde Sines até Ceuta, a Aires Eanes e Vasco Gonçalves, pescadores, mestres das suas próprias caravelas.

Para Ceuta, nesse ano, foram transportados: 402 moios e 145,5 alqueires de trigo; 59 moios e 65,5 alqueires de cevada; 21 moios e 52 alqueires de milho; 115 toneis e 41 almudes de vinho; 15.068 soãs; 97 toneladas de pão e 56 toneladas de pão vinho e carne.

Por fim, foram entregues a pessoas que viajam ao serviço do rei por soldo e mantimento correspondentes à viagem de Lisboa até Ceuta e aos primeiros meses de

estadia em Marrocos: 1.983,5 alqueires de trigo, 1500 alqueires de cevada, 2016 soãs, 994,5 arrobas de carne, 18 pescadas e 499 almudes de vinho.

No balanço geral da quitação é referido que foi gasto tudo o que o tesoureiro recebeu à exceção de: 31 moios e 37 alqueires de trigo; 104 tonéis e 402 almudes de vinho e duas arrobas de carne.

Quitação a Gonçalo Pacheco – II

Quitação datada de 1456 e feita por Gil Vaz, contador das coisas de Ceuta, a Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor da Casa de Ceuta. Esteve presente o escrivão dos contos de Ceuta Afonso Rodrigues. Esta quitação refere-se aos anos de 1453 e 1454²⁵¹.

Ano de 1453

Para este ano identificamos os seguintes contribuintes: renda das jugadas de Santarém, rendas do vale do Tejo, e o recebimento dos produtos que sobraram do ano anterior, D. Henrique, almoxarife real de Muje, mordomo do rei em Almeirim, almoxarife do celeiro de Santarém, Almoxarife de Vila Franca. Os produtos são: 539 moios e 153 alqueires de trigo; 194 moios e 297,5 alqueires de trigo de segunda; 151 moios e 38 alqueires de cevada; 42 moios e 48 alqueires de centeio; 36 alqueires de grão; 10.477 toneis e 4239 almudes de vinho; 18 pescadas e 994,5 arrobas de carne. O tesoureiro comprou para despesa do seu ofício seis milheiros e 800 sardinhas, mais trinta e seis pescadas.

Neste ano seguiram para Ceuta: 516 moios e 187,5 alqueires de trigo; 199 moios e 47 alqueires de cevada; 80 moios e 118,5 alqueires de milho; 11 milheiros de sardinhas; 61 toneis e 90 almudes de vinho.

Estes produtos foram transportados, com frete e manutenção paga, para Ceuta nas seguintes embarcações: navio de Pero Fernandes, caravela real, caravela de Afonso Furtado, nau espírito santo, navio de Álvaro Afonso, caravela de Rodrigo Eanes, navio de João Alemão, caravela de Diogo Pereira (almoxarife de Ponte de Lima), caravela de Pero de Refojos, caravela real, navio de Lopo Fernandes, caravela de Vicente de Mourossa, caravela de Álvaro Vaz, navio do conde de Odemira, e barca saudade.

Foram entregues os seguintes produtos alimentares que correspondem ao mantimento alimentar de pessoas quer para a travessia de Lisboa para Ceuta quer para a

²⁵¹ DCR, vol. II, págs. 669-709.

sua subsistência durante um mês já no Norte de África, correspondendo a 1.409 alqueires de trigo e 860 almudes de vinho.

Foram gastos com a manutenção alimentar de navios e caravelas ao serviço do rei: 8 toneis de vinho; 7 moios e 30 alqueires de trigo; 3 moios e 7,5 alqueires de grão. Em abastecimento de caravelas que partiram para a Guiné: 14 moios e 60 alqueires de trigo; 6 moios de cevada e 15 alqueires de grão. Por fim, são entregues 96 alqueires de trigo, 75 almudes de vinho, 34 pescadas e 800 sardinhas para a alimentação da tripulação da caravela real na viagem até Ceuta.

O tesoureiro vendeu 320 alqueires de trigo. Paga 445 alqueires de trigo, 81 alqueires e três quartas de cevada a diversas pessoas como frete do transporte dos produtos alimentares referentes às rendas do vale do Tejo na zona de Santarém para a Casa de Ceuta em Lisboa. Pagou 18 alqueires de trigo aqueles que fizeram farinha na Casa de Ceuta durante esse ano. Perderam-se nos buracos do paiol da Casa de Ceuta e comidos pelos ratos 21 alqueires de trigo, 15 alqueires de cevada e 5 alqueires de milho. Foram ainda gastos 2 toneis e 39 almudes de vinho a atestar os vinhos que neste ano seguiram para Ceuta, incluindo-se aqui um tonel que se perdeu na Casa de Ceuta.

Ano de 1454

O tesoureiro recebeu das rendas dos reguengos no vale do Tejo, do prior do hospital, do celeiro de Santarém, do almoxarife de Vila Franca, de moradores em Santarém, do conde de Vila Real, do almoxarife da Azambuja e do almoxarife do armazém de Lisboa. Os produtos são: 565 moios e 306,5 alqueires de trigo; 133 moios e 136 alqueires de trigo de segunda; 41 moios de cevada; 5 moios e 60 alqueires de milho; 1.988 arrobas de carne; 210 toneis e 38 almudes de vinho. A estes valores acrescentam-se os alimentos que sobraram do ano anterior: 105 moios e 50 alqueires de trigo; 81 moios e 31 alqueires de trigo de segunda; assim como 5 toneis de vinho. O tesoureiro neste ano compra 10 toneis e 6 almudes de vinho, 44 pescadas, 25 moios de sal.

Foram enviados para Ceuta os seguintes produtos: 216 moios e 1.017,5 alqueires de trigo; 102 moios e 79,5 alqueires de cevada; 58,8 moios e 76 alqueires de milho; 26 moios de centeio; 128 toneis, 103 almudes e uma quarta de vinho; 6.153 soãs de carne. As embarcações que levam estes produtos a Ceuta são: o navio de Lançarote, navio Trindade, nau do Infante D. Fernando, caravela Gaia, duas barcas reais e a caravela de Viana.

Com o mantimento de pessoas correspondente à viagem entre Lisboa e Ceuta e três meses, em alguns casos, noutros corresponde apenas a um mês, já no Norte de África detetamos os seguintes produtos: 67.349,5 alqueires de trigo, sete quartas de trigo, três oitavas de trigo; 5 moios, 226 alqueires e três quartas de cevada; 2.755 almudes, 23 quartas e 6 canadas de vinho; 17.107 soãs; 114 lixas, 111 raias, 2.804 cavalas e 261 pescadas.

Para a manutenção de embarcações gastaram-se 240 alqueires de trigo, 150 almudes de vinho e 960 soãs de carne para um período de dois meses para a caravela de Santa Maria, propriedade do rei. Tomou o Gonçalo Pacheco, 980 alqueires de trigo, 11 toneis de vinho, 40 pipas de vinho e 11,5 almudes de vinho, 3.920 soãs de carne, 11 peixes minhotos, 1 peixe-prego, 15 lixas, 552,5 pescadas para uma caravela sua que seguiu para Ceuta. Deram-se ainda 128 soãs de porco para as Galés que foram à Guiné em serviço do rei. As tripulações das caravelas que seguiram para Ceuta nesse ano receberam 20 moios de trigo para sua alimentação.

O tesoureiro neste ano devolveu 12 moios que o Arcebispo de Braga lhe havia emprestado. Pagou o frete de quem trouxe os alimentos correspondentes às rendas de Santarém 272 alqueires e três quartas de trigo, e o frete do transporte de cereal entre os reguengos de Algés e Restelo até Carnide 35 moios e 25 alqueires de trigo. Deu, também, dois moios de trigo ao despenseiro real e oito moios de cevada ao cevadeiro do rei. Foram entregues 116 moios e 17 alqueires de trigo aos vedores dos fornos em Lisboa. Por fim, gastaram-se 174 almudes de vinho a atestar os vinhos que seguiram para Ceuta nesse ano.

4.5.3.2. Conclusões

Para se retirar conclusões dos dados descritos deve ter-se em consideração que foram retirados de quitações que variam na forma e no conteúdo, havendo a tendência ao longo dos anos para a sua complexificação.

A quitação a Gonçalo Pacheco referente aos anos quarenta, não pode ser comparada com as quitações que lhe foram dadas nos anos cinquenta. É a partir dos anos cinquenta, quando a administração da logística para Ceuta passa a ser da exclusiva responsabilidade da Coroa, que vemos algum detalhe no destino dos produtos alimentares recolhidos e enviados pela Casa de Ceuta. Neste período, o poder português na região já tinha mais de 35 anos. Os meios de produção local já estavam consolidados e o abastecimento necessário deveria responder a objetivos diferentes dos primeiros tempos

em que os portugueses ainda não produziam localmente alimentos. Para uma análise comparativa dos valores resultantes deste estudo, seria necessária uma sequência maior de indicadores que cobrisse a totalidade da cronologia em estudo. Desta forma, poderiam ser retiradas conclusões com maior segurança.

Comparando com os resultados anteriormente alcançados por Oliveira Marques e Teresa Rodrigues, apresentamos agora uma nova contagem dos produtos alimentares recolhidos para o abastecimento de Ceuta. A nova contagem é realizada diferenciando os cereais e o seu destino (Ceuta ou outro diferente), as carnes e ainda os restantes produtos alimentares como peixe e vinho. Na contagem dos alimentos contidos nas quitações pode perceber-se que os abastecimentos podem seguir diretamente para Ceuta ou serem entregues a agentes, que atuam ao serviço do rei, e que para lá se dirigem. É ainda possível verificar que os produtos podem ser recolhidos por organismos régios e, nesse caso, vendidos em Ceuta, embora não se consiga saber exatamente como isso se processou e quem interveio no processo de venda dele beneficiando, sabendo-se apenas que desta operação se obteve lucro.

Na apresentação de valores e quantidades retiradas de fontes foram respeitadas as medidas originalmente aí apresentadas, uma vez que a sua conversão em outras medidas uniformizadas não pode ser realizada de forma inequívoca porque a própria fonte não apresenta qualquer forma de equivalência. Assim, apenas podemos concluir pela existência de medidas próprias da Casa de Ceuta. Esta utilizá-las-ia para mensurar os produtos no seu armazém em Lisboa e, posteriormente, na sua chegada a Ceuta, o que lhe permitia definir o pagamento do frete. Há referências a que a Casa de Ceuta pagaria menos sempre que verificava que chegava a Ceuta uma quantidade menor de cereal do que o expedido. A propósito desta discrepância de valores, na quitação a João Vaz verifica-se a falta de entrega da totalidade dos alimentos estipulados, enviados a partir do celeiro de Santarém, tendo sido entregue quantidade inferior.

Na verdade, nem todos os produtos alimentares que teoricamente deveriam ser recolhidos para abastecer Ceuta chegavam ao seu destino. São várias as causas que podem explicar este facto: os alimentos que deveriam ser entregues periodicamente podiam não o ser, como a renda das jugadas de Santarém que em 1451 não foi entregue. Não sabemos qual o motivo, talvez um mau ano agrícola com produção insuficiente de cereal comprometendo a sua entrega ao celeiro de Santarém; o cereal entregue pode apodrecer ou desaparecer por mau acondicionamento nos armazéns, atacado por pragas como ratos; pode ser sonegado aquando do transporte para Ceuta, sendo o seu valor descontado à

chegada ao armazém no norte de África. A mesma situação se passa com o vinho, acrescentando a circunstância de este líquido ser absorvido pelos cascos de madeira à medida que o tempo passa, levando à necessidade de os pipos e tonéis voltarem a ser atestados antes do transporte para o destino final, ou seja, parte do vinho destinado ao consumo “perde-se” neste processo. Na quitação a João Vaz referente a 1451, refere-se que o almoxarife do celeiro de Santarém entrega a Gonçalo Pacheco, da Casa de Ceuta, 147 tonéis de vinho. Em quitação à Casa de Ceuta para o ano correspondente vemos que deste vinho apenas chegaram 48 tonéis e 33 almudes, levantando-se a questão do que terá acontecido à diferença. Em ambos os casos sabemos que os oficiais foram quites o que significa que a Coroa confirmou ambas as prestações de contas. Não há referência ao que aconteceu à restante quantidade de vinho.

Os produtos alimentares recolhidos para Ceuta podiam ter destinos diferentes daqueles que à partida imaginamos. Vemos referências a entrega de alimentos para abastecer expedições diplomáticas como a alimentação dos cavalos que o duque de Milão recebeu do rei de Portugal, ou alimentos entregues a um embaixador do Preste João. Pode ser necessário o pagamento do empréstimo de cereal que havia sido anteriormente cedido a instituições do trato de Ceuta. Constatámos o pagamento em géneros do frete do transporte de alimentos correspondentes a rendas, desde os locais de recolha até à Casa de Ceuta em Lisboa. A entrega de cereal pela Casa de Ceuta a almoxarifes responsáveis pelo fabrico de biscoito nos fornos do Rei. São, também, entregues alimentos para as aves do rei e ao cevadeiro do rei.

Os bens alimentares recolhidos são entregues a instituições e a pessoas. Por vezes são entregues a oficiais régios, como Gonçalo Pacheco, outras vezes a pessoas em nome individual, como Beatriz Anes que em 1453 recebe mantimento para ir a África acompanhada por um mouro resgatar o seu marido²⁵².

Há registo de mantimento de pessoas de diferentes estratos sociais que vão servir o rei para Ceuta, para a Guiné ou para outros lados, correspondente ao período em que ainda estão em Portugal. A partir da altura em que chegam ao norte de África não sabemos como se governaram, como honrou o rei a sua obrigação de as alimentar.

Os que estão mais elevados na hierarquia recebem mais alimentos para si e para os seus séquitos, mais e mais variados, como o conde de Odemira que, como governador, recebe em Lisboa, antes da partida para África, uma grande quantidade de trigo, vinho e

²⁵² DCR, vol. II, pág. 673.

carne. Gonçalo Pacheco recebe vinho, peixe, carne e cereais quando enviou para Ceuta um grande grupo de pessoas ao seu serviço.

Há informações de recebimento e de devolução de trigo emprestado. A quitação a Martim Afonso sobre as coisas de Ceuta revela a gestão de cereal no celeiro, pedindo emprestado e repondo os pedidos para que o celeiro não ficasse esvaziado por completo.

Analisando as cartas de quitação referentes ao funcionamento da Casa de Ceuta, os resultados obtidos não permitem estudos com base em seriação de resultados, uma vez que estes são escassos e pouco representativos da totalidade de anos que o presente trabalho engloba. O estudo da tipologia dos contribuintes em géneros alimentares já foi realizado por Teresa Rodrigues que analisou a origem dos produtos mapeando-os²⁵³. A autora refere que a principal fonte de abastecimento era o vale do Tejo e região de Lisboa complementada pelas regiões de Entre-Douro-e-Minho, Beira (a contribuição do Infante D. Henrique) Alentejo e Algarve. Teresa Rodrigues unifica todos os cereais com a mesma designação acrescentando ainda vinho e carne. A maior contribuição em géneros provém dos reguengos almoxarifados, dos senhores particulares e das compras. Há ainda uma referência a uma categoria indeterminada com a designação de vários. Excetuando os reguengos, o celeiro de Santarém e o almoxarife das lezírias, não encontramos repetições de contribuições em géneros alimentares para a Casa de Ceuta. Na generalidade, os oficiais régios repetem-se, mas não o oficial em concreto. Assim vemos no ano de 1441 um juiz de cascais, um contador de Sintra ou um almoxarife de portagem que não voltam a aparecer, ou contribuintes individuais como no ano de 1442 um boticário ou Franco Maraboto e em 1451 D. Fernando de Castro.

Numa análise comparativa entre os resultados alcançados por Oliveira Marques, Teresa Rodrigues e a contagem agora feita, vemos diferenças nas quantidades de produtos alimentares que terão sido enviadas. Por exemplo, no ano de 1441 Oliveira Marques, sem distinguir o trigo de primeira e de segunda, aponta a ida para Ceuta de 712 moios e 34 alqueires de trigo. Os valores agora contados, assumindo que tenham ido na totalidade para Ceuta (algo que nunca saberemos, pois, a quitação não nos informa o destino destes produtos) apontam para valores menores, nomeadamente 540 moios e 410 alqueires de trigo, mesmo quando somados aos 14 moios e 16 alqueires de trigo de segunda. Oliveira Marques contabiliza a entrega de centeio, que nesta nova contagem se encontra ausente. As quantidades de biscoito que serviram para abastecer Ceuta são apresentadas por

²⁵³ Teresa Rodrigues, “Relações entre o Algarve e Ceuta no Reinado de Afonso V, as cartas de quitação”, págs. 247 e 249.

Oliveira Marques em quilogramas e nesta nova contagem foram respeitados os valores originais fornecidos pela fonte, tornando a comparação impossível.

Teresa Rodrigues só contabiliza as receitas de produtos²⁵⁴ que passaram pela Casa de Ceuta entre 1451 e 1455. Usando o ano de 1451 como exemplo, na contagem proposta por este trabalho identificamos os seguintes produtos que nesse ano seguiram para Ceuta: 12 moios e 78 alqueires de trigo, 15 moios e 155 alqueires de cevada, 3 moios e 78 alqueires de milho e, finalmente, 22 almudes de vinho. Nos produtos que nesse ano foram para Ceuta, segundo esta contagem, havia mais trigo do que o contabilizado por Oliveira Marques, a mesma cevada e o mesmo milho²⁵⁵. No que diz respeito ao trabalho de Teresa Rodrigues não é possível fazer comparações pois o gráfico não é exclusivo da Casa de Ceuta. Ainda assim, a discrepância nas quantidades de vinho enviado é considerável: a autora contabiliza 226 tonéis e 40 almudes e neste trabalho foram contabilizados 64 tonéis excetuando o vinho que foi nas 56 toneladas de pão e vinhos indiferenciados que nesse ano seguiram para Ceuta. Quanto à carne é impossível comparar por causa das diferenças de medidas não equivalentes, uma vez que apresentamos as quantidades correspondentes ao original enquanto que a autora converteu tudo em soãs.

Não conseguimos estabelecer uma relação direta entre os produtos recebidos num ano e seu gasto, com exceção de alguns casos de carne e peixe. Entre aquilo que a Casa de Ceuta recebeu e gastou existem claras discrepâncias de valores, apesar de no momento da quitação, o oficial do rei dizer que tudo se gastou, salvo poucas coisas, o que não se confirma quando confrontamos as entradas e as saídas dos produtos registadas.

Existe uma irregularidade nas contribuições já que não são entregues anualmente os mesmos valores de alimentos. Por isso não conseguimos estabelecer uma média anual credível. A título de exemplo, em 1442, a casa de Ceuta recebeu figos, algo que não voltou a acontecer em toda a cronologia em estudo. O trigo a cevada e o vinho são constantes todos os anos, em quantidades variáveis.

A entrega de produtos como a carne e o peixe não foi regular nos anos estudados, podendo ser uma explicação possível a de que a Casa de Ceuta geria o seu estoque na medida das suas necessidades. Por vezes, quando por direito as pessoas a título individual deviam receber certos géneros alimentares como carne e peixe e estes já não existiam em quantidades suficientes para lhes serem entregues, a Casa de Ceuta entregava quantias em dinheiro que corresponderia ao seu valor.

²⁵⁴ Idem, pág. 265.

²⁵⁵ Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, pág. 241.

São várias as embarcações que nos diferentes anos fazem a rota de abastecimento entre Lisboa e Ceuta. Consta-se a proximidade dos proprietários das embarcações à coroa, tanto na pessoa do rei como na dos seus filhos, ou aos oficiais que organizavam a logística da Casa de Ceuta.

Os navios indicados neste capítulo são aqueles cuja quitação diz expressamente que levaram produtos alimentares para Ceuta. Podem não ser os únicos, uma vez que existe o pagamento de frete por tonelada a outros navios na mesma quitação, sem indicar como era constituída a carga que transportavam. Estas embarcações, chegadas ao estreito, dedicavam-se a ações de rapina, em especial as caravelas. Sabemos que alguns dos proprietários destas embarcações, como os Meneses ou Gonçalo Pacheco, dedicavam-se ao corso e mais tarde à exploração na costa africana. Assim, os navios viam a sua manutenção e alimentação da tripulação paga pela Casa de Ceuta, os proprietários recebiam pelo frete da viagem entre Lisboa e Ceuta e no estreito, já sem a carga, podiam roubar outras embarcações rentabilizando assim ainda mais sua viagem, antes de regressarem a Portugal.

Encontramos alguns navios estrangeiros a transportar alimentos a partir de Portugal o que pode ter levado Oliveira Marques a assumir a importação do cereal, ainda que isso não esteja claro na quitação. Mais força para esta tese parece vir da quitação correspondente aos primeiros dois anos da década de quarenta, na qual vemos a entrega de cereal por várias pessoas de nacionalidade inglesa. Acontece que nessa quitação é indicado o cereal que eles entregaram e a sua nacionalidade, mas não nos é dito o destino do mesmo, nem o seu preço de custo e de venda, nem a identificação das embarcações que o transportaram.

Como vimos, segundo os cálculos de Oliveira Marques, o valor do frete correspondente à viagem entre Portugal e Ceuta é elevado. Nas quititações mais detalhadas, há um conjunto de embarcações que faziam a viagem regularmente entre Portugal e Ceuta, esta era curta e demorava poucos dias. Assim a rota era proveitosa para quem fazia o transporte por dinheiro, mas seria menos proveitosa para as embarcações que partiam do Porto obrigados a receber o frete que os primeiros receberiam.

As embarcações, encontradas nesta quitação, que fizeram a viagem mais do que uma vez com o frete pago foram a caravela real, embarcação associada ao Conde de Odemira, a caravela de Afonso Furtado, o navio de Lanzarote (talvez o almoxarife de Lagos associado a D. Henrique), navios de João Alemão e o navio de D. Duarte de Meneses. Como vemos, na sua grande maioria são pessoas associadas à coroa e ao trato

de Ceuta sob a égide do infante. Outros, apesar de não surgirem repetidos nas quitações, têm todos em comum as características descritas de proximidade aos elementos decisores no trato de Ceuta, como D. Álvaro de Castro, Gonçalo Pacheco, Diogo de Teive e o Infante D. Fernando, entre outros

Nos dois anos finais das quitações, 1453 e 1453, começamos a ver uma nova atividade da casa de Ceuta: o abastecimento de tripulações dos navios que iam ao serviço do rei em viagens de exploração na costa da Guiné. Tratava-se da evolução natural do abastecimento alimentar de embarcações régias que navegavam nesta zona geográfica.

5. Conclusão

O presente trabalho teve como ponto de partida o estudo do abastecimento alimentar de Ceuta nos primeiros anos de ocupação portuguesa. Esta questão surge na discussão historiográfica que durante grande parte do século XX debateu as causas económicas da conquista de Ceuta.

Procurou conhecer-se o que comiam os portugueses em Ceuta e quais as suas necessidades alimentares, para que fosse possível retirar conclusões quanto ao modo como a cidade foi abastecida. Cedo se percebeu que o estudo sobre a alimentação extravasava a questão puramente alimentar, associando-se outras questões como quem produzia, quem distribuía, quem armazenava, quem pagava, quem era responsável pelas questões logísticas, quem beneficiava e quem saía prejudicado com o abastecimento alimentar a Ceuta. Este trabalho procurou analisar o abastecimento alimentar de Ceuta considerando e comparando o que era produzido em Ceuta, o que era trazido de Portugal e o que era angariado de outra forma como, por exemplo, o corso.

Constatámos que foram poucos os autores que investigaram este tema. Deve-se a Oliveira Marques o primeiro grande impulso nesta matéria, ainda que apenas se tenha

restringido ao estudo dos cereais enviados para Ceuta e norte de África dentro de uma questão mais ampla designada de “questão cerealífera”. Na senda de Oliveira Marques seguiu Teresa Rodrigues, que trabalhando a mesma cronologia, alargou o âmbito da investigação à carne e ao vinho inserindo a questão de Ceuta numa temática mais vasta, centrando o enfoque principal do seu trabalho nas relações entre Ceuta e o Algarve. Com os autores Paulo e Isabel Drummond Braga, no final do século XX, vemos surgir numa monografia sobre Ceuta, pela primeira vez, o abastecimento da cidade como objeto principal de investigação em capítulo próprio. A abordagem deste trabalho alargou a cronologia do período medieval para o período moderno, sendo os dados analisados como um todo. Contudo, não nos permitiu conclusões quanto à evolução do abastecimento alimentar de Ceuta ao longo dos vários séculos de ocupação portuguesa.

Com os resultados desta investigação foi possível aclararem-se algumas questões deixadas em aberto pelas investigações anteriores. Quanto aos hábitos alimentares podemos concluir que a dieta alimentar seguida em Portugal não se alterou substancialmente no norte de África. O pão e a carne ou peixe acompanhados por vinho continuaram a ser a base da alimentação, complementada por uma ampla variedade de vegetais e de frutos já conhecidos dos portugueses antes da travessia do estreito. Os portugueses rapidamente se aperceberam que o clima quente interferia em alguns dos seus costumes, nomeadamente no do consumo de vinho e de carnes salgadas, provocando desconforto. Assim, a terem existido modificações nos hábitos alimentares, estas poderão estar relacionadas com a redução da quantidade de vinho e de sal consumido, ao mesmo tempo que aumentava o consumo de frutas e de vegetais mais ricos em água.

Ceuta nunca teve condições agrícolas propícias para a produção do cereal necessário à sua subsistência diária. O território não é adequado a culturas de sequeiro. No entanto, com a chegada dos portugueses outras atividades agrícolas floresceram como a vinha e a criação de gado. Em conjunto com as hortas, os pomares e a pesca, a cidade em condições normais bastava-se a si própria para sobreviver, excetuando no que diz respeito aos cereais, componente fundamental da alimentação. No caso de cerco as circunstâncias naturalmente mudavam. Como complemento à diminuição da produção própria encontramos o estabelecimento de uma economia de guerra através de corso e de razias que traziam para a cidade produtos alimentares.

A necessidade de prover Ceuta levou ao surgimento de novos mecanismos administrativos e institucionais que tanto em Portugal como no Norte de África deveriam garantir o fluxo regular entre Portugal e Ceuta de pessoas, de mantimentos e de outros

bens. O trato de Ceuta teve de ser financiado. Decorrente desta política surgiram novos sistemas de relações sociais. Foram chamados a contribuir com géneros alimentares e dinheiro muitos sectores da sociedade que dependiam direta e indiretamente do rei. O dinheiro recolhido era canalizado para diversos fins, criando novas oportunidades de enriquecimento e de serviços ao monarca. Nasceram, desta forma, novas relações de poder e uma dependência cada vez maior em relação à família real.

O norte do país contribuiu sobretudo com dinheiro enquanto que o vale do Tejo, com os seus reguengos, contribuiu com géneros. Foram criados novos impostos para financiar Ceuta como os Ferreiros para Ceuta, que onerava os judeus, e os dez reais de Ceuta onerando os almoxarifados. Outros impostos, como algumas sisas, foram reencaminhados para este novo desígnio.

Os agentes que se associam às instituições responsáveis pelo abastecimento são sobretudo provenientes da dependência do Infante D. Henrique, com Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor da Casa de Ceuta, à cabeça. Mas vemos também servidores do rei e de outros infantes. Estes geriam as instituições, mas tinham também as suas embarcações no lucrativo negócio do fretamento de bens e alimentos para Ceuta. Outros não tiveram a mesma sorte já que a Coroa requisitava embarcações para o transporte entre o Porto e Ceuta sem pagar por isso. De facto, como via de regra, os serviços contratados pela Casa de Ceuta eram pagos, ao contrário das requisições feitas pelos agentes do rei, que ficavam por pagar. Esta regra, que se aplicava ao frete de embarcações, podia ser aplicada à relação entre as instituições responsáveis pelo abastecimento e a propriedade imóvel que lhes servia de base logística para armazenamento dos bens antes do seu transporte: quando as autoridades em Santarém necessitaram de um espaço para a acomodação dos vinhos que tinham Ceuta como destino, procederam ao aluguer do espaço pagando ao seu proprietário; o concelho de Lisboa durante anos reclamou a devolução de uns armazéns que haviam sido requisitados pelo rei para acomodar os alimentos que todos os anos seguiam para Ceuta.

A mais importante das instituições necessárias ao abastecimento de Ceuta foi, sem dúvida, a Casa de Ceuta. Criada com o fim único de abastecer a cidade de bens e de alimentos, ela foi responsável pelo desenvolvimento de indústrias necessárias à logística e ao transporte de mercadorias. Destaca-se a tanoaria que, com um vedor próprio, produzia anualmente uma grande quantidade de “louças”. Aqueles que trabalhavam nesta atividade, ao abrigo da Casa de Ceuta, recebiam não só os respetivos ordenados como

também beneficiavam de um conjunto de privilégios tornando-se a tanoaria uma nova e aliciante carreira para muitos que, de outro modo, não teriam acesso a estas regalias.

As cartas de quitação estudadas revelam a Casa de Ceuta como uma instituição que serviu outras finalidades que não apenas aquelas para as quais foi criada. O dinheiro recolhido para o abastecimento de Ceuta serviu também para o pagamento de oficiais régios que nada tinham que ver com o abastecimento alimentar. O mesmo se aplica à atribuição de géneros alimentares a outros fins que não o abastecimento de Ceuta como o abastecimento da expedição a Tânger, o provimento de caravelas que partiram em viagens exploratórias à Guiné ou o fornecimento de deslocações de embaixadas diplomáticas.

A Casa de Ceuta representou, à época, o coração de um sistema logístico único na Europa. Pela primeira vez, foi possível a um reino centralizar de forma organizada um sistema logístico capaz de abastecer uma praça forte completamente isolada em território hostil. Podemos discutir a sua viabilidade económica, os objetivos com que os recursos foram alocados e a finalidade última do projeto africano, mas parece irrefutável que a logística ensaiada em Ceuta mostrou resultados e provou a viabilidade do sistema que, no futuro, viria a ser alargado e replicado na costa ocidental africana, nos entrepostos portugueses ao longo da fachada asiática e na costa brasileira.

Apesar de todas as conclusões que se podem tirar com a realização deste trabalho, muitas outras questões ficaram por responder. Os agentes que se envolveram no trato de Ceuta merecem um estudo mais aprofundado, sobretudo para saber-se com exatidão quem são, de onde vieram e qual o seu destino. Seria importante serem analisados como um grupo e quais as suas relações com outros sectores da sociedade. Ficou por fazer uma análise mais detalhada ao dinheiro envolvido no financiamento de Ceuta, conhecer a sua origem e o seu destino, assim como o estudo dos novos impostos criados para o abastecimento de Ceuta. Seria também interessante estudar a evolução deste modelo de abastecimento em cronologias posteriores, percebendo quais as continuidades e quais as ruturas que o sistema sofreu, assim como perceber como se evoluiu da Casa de Ceuta para a Casa da Guiné e posteriormente, para a Casa da Índia.

Fontes impressas:

Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos, ed. de Pedro de Azevedo, Lisboa: Academia das Ciências, 1915-1935, 2 vols.

DUARTE, Dom, *Livro dos Conselhos d'El Rei D. Duarte*, João Alves Dias (ed.), Lisboa, Editorial Estampa, 1982.

Descobrimentos Portugueses, João Martins da Silva Marques (ed.), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, 3 vols.

GODINHO, Vitorino Magalhães, (ed. e comentários), *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Lisboa: Gleba, 1943-1956, 3 vols.

Monumenta Henricina, António Joaquim Dias Dinis (org.), Coimbra, Atlântida, 1960, 13 vols.

Ordenações del-Rei Dom Duarte, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

Ordenações Afonsinas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I*, Francisco Maria Esteves Pereira (ed.), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Larry King (ed.), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do conde D. Pedro de Meneses*, Maria Teresa Brocado (ed.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista de Guiné por mandado do Infante D. Henrique*, Torquato de Sousa Soares (estudo crítico e anotações), Vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997.

Bibliografia:

ABULAFIA, David, “Between The great sea and the ocean. The Straits of Gibraltar in History”, in *Cambridge in Morocco. Perspectives on North African and Islamic Studies*. Fez, Rabat and Casablanca: University Mohammed V - Agdal, Rabat, Morocco, 2013, pp. 81-108.

ABOULAFIA, David, *The Western Mediterranean Kingdoms. 1200-1500. The Struggle for Dominion*, Londres: Longman, 1997.

AGUILERA, Cesar, *História da alimentação mediterrânica*, Lisboa, Terramar, 2001.

Alimentar la ciudad en la Edad Media: Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo, del 22 al 25 de julio de 2008, coord. ARÍZAGA, Beatriz Bulumburu, SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel. Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2009. [visto em 2015/5/14]. Disponível em <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=376383>>

ARNAUT, Salvador Dias, *A arte de comer em Portugal na Idade Média*, Sintra, Colares Editora, 2000.

BARATA, Filipe Themudo, *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no Mediterrâneo ocidental (1385-1466)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, 1998.

BRAGA, Isabel D., BRAGA, Paulo D., *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto de Estudos Ceutíes, 1998.

BRAGA, Paulo D., *Uma Lança em África: História da conquista de Ceuta*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2015.

CAETANO, Carlos, “Um olhar sobre a Casa de Ceuta”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2º Série, Nº 4, julho - dezembro 2015 [visto em 2015/5/14]. Disponível <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/4/4_art3.pdf>

CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Sete Caminhos, 2008.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *Apointamentos sobre a comida e a bebida do campesinato em tempos medievais*, separata da Revista de História Económica e Social, Coimbra, 1984, pp. 91-101.

CORTESÃO, Jaime, *Os Descobrimentos Portugueses*, Vol. II, Lisboa, Livros Horizonte 1975.

COSTA João Paulo Oliveira e, *Mare Nostrum. Em Busca de Honra e Riqueza nos Séculos XV e XVI*. Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2013.

CRUZ, Abel dos Santos, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos (1415-1464)*, Porto, FLUP (dissertação de mestrado, policopiada), 1995.

CUNHA, Maria Cristina de Almeida e, PIMENTA, Maria Cristina Gomes, *A Casa senhorial do Infante D. Henrique: organização social e distribuição regional*, Separata de: Revista da Faculdade de Letras : História, Porto, 2ª Série, vol. 1, 1984, p. 5-68

DUARTE, Luís Miguel, *África*, in *Nova História Militar de Portugal*, Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (coord.), vol. 1, José Mattoso (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

DUARTE, Luís Miguel, *Ceuta, 1415*, Lisboa, Livros Horizonte, 2015.

DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte, Requiem por um rei triste*, Mem-Martins, Círculo de Leitores, 2005.

DUARTE, Luís Miguel, *O Dia Seguinte. A vida em Ceuta sob o domínio português*, in *La Península Ibérica entre el Mediterráneo y el Atlántico*, Sevilla, 2006.

ELBL, Ivana, “The King's Business In Africa: Decisions and Strategies of the Portuguese Crown”, *Money, Markets and Trade in Late Medieval Europe*, dir. ARMSTRONG, Larwin; ELBL, Ivana; ELBL, Martin, Leiden-Boston, Brill, 2007.

FARINHA, António Dias, *Portugal e Marrocos no Século XV*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento, policopiada), 3 vols., 1990.

FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1482 (subsídios documentais)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1955.

FERREIRA, Sérgio, *Preços e salários em Portugal na baixa idade média*, Porto, 2007. Tese de Mestrado [visto em 2015/5/14]. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14653/2/tesemestprecos000075145.pdf>>.

FONSECA, Luís Adão, “Portugal e o Mediterrâneo, entre Castela e Marrocos: a formação da fronteira marítima nos séculos XIV-XV e a noção de espaço político descontínuo”. *Relações Portugal-Espanha. Partilha e Fronteira*, revista População e Sociedade, CEPESE, Edições Aforamento. Consultado em 20 de agosto 2017. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56624/2/luisfonsecaportugal000133727.pdf>>.

GHOUIRGATE, Mehdi e BURESI, Pascal, *Histoire du Maghreb medieval: XIe-XVe siècle*, Paris, Armand Colin, 2013.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 2008.

GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*, Círculo de Leitores, 2005.

GOMES, Sandra, *Territórios medievais do pescado do reino de Portugal*, Coimbra 2011. Tese de Mestrado [visto em 2015/5/14]. Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/18460/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Sandra%20Gomes.pdf>>.

GOMES, Saul António, D. Afonso V, O Africano, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

GONÇALVES, Iria, *À mesa, com o rei de Portugal (séculos XII-XIII)*, Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nº14 (1997): pp. 15-32 [visto em 2015/5/14]. Disponível em<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2074.pdf>>

GONÇALVES, Iria, *Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa-séculos XIV-XV)*, ARQUIPÉLAGO. História". ISSN 0871-7664. 2ª série, vol. 1, nº 1 (1995): 29-48 [visto em 2015/5/14]. Disponível em <http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/501/1/IriaGoncalves_p29-48.pdf>.

História da Vida Privada em Portugal, José Mattoso(dir.), vol. I, A Idade Média, Bernardo Vasconcelos e Sousa(coord.), Circulo de Leitores, 2010.

Leonor de Portugal imperatriz da Alemanha, Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein, (ed.) Aires A. Nascimento, Lisboa, Edições Cosmos,1992.

LOBO, António de Sousa Silva Costa, *A história da sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904. [visto em 2015/5/14]. Disponível em <https://archive.org/details/bub_gb_D4QDAAAAYAAJ>

LOPES, David, *A Expansão Portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Teorema, 1989.

LOPEZ, Roberto S. "Majorcans and Genoese on the North Sea Route in the Thirteenth Century," *Revue belge de philologie et d'histoire* 29, nº 4, 1951, págs. 1163-1179.

MANTAS, Vasco Gil, "O estreito de Gibraltar e o seu valor simbólico e estratégico", *A conquista de Ceuta, conselho régio de torres vedras*, Edições Colibri, 2015.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1971.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1968.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

MARTINS, Luísa, *A Alimentação em Loulé Medieval (1384-1488)*, Coimbra, 2014. Tese de testrado [visto em 2015/5/14]. Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/27228/1/Mestrado%20vers%C3%A3o%20definitiva.pdf>>

MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

MONTEIRO, João Gouveia, COSTA, António Martins, *1415 A conquista de Ceuta*, Letras & Diálogos, 2015.

NORTH, Michael, *The Expansion of Europe, 1250-1500*, Manchester University Press, 2012.

Nova História da Expansão Portuguesa, Joel SERRÃO e A.H. de Oliveira MARQUES (dir.) vol. II, A Expansão Quatrocentista, A. H. de Oliveira Marques (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

RODRIGUES, Teresa, “Relações entre o Algarve e Ceuta no Reinado de Afonso V, as cartas de quitação”, *Actas I jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, 1987, pp. 243-269.

RUSSELL, Peter E., *Henrique, o Navegador*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

SOUSA, Armindo de, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Porto, INIC-CHUP, 2 vol., 1990.

SOUSA, João Silva de, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

SLAVIN, Philip, “New Light on the Great Famine: Warfare, environmental destruction and economic development in early fourteenth century British Isles”, apresentado em *Medieval Economic and Social History Seminar*, Selwyn College, University of Cambridge, 12 de fevereiro de 2014.

SPUFFORD, Peter, *Power and Profit: The Merchant in Medieval Europe*, New York, Thames & Hudson, 2003.

THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.

TORRES, Joana, LOUREIRO, Sara, “Ceuta No Arquivo Municipal de Lisboa”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2º Série, Nº 4, julho - dezembro 2015 [visto em 2015/5/14]. Disponível <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/4/doc_trans.pdf>

UNALI, Anna, *Ceuta 1415. Alle origine dell’espansione europea in Africa*, Roma, Bulzoni Editore, 2000.

VERLINDEN, Charles, *Formes féodales et domaniales de la colonisation portugaise dans la zone atlantique aux XIV et XV siècles et spécialement sous Henri le Navigateur*, *Revista Portuguesa de História*, 9, 1960.